

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP).

A Cultura Norte-americana como um Instrumento do  
Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a  
Política da Boa Vizinhança.

Andreza da Silva Galdioli

São Paulo

2008

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP).

A Cultura Norte-americana como um Instrumento do  
Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a  
Política da Boa Vizinhança.

Andreza da Silva Galdioli

Dissertação apresentada à  
Banca Examinadora do  
Programa de Pós-Graduação  
em Relações Internacionais da  
UNESP, UNICAMP, PUC-SP,  
como exigência parcial para  
obtenção do título de mestre  
em Relações Internacionais,  
sob a orientação do Prof. Dr.  
Clodoaldo Bueno.

São Paulo

2008

À minha família, por todo  
apoio e paciência.

Banca Examinadora

---

---

---

---

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	p. 7
Resumo.....	p. 8
Introdução.....	p.10

### **CAPÍTULO 1**

<b>Cultura e Poder nas Relações Internacionais.....</b>	<b>p.15</b>
1.1 O conceito de poder nos últimos séculos.....	p.18
1.2 A cultura como um elemento do poder .....	p.21
1.3 O conceito de poder em dois espectros: poder brando e poder duro....	p.27

### **CAPÍTULO 2**

#### **Tradições da Política Externa Norte-Americana para a América**

<b>Latina .....</b>	<b>p.36</b>
2.1 A construção de uma identidade nacional norte-americana.....	p.37
2.2 Tradições da política exterior norte-americana para a América Latina .....	p.59
2.2.1 Brasil e Estados Unidos: aproximação com o advento da República brasileira .....	p. 76

### **CAPÍTULO 3**

<b>A Era da Boa Vizinhança .....</b>	<b>p.85</b>
3.1 A Americanização do Brasil .....	p.88

3.2 <i>Office of the Coordinator of Inter-American Affairs</i> (OCIAA) .....	p.104
3.2.1 O Cinema .....	p.108
3.2.2 O Rádio.....	p.115
3.2.3 A Imprensa .....	p.118
3.2.4 A União Cultural Brasil-Estados Unidos (UCBEU) .....	p.123
3.3 E quando a guerra acabou.....	p.126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>p.133</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>p.142</b>

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio e por me ensinarem a lutar pelos meus sonhos. Agradeço especialmente à minha irmã pela amizade, tolerância, serenidade e incentivo nos momentos difíceis e ao meu companheiro, Bruno, pela paciência e força para a conclusão desse projeto.

Agradeço ao meu eterno mestre Professor Antonio Manoel dos Santos, que, desde a graduação, orientou-me e confiou em minha capacidade.

Ao Professor Clodoaldo Bueno, agradeço pela orientação para a realização deste trabalho.

Registro também minha gratidão ao Professor Luis Fernando Ayerbe e à Professora Cristina Soreanu Pecequilo, por suas valiosas contribuições como membros da banca de meu exame de qualificação.

Agradeço aos colegas do grupo de mestrado do qual fiz parte, especialmente aos queridos Fabrício Martins e Patrícia Vasconcellos sempre prestativos e atenciosos.

Não poderia deixar de mencionar minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas pelo acolhimento e suporte à minha pesquisa, bem como à CAPES pelo financiamento que viabilizou a realização deste trabalho.

Agradeço, por fim, a todos aqueles que acompanharam essa jornada e que torceram por mim.

## RESUMO

A Política da Boa Vizinhança, lançada no governo Presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), sinaliza uma reorientação da política externa norte-americana para a América Latina. A postura agressiva dos Estados Unidos em suas relações com a região sul do continente americano desde o início do século XX mostrou-se contraproducente aos objetivos norte-americanos naquela área, especialmente considerando-se a crescente influência que a Alemanha nazista exercia entre os latino-americanos. Nesse contexto, tomamos o caso brasileiro para demonstrar de que forma os Estados Unidos abandonam uma postura diplomática baseada no *hard power* (poder duro) e adotaram uma linha mais *soft* (branda) em sua política externa para a América Latina. Nesse sentido, busca-se, por meio desta pesquisa, apresentar a cultura norte-americana como um instrumento de poder dos Estados Unidos em suas relações com o Brasil à época da Segunda Guerra Mundial.

**Palavras-chave:** poder brando, cultura, Brasil, Estados Unidos.



## **ABSTRACT**

The Good Neighbor's Policy, released in Franklin Delano Roosevelt's government (1933-1945), signals a new orientation in North American foreign policy for Latin America. The aggressive posture of the United States, used in its relations with South America since the beginning of the twentieth century, was considered contraproductive to the American objectives in the area, especially considering the rising influence of the Nazi Germany among Latin Americans. In this context, we take the case of Brazil to show how the United States abandoned a diplomatic posture based on its hard power and adopted a softer line in its foreign policy for Latin America. In this way, this research aims to present the North American culture as an instrument of the United States powers in its relations with Brazil in the epoch of Second World War.

**Key words:** soft power, culture, Brazil, United States.

## **Introdução**

A contemporaneidade é marcada pela penetração da cultura ocidental e do conceito de Estado-Nação às mais variadas regiões do mundo, fomentando, desse modo, o debate sobre a universalização da cultura ocidental.

Não é objetivo desse trabalho abordar as contradições que envolvem a temática da universalização cultural ou de uma cultura global. No entanto, não podemos nos esquivar da necessidade de rever os paradigmas acerca de temas como imperialismo, hegemonia, poder e a importância do elemento cultural para a compreensão desses temas na contemporaneidade.

Desse modo, busca-se nessa pesquisa, por meio de uma análise do conceito de *soft power* (poder brando) – definido por Joseph Nye como a capacidade de fazer com que os outros queiram os resultados que você espera obter<sup>1</sup> - verificar, no período que corresponde à Política da Boa Vizinhança dos Estados Unidos para a América Latina, a hipótese de que a americanização do Brasil funcionou como um instrumento do poder brando dos Estados Unidos, contribuindo para a consolidação da hegemonia norte-americana no segundo pós-guerra.

Apesar dos conceitos de *soft power* e de *hard power* (poder duro) terem sido desenvolvidos pela primeira vez já ao final da Guerra Fria, percebe-se que, no que concerne à política exterior dos Estados Unidos para o Brasil, o período estudado pode ser considerado como a primeira demonstração de exercício do poder brando dos Estados Unidos.

Durante a década de 1930, o poder de influência dos Estados Unidos na América Latina foi reforçado quando o então presidente norte-americano, Franklin Delano

---

<sup>1</sup> NYE, J. *Soft Power: the Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004, p. 5.

Roosevelt, utilizou o poder brando como um instrumento de sua Política da Boa Vizinhança<sup>2</sup>.

A participação de estruturas do governo dos Estados Unidos no processo de penetração e difusão da cultura norte-americana no Brasil, a partir da Segunda Guerra Mundial, foi um misto de diplomacia cultural e disputa ideológica contra o imperialismo alemão. A adoção da cultura norte-americana como paradigma cultural alterou não só as relações governamentais brasileiro-estadunidenses, mas também a percepção que a sociedade civil brasileira tinha sobre os Estados Unidos.

Apesar do poder brando escapar do total controle governamental, a introdução da cultura norte-americana no Brasil ocorreu por meio de uma forte orientação do governo dos Estados Unidos, principalmente ao considerar-se a parceria entre o Presidente Roosevelt com o milionário Nelson Rockefeller, na década de 1940. Para Antonio Pedro Tota, a Política da Boa Vizinhança de Roosevelt, que teve Rockefeller como chefe do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, funcionou como instrumento de um plano de americanização. O Departamento de Estado, nessa conjuntura mundial, criou uma verdadeira “fábrica de ideologias” a serem implantadas no Brasil<sup>3</sup>.

Trabalha-se também nessa pesquisa com a hipótese de que os Estados Unidos, no decorrer de sua história como nação independente, sempre precisaram forjar um “inimigo externo” comum ao continente americano. Essa tradição inicia-se no século XIX, com a Doutrina Monroe e a “missão” estadunidense de guardar a independência dos países latino-americanos, então recém conquistada. A partir de então, a missão de proteger o continente americano parece enraizar-se na política externa norte-americana

---

<sup>2</sup> NYE, J. *Ibid.*, p. 9.

<sup>3</sup> TOTA, A. P. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 19.

para a região, já que a América Latina, em vários momentos da história, viu-se ligada aos Estados Unidos na luta contra “inimigos externos”, como o nazi-fascismo, o comunismo e, mais recentemente, o terrorismo.

Além da Doutrina Monroe, o Destino Manifesto também pode ser apontado como uma das raízes da cultura política do país para a América Latina. A doutrina do Destino Manifesto, desenvolvida durante a primeira metade do século XIX, serviu como argumento para os Estados Unidos durante o período de sua expansão territorial. De acordo com a doutrina, cabia ao povo norte-americano expandir seu território, conquistando novas fronteiras não apenas por sua vontade de expansão, mas por sua obrigação de espalhar os valores americanos, sintetizados no par democracia/república<sup>4</sup>.

Tanto a Doutrina Monroe, como o Destino Manifesto serviram como base para o desenvolvimento da cultura política dos Estados Unidos, principalmente no que diz respeito às suas relações com a América Latina. Associado à democracia, ao liberalismo e ao puritanismo, o Destino Manifesto e a Doutrina Monroe funcionam como moldura da política externa norte-americana, que, em sua “missão civilizadora”, encontra justificativa para difundir seus valores culturais pelo mundo.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou apontar a importância da cultura como um recurso de poder. Relegada a um papel secundário nas relações internacionais, a cultura é considerada pelos realistas como um recurso de *low politics* (baixa política), em contraste com a *high politics* (alta política) que daria conta dos aspectos mais

---

<sup>4</sup> PECEQUILO, C. S. *Continuidade ou Mudança: A Política Externa dos Estados Unidos*. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo, 1999, p. 26.

“nobres” da política internacional, tais como recursos militares, diplomáticos e estratégicos<sup>5</sup>.

Baseando-se na proposição de Nye, vislumbra-se o papel da cultura como um recurso de poder brando de importante expressão na construção da hegemonia estadunidense, tomando como exemplo o caso do Brasil à época da Segunda Guerra Mundial.

No primeiro capítulo, procuramos compreender a natureza mutante do conceito de poder nos últimos séculos e, partindo das proposições de Nye sobre a divisão do poder em dois espectros, buscamos apresentar a importância da cultura como um elemento do poder brando. Recorremos também às contribuições de Antonio Gramsci acerca do tema da hegemonia. Nesse sentido, buscamos estabelecer um paralelo entre o trabalho de Nye e de Gramsci, que nos permitiu vislumbrar uma relação entre cultura, poder e hegemonia.

No segundo capítulo, dedicamo-nos a apresentar um breve histórico das relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Para tanto, encontramos a necessidade de buscar na historiografia dos Estados Unidos as bases para a compreensão da identidade nacional norte-americana. Compreendemos os valores que compõem o imaginário estadunidense e como tais valores podem ser identificados na tradição da política exterior dos Estados Unidos para a América Latina.

Finalmente, o último capítulo deste trabalho aborda o objeto de estudo dessa pesquisa, qual seja a penetração da cultura norte-americana no Brasil à época da Segunda Guerra Mundial como um instrumento do poder dos Estados Unidos.

---

<sup>5</sup> Para um aprofundamento do debate entre realistas e globalistas acerca do papel das relações culturais nas relações internacionais ver: HERZ, M. *Política Cultural Externa e Atores Transnacionais: o caso da Fundação Ford no Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao IUPERJ, Rio de Janeiro, 1989, cap. I.

Desse modo, não foi objetivo dessa pesquisa apresentar a influência do *American way of life* no Brasil como uma imposição do mais forte para o mais fraco. O que buscamos por meio desse trabalho foi compreender a cultura como um recurso de poder, apresentando o caso das relações brasileiro-estadunidense no contexto da Política da Boa Vizinhança.

## ***Cultura e Poder nas Relações Internacionais***

*A potência vai muito além do militar, do jurídico, do executivo e da administração. Pelas hierarquias complicadas, que se recortam e que fazem com que o poder supremo se espalhe e se dilua em uma infinidade de subpoderes, o econômico, a cultura e os valores participam muito para a vontade que têm muitos homens de dominar os outros.*

*(Jean-Baptiste Duroselle, 1992).*

O cenário internacional tem passado por mudanças profundas desde a formação do Estado Moderno e a descoberta do Novo Mundo pelos europeus. Nos últimos séculos a história presenciou a ascensão e queda de grandes potências mundiais<sup>6</sup>, legando-nos um cenário internacional mutante. Essa é também a percepção de Jean-Baptiste Duroselle, que aponta a regularidade do nascimento e morte dos impérios<sup>7</sup>. Nesse contexto, diferentes ordens mundiais são estabelecidas de acordo com a realidade do cenário internacional, entendendo-se uma ordem mundial como um conjunto de entendimentos vigentes em um amplo contexto. Tais entendimentos regem as atividades de todos (ou quase todos) integrantes da sociedade internacional, em uma variedade de temas<sup>8</sup>.

Para compreender a distribuição de poder em um dado contexto histórico, deve-se levar em conta o conjunto de entendimentos que rege as atividades dos atores internacionais<sup>9</sup>. Rosenau compreende que, para melhor entender a formação de uma ordem mundial, devemos considerar as estruturas básicas que sustentam tal ordem. Para ele, essas estruturas podem ser divididas em três níveis fundamentais: o nível ideacional ou intersubjetivo, o nível objetivo ou comportamental e o nível político ou agregado<sup>10</sup>.

O primeiro desses níveis estruturais está relacionado às crenças, aos contextos mentais, aos valores compartilhados e aos outros “filtros”, compostos por atitudes e percepções pelos quais passam os eventos de política mundial antes de provocarem reações. Esse nível seria aquilo que as pessoas percebem intuitivamente, sem muita clareza. A segunda parte da estrutura básica de uma ordem mundial consiste no comportamento dos atores, naquilo que fazem regularmente para expressar o que pensam ou percebem. O terceiro nível de atividade é mais formal e organizado. Nesse

---

<sup>6</sup> KENNEDY, P. E. *Ascensão e queda das grandes potências*. Editora Campus, 1994, *passim*.

<sup>7</sup> DUROSELLE, J. B. *Todo império perecerá*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 373.

<sup>8</sup> CZEMPIEL, E., ROSENAU, J. N. *Governança sem Governo*. São Paulo, Editora UNB. 2000, p. 21-22.

<sup>9</sup> YOUNG *apud* Rosenau, *ibid.*, p. 21-22.

<sup>10</sup> ROSENAU, *Ibid*, p. 28.



nível, os atores estabelecem regimes e instituições internacionais como meio de organizar suas percepções e comportamentos acerca de temas globais<sup>11</sup>.

Como exemplo dessa estrutura, tem-se a ordem mundial vigente à época da Guerra Fria. Nesse período, há um conjunto de premissas que divide o mundo entre capitalistas e comunistas, aceito pelos atores internacionais, colocando os Estados Unidos e a União Soviética em uma posição central de disputa ideológica pelo poder e, em segundo plano, os aliados dos respectivos países. Assim, essa divisão do mundo em dois grandes blocos consiste em um consenso intersubjetivo. No nível comportamental, durante o período em questão, a atitude dos países de apoiar as políticas estadunidenses ou soviéticas expressa a compreensão que esses atores tinham do sistema de uma ordem bipolar<sup>12</sup>. A OTAN e o Pacto de Varsóvia são exemplos de instituições estabelecidas dentro do bloco capitalista e do bloco socialista, respectivamente, dando formalidade às percepções e aos comportamentos dos atores internacionais durante a Guerra Fria.

Considerando a estrutura de ordem mundial proposta por Rosenau, entende-se que o primeiro nível dessa estrutura, ou seja, o nível ideacional reflete a importância do elemento cultural nas relações internacionais. Nesse nível estrutural intersubjetivo, determinados valores culturais transcendem fronteiras nacionais e são percebidos pela comunidade internacional, ou por parte dela, como valores consensuais. O consenso pode levar à hegemonia cultural de uma determinada região ou país na ordem mundial, funcionando como um eficaz instrumento de poder no cenário global.

Desse modo, partindo da relação entre poder e cultura, busca-se uma definição para o conceito de poder que abranja a importância do fator cultural nas relações internacionais.

---

<sup>11</sup> *Ibid*, p. 28-29.

<sup>12</sup> *Ibid*, p. 28-29.

## 1.1 O conceito de poder nos últimos séculos

Como mencionado anteriormente, nos últimos séculos, o cenário internacional foi palco de diferentes ordens mundiais, resultado do sucesso ou fracasso de atores que buscam o poder. Da mesma forma que o decorrer da história culminou com a emergência de diversas ordens mundiais, as quais devem ser compreendidas dentro de suas peculiaridades, a idéia de poder também é diversa e não pode ser pensada como algo estático, ou imutável ao desenrolar dos séculos.

Fala-se muito em poder nas relações internacionais, mas qual é a definição desse conceito?

Para Joseph Nye, poder “é a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-los”<sup>13</sup>. O analista alerta para o problema de se definir como poder a posse de recursos que nada mais são que fontes de poder. Entre esses recursos estão: grande área territorial e população, recursos naturais em abundância, força militar e econômica, estabilidade social, etc. O grande problema em entender o conceito de poder como a posse de recursos que podem, ou não, produzir o mesmo é o fato de que muitas vezes países com a posse de alguns ou, até mesmo, muitos desses recursos não conseguem transformar essa vantagem em um poderio efetivo<sup>14</sup>.

Seguindo essa mesma linha, Norberto Bobbio argumenta que o poder social - entendido como desde a capacidade geral do homem de agir até a capacidade do homem em determinar o comportamento de outro homem - é sempre distinto do poder sobre as coisas. Para ele o poder não reside na posse de uma coisa, ou de um recurso de poder,

---

<sup>13</sup> NYE, J. S. *Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.30

<sup>14</sup> NYE, J. S. *Op.Cit.*, 2004, p. 3.

mas na relação entre as pessoas. O poder social reside no fato de que existe um outro, que é levado por mim a comportar-se de acordo com a minha vontade<sup>15</sup>.

Além da confusão conceitual em compreender-se poder como a posse dos recursos que podem gerá-lo, Nye também aponta para a constante mudança da natureza do poder. Do mesmo modo que as mudanças no cenário internacional dos últimos séculos levaram à emergência de diferentes ordens mundiais, essas mudanças também alteraram a idéia acerca do conceito de poder.

Tradicionalmente, o poderio de uma grande potência esteve relacionado à sua capacidade de organizar sua força bélica. O grande palco de disputas de poder era a guerra. No entanto, com o decorrer dos séculos e com o desenvolvimento das tecnologias, as fontes de poder não se restringem mais à esfera militar, adquirindo novos contornos <sup>16</sup>.

Atualmente, observa-se que a idéia de poder tem se afastado do foco na força militar e na conquista<sup>17</sup>. Pode-se destacar quatro fatores fundamentais que contribuem para tal afastamento. O primeiro deles seria a Guerra Fria, provando que as armas nucleares são tão temíveis e destrutivas que sua utilização tornou-se altamente inviável por seus custos social e econômico. Uma segunda razão para esse distanciamento entre poder e força militar foi o triunfo do nacionalismo, que fez com que fosse cada vez mais difícil para os impérios conquistar e governar povos que passaram a se unir em torno do ideal de nação. A terceira causa a ser considerada são as transformações ocorridas no interior das sociedades, principalmente dos países desenvolvidos. Hoje em dia, em um mundo pós-industrial, os setores da sociedade aspiram mais ao bem-estar social que à

---

<sup>15</sup> BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2001, p. 933-934.

<sup>16</sup> NYE, J. S. *Understanding International Conflicts: an introduction to theory and history*. New York: Longman, 2000, p. 31.

<sup>17</sup> NYE, *ibid*, p. 31.

glória das grandes conquistas. Uma última razão para esse fenômeno seria o fato de a guerra trazer prejuízos às metas econômicas das grandes potências mundiais<sup>18</sup>.

Com a ascensão do império britânico e a criação de um mecanismo financeiro avançado, resultado do excedente de capital acumulado por sua burguesia, tem-se, cada vez mais, a valorização da economia como uma fonte de poder. A organização de um sistema creditício eficiente deu impulso à Revolução Industrial inglesa, criando o abismo entre o Ocidente e o resto<sup>19</sup>.

Desse modo, diferentes elementos de poder têm importância de acordo com os períodos de tempo. Esses elementos não são estáticos, estão em constante mudança no cenário internacional<sup>20</sup>. A tabela a seguir ilustra a mudança no contexto internacional dos últimos séculos, considerando as principais potências de cada período e suas fontes de poder.

**Quadro 1**

<b>Leading States and Major Power Resources (p. 57)</b>		
<b>Period</b>	<b>Leading State</b>	<b>Major Resources</b>
Sixteenth century	Spain	Gold bullion, colonial trade, mercenary armies, dynastic ties
Seventeenth century	Netherlands	Trade, capital, markets, navy
Eighteenth century	France	Population, rural industry, public administration, army
Nineteenth century	Britain	Industry, political cohesion, finance and credit, liberal norms, island location (easy to defend)
Twentieth	United States	Economic scale, scientific and technical leadership,

<sup>18</sup> *Ibid*, p. 31-33.

<sup>19</sup> KENNEDY, *Op. Cit.*, *passim*.

<sup>20</sup> NYE, J. S. *Understanding International Conflicts. An introduction to theory and history*. New York: Longman, 2000, p. 58.

		universalistic culture, military forces and alliances, liberal international regimes, hub of transnational communication and information technology.
Fonte: NYE, J. <b>Understanding International Conflicts: an introduction to theory and history</b> . Longman, 2000.		

## 1.2 A cultura como um elemento do poder

A circulação de idéias no espaço da cultura tem poder de influenciar o processo decisório do agente. Suas decisões dependem do meio cultural em que está inserido e são frutos da interação entre agente e cultura<sup>21</sup>.

Nesse sentido, as idéias compõem um elemento cultural de poder, já que o conjunto de crenças consolidadas e atuantes, preferências e opiniões motivam e influenciam a ação de indivíduos e grupos sobre políticas e seus fundamentos. As idéias têm o poder de influenciar políticas e comportamentos cristalizados ao longo de um período histórico<sup>22</sup>, alterando paradigmas e ordens vigentes.

A persuasão sempre foi uma forma importante de fazer política. Em uma era de informação global, o poder de influenciar opiniões mostra-se ainda mais importante. A cultura é um meio eficiente de garantir essa persuasão e exercer poder de atração na política internacional. A globalização da cultura tem uma longa história<sup>23</sup>.

Os impérios caracterizam-se pela imposição de um controle central sobre um determinado território, geralmente, com uma multiplicidade de grupos étnicos. O poder gerado pela atração cultural é um elemento importante na construção e manutenção desses impérios. Os grandes impérios foram aqueles que conseguiram estabelecer um

<sup>21</sup> MARTINS, E. C. R. *Relações Internacionais: Cultura e Poder*. Brasília: IBRI, 2002, p. 34-37.

<sup>22</sup> *Ibid*, p. 41.

<sup>23</sup> HELD, D. *et al. Global Transformations. Politics, Economics and Culture*. Stanford University Press, 1999, p. 331.

controle político-militar efetivo, reforçado por um poder cultural capaz de exercer atração sobre as diversas etnias dentro de seus territórios<sup>24</sup>.

Dos impérios do passado, Roma Antiga e o império britânico do século XIX destacaram-se como centros capazes de exercer influência no cenário internacional. O poder e a capacidade de influenciar o mundo advindo dessas potências não se deveram somente à força militar, mas também à influência cultural<sup>25</sup>. Esses dois pólos de poder, cada qual ao seu tempo, foram invejados, odiados e derrubados, confirmando a regularidade apontada por Duroselle.

O império romano distingue-se de seus predecessores pela implantação de um sistema político eficiente, capaz de centralizar o controle de uma enorme faixa territorial. Esse controle central pôde ser estabelecido graças a uma série de empreendimentos que criaram um consenso sobre a centralização desse poder. A capacidade logística, a construção de estradas e a organização do império foram importantes para o exercício desse controle político. Em paralelo a essas melhorias, uma série de inovações culturais trabalhou em favor da construção de laços que uniam todo o império em torno de uma ordem política comum. A alfabetização foi elemento chave dessa cultura, com o latim e o grego adotados como línguas oficiais do império. A construção de teatros e anfiteatros fez com que o drama chegasse às diversas províncias do império. O cristianismo foi adotado como religião oficial e os cultos religiosos locais foram gradualmente influenciados pela cultura romana<sup>26</sup>.

O império britânico foi o maior império global. Para estabelecer domínio entre o centro e a periferia, o governo valeu-se da condução de uma política de educação imperial e promoveu a construção de uma infra-estrutura de comunicações imperial. O

---

<sup>24</sup> *Ibid*, p. 333-334.

<sup>25</sup> COHEN, E. A. A história e a hiperpotência. *Política Externa*, São Paulo, v. 13, n. 3, dez-fev. 2004-2005, pp. 67-77.

<sup>26</sup> HELD, D., *et al*, *Op. Cit.*, p. 333-334.

sistema de educação nas colônias serviu de base para a difusão da língua, de idéias e práticas culturais inglesas. Houve um significativo movimento de estudantes das elites coloniais que iam buscar em Oxford e Cambridge uma formação profissional. Esse intercâmbio educacional exerceu grande influência nos serviços administrativos das colônias e, até mesmo, nos governos estabelecidos após a independência das mesmas. O império britânico promoveu a difusão dos sistemas de telecomunicações, utilizados para o contato entre a metrópole e as colônias inglesas, facilitando o controle político britânico em terras distantes<sup>27</sup>.

O advento do protestantismo, anterior à ascensão do imperialismo inglês, também constituiu um fator cultural de importante contribuição para a consolidação do poderio britânico. O Calvinismo, uma das vertentes resultantes da Reforma Protestante e conhecido como a religião do capitalismo<sup>28</sup> contribuiu para o desenvolvimento da mentalidade capitalista e atendeu aos interesses de uma classe burguesa em ascensão, defendendo que o homem provava a sua fé e demonstrava a sua predestinação por meio do amor ao trabalho e do enriquecimento.

A ideologia liberal foi também um elemento importante da cultura do império britânico. As bases do liberalismo surgem no século XVIII, com o Iluminismo. Contestando o mercantilismo e defendendo os interesses da burguesia, os liberais fundamentaram-se na defesa da propriedade privada, no individualismo econômico e na liberdade de comércio e produção.

A Reforma Protestante e a ideologia liberal proporcionaram o fortalecimento da classe burguesa, que, com a acumulação de capital, pôde financiar a Revolução Industrial na Inglaterra.

---

<sup>27</sup> HELD, D., *et al*, *Op. Cit.*, pp. 333-334.

<sup>28</sup> WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Martins Claret, 2005.

Tanto o protestantismo como o liberalismo fizeram parte da estrutura ideacional da ordem mundial do século XIX. O empreendedorismo protestante e o individualismo liberal impulsionaram a Revolução Industrial e levaram a Inglaterra a tornar-se o maior império global. Para Carlos Lessa, a primeira metade do século XIX foi um período “marcado pela ascensão rápida da liderança britânica, estabelecendo as bases de uma nova ordem econômica mundial, costurada pelo liberalismo econômico”<sup>29</sup>.

Já no século XIX, a Inglaterra apresentava-se como uma potência diferente das outras. Sua influência não podia ser dimensionada tomando-se como base o tradicional critério militar, pois seu poder evidenciava-se em outras áreas, tais como a Marinha Real Britânica, as finanças e a influência colonial britânica. Além das colônias, zonas formais de domínio estabelecidas além-mar, a influência informal de uma sociedade próspera e em expansão fez com que o poder da Grã Bretanha fosse sentido em todo mundo<sup>30</sup>.

Tomando-se o caso inglês do século XIX, observa-se como uma cultura favorável ao desenvolvimento econômico pôde ser considerada um elemento de poder. Não que uma cultura econômica favorável ao crescimento baste por si só para gerá-lo, mas o império britânico constituiu um exemplo de como valores culturais podem gerar poder e moldar ou “costurar”, nas palavras de Lessa, uma ordem mundial.

O imperialismo ocidental do século XVI ao século XX criou uma infra-estrutura para a difusão da cultura ocidental no mundo. O período em questão marca a ascensão do ocidente e a disseminação das idéias de cultura nacional e nacionalismos<sup>31</sup>.

O impacto do homem ocidental deu-se em todos níveis, evidenciando a dinâmica do poder mundial. Em 1800, os europeus ocupavam cerca 35% da superfície terrestre,

---

<sup>29</sup> LESSA, A. C. *História das Relações Internacionais. A Pax Britannica e o Mundo no Século XIX*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, p. 87.

<sup>30</sup> KENNEDY, P. *Op. Cit.*, p. 154-155.

<sup>31</sup> HELD, D. *et al, Op. Cit.*, p, 336.



já, em 1878, esse número aumentara para 67%, chegando ao ápice de 84%, em 1914. A participação da Grã-Bretanha na divisão colonial do mundo foi marcante e sua influência estendeu-se desde suas relações econômicas, por meio de negociantes, transportadores marítimos e cônsules, até a penetração de exploradores e missionários que disseminavam a cultura e as doenças ocidentais pelo mundo<sup>32</sup>.

Com a Revolução Industrial, o Ocidente deu início a uma empreitada de desenvolvimento tecnológico, deixando para trás o “resto” do mundo não-industrializado. Criou-se, assim, um círculo virtuoso de avanço em tecnologia e acumulação de capital que levou ao domínio na produção e disseminação da informação. Desse modo, o Ocidente anunciou-se como o modelo de civilização a ser seguido para alcançar a modernização.

Embora se considerar modernização como ocidentalização seja uma relação simplista, existe uma forte impressão de que as formas de conhecimento que podem ser universalizadas têm origem no Ocidente<sup>33</sup>.

Para Seymour Martin Lipset e Gabriel Salman Lenz, o surgimento de economias desenvolvidas está relacionado a certos valores e costumes como a racionalidade, a família reduzida, a realização, a mobilidade social e o universalismo. Esses valores representariam a modernidade em detrimento do tradicionalismo<sup>34</sup>.

Até o século XVII, não havia desenvolvimento em qualquer parte do mundo, fosse no Ocidente ou no Oriente. Os níveis de produtividades eram baixos, devido à sociedade de estrutura agrária que não favorecia ao desenvolvimento econômico sustentado<sup>35</sup>. Pode-se relacionar o desenvolvimento econômico à formação do Estado

---

<sup>32</sup> KENNEDY, P. *Op. Cit.*, p. 149.

<sup>33</sup> TU WEI-MING. A crise asiática. In HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. *A cultura importa: os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 355.

<sup>34</sup> LIPSET, S. M., LENZ, G. S. Corrupção, Cultura e Mercados. In *Ibid*, p. 187.

<sup>35</sup> GRONDONA, M. Uma Tipologia Cultural do Desenvolvimento Econômico. In *Ibid*, p. 101.

Moderno, à Reforma Protestante e ao Iluminismo, ou seja, fatores internos à Europa Ocidental que foram difundidos no mundo, garantindo ao Ocidente um poder cultural que fez da região um paradigma a ser seguido.

Assim, depreende-se que a cultura é um importante elemento do poder, que, por sua vez, é um dos componentes centrais de qualquer vertente teórica das relações internacionais. Com isso, a cultura apresenta-se como referência importante ao estudo das relações internacionais.

Para Edgar Telles Ribeiro, a relação entre cultura e política externa, presente na diplomacia cultural, abrange, entre outros, os temas ou idéias a seguir:

- a) intercâmbio de pessoas;
- b) promoção da arte e dos artistas;
- c) ensino de língua, como veículo de valores;
- d) distribuição integrada de material de divulgação;
- e) apoio a projetos de cooperação intelectual;
- f) apoio a projetos de cooperação técnica;
- g) integração e mutualidade na programação<sup>36</sup>.

A importância da diplomacia cultural nas relações entre os Estados consiste no fato de a cultura contribuir para a superação de barreiras, a compreensão mútua - que leva à cooperação - e para a construção de um cenário internacional com menos desconfiança e mais orientado para a manutenção da paz.

De acordo com Ribeiro, nas relações internacionais, o poderio militar ou econômico de um país tende a intimidar, enquanto a cultura tem o poder de seduzir

---

<sup>36</sup> RIBEIRO, E. T. *Diplomacia Cultural*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989, p. 21.

outras nações<sup>37</sup>. O papel da diplomacia cultural seria o de cativar, atrair o outro para uma esfera de cooperação mútua.

### **1.3 O conceito de poder em dois espectros: poder duro e poder brando**

Em matéria de política internacional, o poder é considerado um meio e um fim pelo qual se desenvolve uma relação de dominação de uma parte sobre a outra. Tal relação garante a uma das partes o poder de determinar o comportamento dos demais, na busca de seus interesses e princípios. Para Cristina Soreanu Peequilo, o poder de influenciar ou determinar o comportamento dos demais pode ser exercido por meio de duas fontes: a violência, baseada na força, e a racionalidade, que privilegia o convencimento<sup>38</sup>.

O contraste entre essas duas fontes de poder, sugerido por Pecequilo, relaciona-se aos conceitos de poder duro e poder brando, desenvolvidos por Nye na obra *Bound to Lead*, publicada em 1990<sup>39</sup>.

Para Nye, o poder duro é o espectro no qual seu exercício dá-se por meio da coerção (“*sticks*”) ou da indução (“*carrots*”). Nesse espectro, o poder baseia-se na força militar e na economia. Já o poder brando vale-se da atração como forma de poder. Essa atração é concretizada por meio da cultura, dos valores políticos e da formulação da política externa de um país<sup>40</sup>.

Na esfera militar, o poder duro, também conhecido como poder de comando, é colocado em prática com as guerras e a diplomacia de alianças belicosas, enquanto na economia, tal poder de comando é exercido pelo uso de pagamentos, políticas de apoio financeiro, sanções e, até mesmo, subornos como formas de coerção e indução.

---

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>38</sup> PECEQUILO, C. S. *Introdução às Relações Internacionais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p. 57.

<sup>39</sup> NYE, J. *Op. Cit.*, 2004, p. XI.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 11.

O poder brando consiste na capacidade de atrair os outros por meio de instituições, ideologias, valores compartilhados com o meio internacional e uma cultura universalista.

Desse modo, a distinção entre os recursos de poder duro e poder brando poderia ser pensada no contraste entre poderes tradicionais, que podem ser sentidos de forma prática, e poderes intangíveis, caracterizados pela atração ou convencimento:

*O hard power*, ou poder duro, refere-se aos recursos de poder tradicionais, passíveis de serem vistos e sentidos com facilidade, percebendo-se sua influência e importância na prática [...]. No outro extremo, o *soft e coercive power*, definido como o poder “suave” e de cooptação, sustenta-se em elementos de poder intangíveis e que não podem ser percebidos na prática. O poder suave relaciona-se ao poder de convencimento e das idéias [...]<sup>41</sup>.

Apesar de dividir o conceito de poder em dois espectros, Nye lembra que o poder brando e o poder duro estão relacionados, pois compõem a idéia de poder como um todo. A diferença entre esses dois aspectos do poder é gradual, ou seja, consiste no grau em que o poder é exercido, podendo tender mais para o comando, ou mais para a atração. Um exemplo dessa relação é o fato de a diminuição de uma fonte de poder de um Estado ter a capacidade de abalar o poder de tal Estado como um todo, ou seja, tanto sua capacidade de atração, como de coerção ou indução. Quando um país perde parte de seu poder econômico, é muito provável que essa perda afete não somente seu poder duro, mas também sua capacidade exercer atração sobre outros países que o admiram por sua prosperidade econômica<sup>42</sup>.

Embora a divisão do conceito de poder em poder duro e poder brando seja recente, a idéia da importância de estabelecer-se o consenso como uma forma de exercer

---

<sup>41</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 2004, p. 59.

<sup>42</sup> NYE, J. *Op. Cit.*, 2004, p. 7-9.

o poder não é nova nas ciências políticas. Giovanni Arrighi lembra que Antonio Gramsci já falara da importância do consenso para o exercício da hegemonia no plano nacional. O poder hegemônico não consiste em uma dominação pura e simples, mas naquele poder associado à dominação, bem como ao exercício da liderança intelectual e moral<sup>43</sup>.

O poder hegemônico é uma combinação de força e consenso. Ao abordar o tema, Gramsci afirma que essa combinação deve dar-se “... sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria [...]”<sup>44</sup>. Gramsci articula cultura e hegemonia; para ele, a hegemonia se realiza como direção política e cultural da sociedade<sup>45</sup>. A direção cultural da sociedade é instituída por meio do consenso, um arcabouço de ideologias e crenças comuns. Essas ideologias radicam-se na estrutura da sociedade, organizando o espaço onde grupos sociais pensam e conscientizam-se de sua posição social<sup>46</sup>. Assim, esses grupos podem aceitar essa posição e conservá-la – nesse caso há o consenso em relação ao poder hegemônico – ou lutar para transformá-la.

De acordo com Gramsci, a crise de hegemonia se estabelece quando a classe dominante perde o consenso, ou seja, deixa de ser dirigente, passando a ser simplesmente um grupo dominante. Isso ocorre quando as ideologias tradicionais, que antes fundamentavam o consenso hegemônico, caem em desuso e não são mais acreditadas pelas grandes massas<sup>47</sup>.

Embora Gramsci não tenha desenvolvido suficientemente o conceito de hegemonia nas relações internacionais como desenvolveu em nível nacional, o tema

---

<sup>43</sup> ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: UNESP, 1998.

<sup>44</sup> GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere* (v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 95.

<sup>45</sup> SCHLESENER, A. H. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992, p. 12.

<sup>46</sup> *Ibid*, p. 17.

<sup>47</sup> GRAMSCI, A. *Op. Cit.*, p. 184.

apresenta-se atual na análise das novas formas de exercício do poder em escala mundial<sup>48</sup>.

A noção de hegemonia gramsciana, baseada na combinação de consenso e força, pode ser identificada como premissa para o desenvolvimento dos conceitos de poder duro e poder brando, propostos por Nye.

Para Gramsci, o Estado é uma combinação da sociedade política com a sociedade civil<sup>49</sup> e o exercício do poder ocorre por meio de uma articulação das funções da sociedade política com a sociedade civil. A sociedade política relaciona-se ao poder de domínio direto ou comando, enquanto a sociedade civil está relacionada à função de direção da sociedade, onde há a formação e manutenção do consenso<sup>50</sup>:

A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter também com a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados<sup>51</sup>.

Dessa perspectiva, tem-se a hegemonia como um fato político, mas que não pode ser compreendido sem considerar-se a sociedade em que se apresenta, ou seja, a hegemonia é um fenômeno político que só pode ocorrer em determinadas condições sociais. A disputa pela hegemonia ocorre entre grupos sociais com concepções de

---

<sup>48</sup> MELLO, A. F. Gramsci, o capital supranacional e o novo teorema da política. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, 2006, p. 105-113.

<sup>49</sup> GRAMSCI, A. *Op. Cit.*, p. 244.

<sup>50</sup> SCHLESENER, A. H. *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>51</sup> GRAMSCI, A. *apud* SCHLESENER, A. *Op. Cit.*, p. 19.

mundo diferentes que tentam impor suas condições aos demais<sup>52</sup>. Essa disputa entre grupos sociais com diferentes concepções de mundo nos remete ao campo da cultura:

[...] ao estabelecer que a luta pela hegemonia se dá entre grupos sociais com concepções do mundo diferentes, Gramsci automaticamente remete ao campo da cultura, que não pode ser compreendido e analisado se descurarmos da interação sempre presente entre sociedade e cultura. Com isso quero dizer que a luta pela hegemonia se dá entre visões de cultura e não de civilização – *Kultur* e não *Zivilisation*<sup>53</sup>.

Gramsci entende que o exercício do poder manifesta-se pela combinação de domínio e direção. Essa concepção está presente na idéia de poder duro e poder brando. De acordo com Nye, apesar desses dois espectros do poder se relacionarem, eles se diferenciam em sua forma de manifestação. O poder duro é aquele relacionado ao comando, enquanto o poder brando está ligado à atração<sup>54</sup>. O ideal para o exercício da hegemonia é que os “poderes *hard* e *soft* estejam em uma situação de equilíbrio, para que se alternem como instrumentos de dominação”<sup>55</sup>.

Do mesmo modo que Gramsci relaciona a sociedade civil à formação e manutenção do consenso, Nye também o faz, alertando para o fato de que o governo não pode ou não deve controlar a cultura, que funciona como arcabouço para esse consenso<sup>56</sup>. Apesar de defenderem a relação entre hegemonia e cultura ou poder e cultura, tanto Gramsci<sup>57</sup>, como Nye reconhecem a importância do poder de comando

---

<sup>52</sup> FERREIRA, O. S. A sociologia de Gramsci. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, 2006, p. 87-93.

<sup>53</sup> *Ibid.*

<sup>54</sup> NYE, J. *Op. Cit.*, 2004, p. 7.

<sup>55</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 2004, p.59.

<sup>56</sup> NYE, J. *Op. Cit.*, 2004, p. 17.

<sup>57</sup> SCHLESENER, A. H. *Op. Cit.*, p. 19.

que, apesar de não ser o mais eficiente em longo prazo, é o mais rápido em situações de urgência.

Tendo como uma de suas premissas a importância do elemento cultural, ao propor o conceito de poder brando, Nye alerta para a importância desse espectro do poder nas relações internacionais. O poder brando é composto por três elementos: cultura, valores políticos e política externa<sup>58</sup>. Restringe-se, aqui, à relação entre cultura e poder brando.

“O poder brando apóia-se na habilidade de moldar as preferências dos outros”<sup>59</sup>. Uma cultura com alto poder de atração é uma das formas mais eficientes de moldar preferências alheias. A cultura é um conjunto de valores e costumes que dão um significado a uma sociedade. Quando a cultura de um país é composta por alguns elementos universais, ou amplamente compartilhados, e quando esse mesmo país opta por políticas que promovam tais valores, cria-se uma esfera de atração em torno dessa nação. Esse poder de atração é uma ferramenta importante para “moldar as preferências dos outros”, ou seja, para fazer com que os outros queiram aquilo que você quer:

Quando a cultura de um país inclui valores universais e suas políticas promovem valores e interesses comuns aos outros países, aumenta a probabilidade de que esse país obtenha os resultados desejados, devido à relação de atração e responsabilidade que esse país cria. Valores limitados e culturas paroquiais dificilmente produzem poder brando. Os Estados Unidos beneficiam-se de uma cultura universalista<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> NYE, J. *Op. Cit.*, 2004, p. 11.

<sup>59</sup> *Ibid*, p. 5.

<sup>60</sup> *Ibid*, p. 11 (tradução nossa).



Para Gramsci, a sociedade é composta por uma variedade de grupos sociais e nela convivem diferentes modos de produção, diferentes tipos de condutas sociais e diversas culturas. Aí reside o problema da hegemonia. O grande desafio para o estabelecimento da hegemonia é a unificação das consciências históricas dessa variedade de grupos sociais, encontrar valores comuns a tais grupos<sup>61</sup>.

Nesse sentido, depreende-se que o grupo social com maior capacidade de atrair outros grupos por meio de valores compartilhados e influenciar tais grupos em nome de um interesse comum tem maior chance de exercer poder hegemônico sobre os demais. A disputa pela hegemonia mundial implica em uma “guerra de posição”, sinalizando para um embate cultural pela internalização de uma visão de mundo, pela criação de uma ideologia que molde mentalidades e pela capacidade de dirigir destinos<sup>62</sup>.

Nye alerta para a diferença entre produtos culturais e o poder de atração em si. Os produtos culturais são recursos que podem, ou não se converterem em poder brando. Tanques de guerra não são boas fontes de poder quando estão em pântanos ou florestas. Carvão e aço não são de muita serventia a um país sem um parque industrial. Tudo depende do contexto<sup>63</sup> e, para transformar produtos culturais – sejam eles populares ou sofisticados – em poder de atração, é necessário que esses produtos culturais traduzam-se em valores universais, ou que sejam amplamente compartilhados pela comunidade internacional. Um exemplo da transformação de produtos culturais em poder brando é a importância da influência da cultura norte-americana nos países que compunham a antiga União Soviética para a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria. A propaganda do governo soviético e seus programas culturais não puderam impedir a atração que a

---

<sup>61</sup> FERREIRA, O.S. *Op. Cit.*

<sup>62</sup> MELLO, A.F *Op. Cit.*

<sup>63</sup> NYE, J. *Op. Cit.*, 2004, p. 12.

cultura norte-americana exercia sobre jovens soviéticos. Os Estados Unidos saíram vitoriosos da guerra graças a uma combinação de poder duro e poder brando. O poder duro levou à contenção de ambas as partes e o poder brando estadunidense contribuiu para o desgaste do sistema soviético de dentro para fora<sup>64</sup>.

O sistema de relações internacionais é considerado anárquico, no entanto, anarquia não é o mesmo que caos. A anarquia quer dizer ausência de um governo central, enquanto o caos implica em uma falta total de organização<sup>65</sup>. À medida que aumenta a situação de caos, há uma demanda crescente por ordem. Nesse contexto, qualquer Estado capaz de atender a essa demanda pode tornar-se uma potência hegemônica. A liderança exercida por essa potência deve ser legítima, para tanto, é necessário que seja percebida pelos outros Estados como um algo do interesse geral:

O “caos” e o “caos sistêmico”, em contraste [com a anarquia], referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada no conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e de normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>65</sup> ARRIGHI, G. *Op. Cit.*, p. 30.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 30.

A ascensão dos Estados Unidos como potência mundial hegemônica no segundo pós-guerra insere-se na lógica de Arrighi. Para Gerson Moura, já no período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais (1918-1939), percebe-se uma crise política e ideológica no sistema de poder<sup>67</sup>. Nesse período, nenhuma potência pretendeu ordenar o caos mundial, mas agiram de acordo com seus objetivos expansionistas nacionais. A única exceção foi os Estados Unidos que atuaram com o intuito de defender o comércio nacional e o livre-cambismo<sup>68</sup>.

O caos do sistema de poder torna-se ainda mais caótico ao final da Segunda Guerra Mundial. As conseqüências desastrosas da guerra provocaram uma demanda por ordem e liderança na reestruturação da ordem mundial, que foi atendida pelos Estados Unidos. Nesse contexto, o poder brando americano foi eficiente como instrumento de persuasão, garantindo credibilidade e legitimidade à hegemonia estadunidense, que agora devia disputar o poder com a URSS.

---

<sup>67</sup> MOURA, G. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 51-52.

<sup>68</sup> QUIJANO *apud* MOURA. *Ibid*, p. 52.

*Tradições da política externa norte-americana para a  
América Latina*

*“A expansão dos Estados Unidos sobre o continente americano,  
desde o Ártico até a América do Sul, é o destino de nossa raça  
(...) e nada pode detê-la”.*

*(James Buchanan, 1857).*

## 2.1 A construção de uma identidade nacional norte-americana

Na linguagem comum uma nação é compreendida como o “povo de um Estado”. Apesar das ambigüidades que cercam o conceito de nação, podemos indubitavelmente relacionar o conceito a um sentimento de solidariedade comum aos membros de um determinado grupo, quando comparado a outros. Desse modo, “o conceito pertence à esfera dos valores”<sup>69</sup>.

Para Weber, poderíamos definir a idéia de nação como uma comunidade de sentimento que se manifesta adequadamente em um Estado próprio, assim, entende-se que uma nação é uma comunidade que tende a produzir seu próprio Estado<sup>70</sup>. Entretanto, nos Estados Unidos, essa tendência não foi seguida, já que notamos que a formação do Estado norte-americano ocorreu antes da consolidação de uma identidade nacional. A necessidade de se construir uma identidade comum é percebida em dois momentos cruciais da história estadunidense: a independência (1776) e a Guerra Civil Americana (1861-1865).

O processo de formação do Estado e de construção da identidade nacional pode ser considerado como berço da cultura política norte-americana, pois é nele que encontramos os valores que orientam as diretrizes de política externa do país, principalmente no que se refere às suas relações com a América Latina.

Desse modo, a partir da compreensão dos valores e tradições que permeiam a política norte-americana, vislumbra-se um melhor entendimento das relações político-culturais entre os Estados Unidos e o Brasil, durante o período que compreende a Política da Boa Vizinhança de Franklin Delano Roosevelt.

Uma simples comparação entre o modelo de colonização implantado na América Ibérica e aquele praticado na América do Norte - baseando-se nos respectivos conceitos

---

<sup>69</sup> WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LCT Editora, 2002, p 120.

<sup>70</sup> *Ibid*, p. 123.

de colônia de exploração e colônia de povoamento - é uma forma um tanto simplista para se compreender as diferenças que abarcam o período colonial nessas duas regiões do continente americano.

Partindo de um enfoque cultural, compreende-se as diferenças entre a colonização da América Latina e a da América do Norte por meio de uma comparação entre a postura colonizadora católica e a protestante<sup>71</sup>. Na Inglaterra, as tradições de direitos individuais e mobilidade social estiveram mais presentes na sociedade, estimulando o espírito de iniciativa individual. A teologia protestante reforçou essa tendência com seu individualismo espiritual<sup>72</sup>. A Igreja Católica, que proibia o lucro e o empréstimo de dinheiro a juros, contrastava com a ética protestante, principalmente com a corrente calvinista, que favoreceu o desenvolvimento do capitalismo<sup>73</sup>. A idéia de que a importância de se ganhar o pão de cada dia não deveria ser tão importante quanto a busca pela salvação eterna estava enraizada na mentalidade dos colonizadores espanhóis<sup>74</sup>. A ética protestante dos colonizadores anglo-saxões valorizava mais o sucesso material que a religião católica.

Para os protestantes, a riqueza era sinal da predestinação divina, era por meio do trabalho e do enriquecimento que o homem provava que era um eleito de Deus. Essa filosofia era vista na América Latina como materialista e contra a os valores humanísticos da herança cultural ibérica<sup>75</sup>.

De acordo com Weber, pode-se relacionar o espírito da vida econômica moderna à ética racional protestante<sup>76</sup>. Os puritanos ingleses que chegavam à América, tais como

---

<sup>71</sup> KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: a formação da nação*. São Paulo: Contexto, 2005, p.15.

<sup>72</sup> SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 19.

<sup>73</sup> WEBER, M. *Op. Cit.*, 2005, *passim*.

<sup>74</sup> GASPAR, E. *United States - Latin América: a special relationship?* Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1978, p. 9.

<sup>75</sup> *Ibid*, p. 9.

<sup>76</sup> WEBER, M. *Op. Cit.*, 2005, p. 32.

os holandeses, tinham características opostas à “alegria de viver”<sup>77</sup>, comportavam-se como “atletas morais”:

Os puritanos eram “atletas morais”, convencidos de que a “vida correta” era a melhor prova (embora não garantia) de que o indivíduo desfrutava da graça de Deus. A vida correta incluía trabalhar tão arduamente e ser tão bem-sucedido quanto possível em qualquer ofício mundano e negócio em que Deus houvesse colocado a pessoa. Animados por essas convicções, não era de admirar que os puritanos fossem altamente vitoriosos em suas atividades temporais, em especial nas circunstâncias favoráveis oferecidas pelo ambiente do Novo Mundo<sup>78</sup>.

Os protestantes, ao contrário dos católicos, não acreditavam na salvação por meio da Igreja e dos sacramentos, mas por uma vida regrada, alheia aos prazeres mundanos, dedicada ao trabalho, de modo a multiplicar as riquezas, que eram vistas como uma benção divina.

De acordo com Edmund Gaspar, os pioneiros que colonizaram a América do Norte eram produto do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, enquanto os conquistadores espanhóis e portugueses ainda não haviam tido contato com as idéias capitalistas<sup>79</sup>. Esse contraste representa a diferença da Europa que migrou para a América do Norte daquela que migrou para a América Latina.

A estrutura social e o modo de produção desenvolvidos no Brasil colônia diferem muito daqueles da América Inglesa. Na colônia portuguesa estratificou-se uma sociedade bipolar, baseada no esquema de senhores e escravos, com a ausência de uma classe média empreendedora que ambicionasse a democracia. Desse modo, a metrópole não encontrou maiores problemas ao suprimir órgãos eletivos para a administração

---

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>78</sup> SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Op. Cit.*, p. 29.

<sup>79</sup> GASPAR, E. *Op. Cit.*, p. 10.

local<sup>80</sup>. Já nos Estados Unidos, a sociedade caracterizou-se por uma formação mais igualitária, por indivíduos que migravam para o Novo Mundo em busca de uma nova pátria, buscando refúgio das lutas religiosas e políticas que marcaram o fim do feudalismo na Europa<sup>81</sup>.

Não houve um projeto de colonização da coroa inglesa para a América do Norte nos moldes da colonização desenvolvida por Espanha e Portugal nas colônias ibéricas. Os conquistadores hispânicos institucionalizaram a *encomienda*, sistema semelhante às capitâneas hereditárias implantadas nas colônias portuguesas. De acordo com esse sistema, a coroa espanhola concedia ao *encomendero* um grande lote de terra e o direito hereditário de explorar o trabalho dos índios que viviam no local. A *encomienda* funcionou como um ramo da administração espanhola e contribuiu para o desenvolvimento de uma aristocracia, que serviu como base para a formação da tradicional oligarquia latino-americana<sup>82</sup>.

Já no século XVII, a América Espanhola mostrava um grau de organização muito superior àquele existente nas colônias da América Inglesa, que, na opinião de Leandro Karnal, “era um amontoado de pequenas aldeias atacadas por índios e rondadas pela fome”<sup>83</sup>. Na América Latina, havia uma estrutura organizacional dirigida pela metrópole e garantidora da participação direta da coroa nos negócios das colônias. Tal grau de disparidade entre a organização colonial das Américas Ibérica e Inglesa deveu-se, principalmente, ao fato de que a Inglaterra começou suas aventuras colonizadoras como um país pobre<sup>84</sup>, quando comparada à posição de grande potência que ocupava a Espanha. A coroa britânica não pôde financiar a ocupação e exploração das novas

---

<sup>80</sup> BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rido de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 5.

<sup>81</sup> *Ibid*, p. 7.

<sup>82</sup> GASPAR, E. *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>83</sup> KARNAL, L. *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>84</sup> SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Op. Cit.*, p. 19-20.



terras. Para tanto, convocou-se a iniciativa privada inglesa que desempenhou tal tarefa com um misto de “patriotismo, fanatismo religioso protestante, sede de aventura e cobiça”<sup>85</sup>.

O valor atribuído à educação também ilustra as diferenças culturais entre a América Ibérica e a América Inglesa. Nas colônias inglesas, ainda antes da guerra de independência já havia um movimento intelectual intenso. A educação nas escolas era favorecida pelo protestantismo, que valorizava a alfabetização para a livre interpretação da Bíblia. A educação superior recebia atenção especial, pois um grupo que se acreditava eleito por Deus deveria ser educado como tal. Assim, até 1764, foram estabelecidas nas 13 colônias inglesas sete instituições de ensino superior, dentre elas destacam-se Harvard (1636), em Massachusetts; Yale (1701), em Connecticut; Princeton (1746), em Nova Jersey e Colúmbia (1754), em Nova York<sup>86</sup>.

Na América Ibérica, também foram implantadas instituições de ensino superior, como foi o caso do México, em 1553, e do Brasil, tardiamente em 1808. No entanto, o acesso era restrito e grande parte da população era analfabeta, já que a organização das escolas primárias deixava a desejar, quando comparada com a das escolas da América Inglesa<sup>87</sup>. De acordo com Darci Ribeiro, no primeiro quartel do século XIX, A alfabetização na América Latina não ultrapassava os 8% de sua população, enquanto nos Estados Unidos 85% da população branca era alfabetizada<sup>88</sup>.

Outro fator que contribuiu para a diferença na organização colonial entre norte e sul do continente americano foi existência de riquezas de fácil exploração na América Ibérica, o que fez com que as metrópoles espanhola e portuguesa criassem um projeto de colonização para aquela região sob rígido controle da coroa. Já na América Inglesa,

---

<sup>85</sup> *Ibid*, p. 20.

<sup>86</sup> KARNAL, L., *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>87</sup> *Ibid*, p. 39.

<sup>88</sup> RIBEIRO, D. *apud* BANDEIRA, M. *Op. Cit.*, p. 9

os colonos sofriam com o clima inóspito da região, que não apresentava riquezas de fácil exploração.

As treze colônias inglesas nasceram e se desenvolveram sem uma tutela direta do Estado. A ausência de um projeto de colonização e de um controle rígido pela coroa inglesa foi um dos fatores que tornou possível a independência dos Estados Unidos<sup>89</sup>.

Ao se compararem os modelos de colonização implantados nas duas Américas, percebe-se que o Estado Moderno, acompanhado pelas transformações do Renascimento europeu e da Reforma Protestante, migrou para a América do Norte, especialmente para a região da Nova Inglaterra, enquanto, na América Latina, implantou-se um projeto rigidamente controlado pelas coroas portuguesa e espanhola voltado para a exploração das riquezas daquela região, sem qualquer autonomia local. Essa diferença imprime um caráter individualista - o homem protestante devia seguir seu caminho sozinho em busca de sua salvação eterna<sup>90</sup> - e progressista - os colonos tinham autonomia para buscar o progresso no Novo Mundo - à cultura norte-americana, desde o período colonial, enquanto a América Ibérica esteve presa ao controle da metrópole e às tradições da Igreja Católica.

Esses contrastes sócio-culturais implicaram em diferenças na formação da identidade nacional e no processo de independências dessas duas Américas. Nesse sentido, comparando-se o Brasil e os Estados Unidos, percebe-se que o primeiro resulta de uma política econômica altamente dependente da metrópole portuguesa e que, mesmo após o advento da independência, a combinação de monocultura e trabalho escravo voltada ao mercado externo foi mantida, atendendo os interesses de grandes produtores rurais<sup>91</sup>, que não estavam interessados na diversificação da economia brasileira. Os Estados Unidos, ao contrário, resultam da ascensão burguesa na Europa,

---

<sup>89</sup> KARNAL, L., *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>90</sup> WEBER, M., *Op. Cit.*, 2005, p.82.

<sup>91</sup> BANDEIRA, M., *Op. Cit.*, p. 11.

da Revolução Industrial e de um processo emancipação que desafiou os interesses da metrópole inglesa e plantou na nação uma consciência de identidade nacional<sup>92</sup>.

Apesar dos milhares de órfãos e miseráveis que migraram para o novo continente, são os *pilgrims fathers* (pais peregrinos) que constituem a idéia do povo fundador da América no imaginário da população estadunidense. Os peregrinos eram um grupo de protestantes, principalmente calvinistas, abastados e bem educados na Inglaterra, que migraram para as colônias devido à perseguição religiosa<sup>93</sup>.

Ao migrar para o continente americano, os peregrinos viam-se como os antigos hebreus, pois acreditavam que, tal como os hebreus, eram um povo eleito por Deus e que deviam, portanto, buscar a terra prometida<sup>94</sup>. O Novo Mundo para esses peregrinos era a possibilidade de constituir uma nova sociedade, livre das perseguições das quais eram vítimas na Europa. Para eles, a América do Norte era uma nova Israel e Boston era uma nova Jerusalém, na qual a moralidade e a religiosidade eram valores impostos por Deus<sup>95</sup>.

Baseando-se nesse ideal, de constituição de uma sociedade de eleitos por Deus, livre das intolerâncias religiosas, difundiu-se no imaginário norte-americano o mito de que aquele era um povo herdeiro dos pais peregrinos e que tinham como missão a constituição um Estado Nacional como nenhum outro, uma sociedade excepcional<sup>96</sup>.

As treze colônias norte-americanas que deram origem aos primeiros estados que formariam o que veio a ser os Estados Unidos não tinham uma identidade nacional. Cada colônia tinha vida própria e eram independentes umas das outras. A união das treze colônias é consequência de um sentimento antibritânico e não de um ideal

---

<sup>92</sup>*Ibid*, p. 11.

<sup>93</sup> JENKINS, P. *Breve Historia de Estados Unidos*. Madrid: Alianza Editorial, 2003, p. 40.

<sup>94</sup> JUNQUEIRA, M. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 12.

<sup>95</sup> JENKINS, P. *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>96</sup> JUNQUEIRA, M. *Op. Cit.*, 2001, p. 12.

nacional. A consciência de nação só foi constituir-se no século XVIII, após a formação do Estado.

Para compreender-se a construção dessa idéia de nação é necessário que se leve em conta dois acontecimentos história dos Estados Unidos: a independência, declarada em 1776, e a Guerra Civil Americana, que ocorreu no período de 1861 a 1865.

Como dito anteriormente, os modelos de colonização implantados na América Ibérica e na América do Norte diferem muito no que diz respeito às tradições culturais que foram trazidas pelos imigrantes para essas regiões.

Enquanto na América Ibérica predominava a unidade e tradição em torno do catolicismo, além do forte controle exercido pela metrópole, na América do Norte, a diversidade de grupos protestantes que buscavam um mundo livre e a relativa autonomia das colônias inglesas em relação à metrópole propiciaram um ambiente favorável à construção de uma nova memória, uma nova identidade que não remetesse ao Estado Inglês. Essa diferença de tradições fez com que a idéia de separação entre colônia e metrópole fosse muito mais viável às colônias da América do Norte do que às daquelas da América do Sul.

Ainda que a separação da metrópole fosse mais viável às colônias da América do Norte, a Revolução Americana não foi, desde seu início, um movimento pela independência<sup>97</sup>. Até a decisão de romper com a mãe pátria - no verão de 1776 – o tema dividiu opiniões. De um lado, estavam homens que concordavam que as colônias eram parte inseparável da Inglaterra e da Europa, de outro lado, estavam aqueles que reclamavam uma identidade e um destino próprio para as colônias britânicas<sup>98</sup>.

Nesse sentido, destaca-se a obra de Tom Paine, *Common Sense (Senso Comum)*. Partidário da independência, Paine expõe no texto as razões pelas quais as colônias

---

<sup>97</sup> MAY, E. R. (org.). *Os Grandes Debates da Política Exterior Norte-Americana*. Rio de Janeiro; Distribuidora Record, 1964, p. 1.

<sup>98</sup> *Ibid*, p. 1.

britânicas deveriam se unir pela independência da metrópole. Entre as razões, o autor aponta a necessidade de os Estados Unidos desvincularem-se da Europa, que, para ele, estava “demasiadamente coalhada em reinos para passar muito tempo em paz”<sup>99</sup>. Além disso, sempre que houvesse uma guerra entre a Inglaterra e uma outra potência estrangeira, os negócios americanos seriam prejudicados, “*devido à sua conexão com a Bretanha*”<sup>100</sup>. Essa necessidade de desvincular-se da Inglaterra e da Europa, como um todo, já dava mostras do que viria a ser a tradição isolacionista da política exterior norte-americana. Essa tendência ao isolamento confirmou-se logo após a independência dos Estados Unidos, durante o governo de George Washington, quando o presidente declarou a neutralidade dos Estados Unidos na ocasião da Revolução Francesa, embora o país tivesse um tratado de aliança com a França<sup>101</sup>.

Além das diferentes tradições culturais, que influenciaram de modo indireto a independência dos Estados Unidos, outros fatores - que antecedem o debate entre partidários e opositores da separação da metrópole - também contribuíram para a emergência de um sentimento antibritânico entre as colônias. Entre esses fatores estão: a Guerra dos Sete Anos e a política fiscal adotada pela coroa inglesa após a essa guerra<sup>102</sup>.

A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) marcou a rivalidade entre Inglaterra e França em território americano. Essa disputa colocou os colonos americanos em guerra contra os franceses. A partir desse episódio, os habitantes das treze colônias experimentaram a prática do exército e a união de forças em torno da luta contra um inimigo comum<sup>103</sup>. A França perdeu em favor dos ingleses o território do Canadá e parte da Louisiana. Na década posterior a 1763, as colônias começaram a desenvolver uma confiança que contribuiria para as ambições de separação do domínio britânico. A

---

<sup>99</sup> PAINE, T. *O Senso Comum e a Crise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 26.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 26; grifo no original.

<sup>101</sup> MAY, E. (org.) *Op. Cit.*, pp. 19-20.

<sup>102</sup> KARNAL, Leandro. *Op. Cit.*, pp. 67-77.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 70.

presença de vizinhos franceses agressivos havia limitado a insatisfação com a metrópole britânica, já que as colônias dependiam do auxílio de tropas inglesas para evitar possíveis invasões. Com a eliminação do inimigo francês, os colonos puderam pensar em seus interesses<sup>104</sup>. Dentre esses interesses estava a questão da expansão das colônias para as terras do Oeste, reivindicada pelos colonos e proibida pela metrópole. Em 1763, a coroa fixou os Apalaches como zona limite da colonização britânica, atendendo aos interesses de especuladores de terra e comerciantes de pele<sup>105</sup>.

A vitória inglesa na Guerra dos Sete Anos levou a Inglaterra à posição de maior império colonial no mundo. A partir da segunda metade do século XVIII, com as inovações trazidas pela Revolução Industrial, a Inglaterra passava a olhar suas possessões coloniais americanas com outros olhos, pois a necessidade de matéria-prima para suas indústrias e mercado consumidor para seus produtos despertou na metrópole o interesse em desenvolver uma crescente política de domínio político e econômico sobre as colônias americanas, que, até então, gozavam de relativa autonomia em relação à coroa inglesa<sup>106</sup>.

A política fiscal adotada pela coroa, após a Guerra dos Sete Anos pode ser considerada como a ruptura de interesses entre as colônias e a metrópole.

Dentre as novas leis inglesas estavam a Lei do Açúcar (*Sugar Act*), promulgada em 1764 - que reduzia o imposto sobre o melaço estrangeiro e encarecia os encargos para importação de açúcar e artigos de luxo, vinhos e café que entravam nas colônias<sup>107</sup> - e a Lei do Selo (*Stamp Act*), de 1765 – que exigia que todos os documentos, periódicos e outros elementos de intercambio comercial deveriam ter uma chancela do governo

---

<sup>104</sup> PERKINS P. *Op Cit.*, p. 73.

<sup>105</sup> *Ibid*, p. 74.

<sup>106</sup> KARNAL, Leandro. *Op. Cit.*, p. 70.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 73-74.

britânico. Com a Lei do Selo, a Inglaterra esbarrou nos interesses da elite colonial e deu-se início ao debate acerca da condição política dos colonos dentro do Império<sup>108</sup>.

Entre os anos 1766 e 1775, as divergências entre a as colônias e a metrópole inglesa se agravaram ainda mais. Os dissidentes criaram uma rede de propaganda organizada, baseada em clubes clandestinos chamados de Filhos da Liberdade. Em 1770, dissidentes de Boston e soldados ingleses se enfrentaram. Cinco colonos foram mortos. A partir de 1772, Boston tornou-se o centro de uma rede de opositores ao governo britânico. Eles compartilhavam informações e promoviam a idéia de uma América do Norte unida contra a repressão inglesa<sup>109</sup>.

Atingiu-se o ápice da crise quando, em 1773, em resposta à Lei do Chá (*Tea Act*) - que dava o monopólio do comércio do chá à Companhia das Índias Orientais - os colonos arremessaram ao mar trezentas caixas de chá retiradas dos navios do porto de Boston. O episódio ficou conhecido como a Festa do Chá (*Boston Tea Party*). Como resposta àquela violação da autoridade inglesa, a metrópole promulgou as chamadas Leis Intoleráveis. O porto de Boston foi fechado e a cidade ficava sob o aquartelamento de tropas inglesas<sup>110</sup>.

A mudança na política fiscal implantada pela Inglaterra tinha como objetivo aumentar o controle da metrópole sobre as colônias americanas. Para a Inglaterra, era importante fazer com que suas possessões coloniais na América passassem a render lucros à metrópole, de acordo com um sistema mercantilista e de modo a financiar a Revolução Industrial levada a cabo pela burguesia inglesa. No entanto, a postura adotada pelo governo inglês, após a Guerra dos Sete Anos, incentivou o surgimento de um sentimento comum entre as treze colônias não existente até então. A intransigência inglesa despertou na população de colonos o descontentamento com a metrópole

---

<sup>108</sup> PERKINS, P. *Op. Cit.*, p. 75.

<sup>109</sup> *Ibid*, p. 77.

<sup>110</sup> KARNAL, L. *Op. Cit.*, p. 76.

inglesa. De acordo com Leandro Karnal, “a série de leis promulgadas na segunda metade do século XVIII seria a causa imediata para a progressiva união dos colonos em torno da idéia de independência”<sup>111</sup>. É importante frisar, nesse contexto, que essa “progressiva união” entre as treze colônias não é fruto de uma idéia de nação comum, mas sim de um sentimento antibritânico.

No dia 2 de julho de 1776, as colônias decidiram pela independência dos Estados Unidos. No dia 4 do mesmo mês, ficou pronta a Declaração de Independência, que se consagrou como um dos documentos mais importantes da história americana. O texto é marcado pela influência do pensamento ilustrado da Europa do século XVIII, misturando elementos do pensamento racional com fundamentos religiosos<sup>112</sup>.

Há no documento a pretensão de um feito inédito. Pela primeira vez uma colônia separava-se da metrópole por meio de uma revolução. A idéia de um país que garante ao seu povo o direito divino da vida, da liberdade e da busca da felicidade permeia o imaginário americano, justificando historicamente sua missão de lutar pela liberdade e felicidade dos povos.

Com a independência, os Estados Unidos, em princípio, organizaram-se em torno de uma confederação (1778-1788). A confederação contava com o Congresso Continental, uma instância que deveria reunir e analisar as reivindicações dos 13 estados. Não havia um poder central, o que garantia aos estados autonomia suficiente para terem suas próprias milícias, moedas e políticas comerciais. A descentralização política na organização dos estados fez com que a fase da confederação fosse conhecida como período crítico, pois o Congresso Continental não tinha poder suficiente para fazer cumprir qualquer ação política. Houve, nesse período, uma série de agitações provocadas pelo descontentamento da população, pois, com a ausência de um

---

<sup>111</sup>*Ibid.*, p. 77.

<sup>112</sup>*Ibid.*, p. 86.



sentimento comum de nação entre os estados e de um poder central capaz de conferir unidade às antigas colônias, não se podia definir ao certo se os Estados Unidos era um só país ou um conjunto de estados recém independentes<sup>113</sup>. Para Alexander Hamilton, o mais grave visível defeito da Confederação era a total ausência de sanção para suas leis, pois, da forma como estavam organizados, os Estados Unidos não tinham poder para exigir o cumprimento de suas resoluções<sup>114</sup>. A ausência de uma garantia mútua dos estados era uma imperfeição que poderia deixar os Estados Unidos à mercê da usurpação das liberdades do povo, sem qualquer poder para evitar a desordem<sup>115</sup>.

A solução para o problema seria a formação de uma federação, baseada em uma constituição. Assim, em 1787 delegados de quase todos os estados norte-americanos reuniram-se durante quatro meses para discutir os rumos que o país tomaria. Desse encontro, resultou a Constituição dos Estados Unidos da América que, com dez emendas realizadas até 1795 e outras 17 até o ano de 1992<sup>116</sup>, consagrou-se, do mesmo modo que a Declaração de Independência, como um importante documento reconhecido até hoje como o texto constitucional do país.

A partir de então, houve a centralização do governo em torno da tripartição dos poderes, inspirada particularmente em Montesquieu. Assim, o governo passava a constituir-se pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O processo de independência dos Estados Unidos e a formação do Estado-Nação estão repletos de representações históricas que formaram a identidade nacional norte-americana e que permeiam o imaginário da população estadunidense ainda hoje. Os ideais de independência e de livre escolha de cada povo (o direito à vida, à liberdade e à procura da felicidade), apesar de muito difundidos pelo movimento iluminista na

---

<sup>113</sup> JUNQUEIRA, Mary. *Op. Cit.*, 2001, p. 22.

<sup>114</sup> HAMILTON, A.; JAY, J.; MADISON, J. *O Federalista*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1959, pp. 82-83.

<sup>115</sup> *Ibid*, p. 83.

<sup>116</sup> JUNQUEIRA, Mary. *Op. Cit*, 2001 p. 24

Europa, ainda não haviam sido colocados em prática por meio de um ato revolucionário, com a instituição de uma democracia federativa e uma constituição política. Essa conquista pioneira marcou a história dos Estados Unidos e a formação de sua identidade nacional. Há no imaginário norte-americano a idéia de que aquele é um povo garantidor da liberdade e da democracia, não que eles sejam os criadores desses ideais, mas os primeiros a lutarem por eles e, de certa forma, a colocá-los em prática, apesar de todas as falhas existentes nesse modelo de democracia, marcado pelas restrições impostas aos negros e pelo extermínio da população indígena que vivia na América antes da chegada dos colonos ingleses.

Com a conclusão do processo de independência, fez-se necessário forjar uma nação na América. Nesse sentido, é construída uma série de valores ao longo da história dos Estados Unidos. Pode-se dizer que esses valores compõem o imaginário norte-americano e definem seu perfil como nação, influenciando nos interesses e escolhas da política externa americana. Para Cristina Soreanu Pecequilo:

Desde os primeiros dias da República, os Estados Unidos têm buscado o seu lugar no mundo, amparados por muitas tradições e princípios que nasceram no século XVIII e que definem seu perfil como nação. Embora renovados e revisados em diferentes contextos, estes elementos, como a crença no poder do experimento liberal democrático, o sentido de missão e destino, o direito de abrir portas, a proteção da esfera regional e o excepcionalismo dos interesses e escolhas americanas e sua relação com a estabilidade e prosperidade da ordem global, são relativamente os mesmos, ajudando o país a estabelecer suas prioridades no sistema internacional e em seu próprio continente <sup>117</sup>.

Pecequilo alerta para a importância de compreender-se o processo histórico de evolução das posturas internacionais americanas no período anterior à sua ascensão

---

<sup>117</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 1999, resumo.

como potência hegemônica no segundo pós-guerra<sup>118</sup>. A compreensão do processo de construção da identidade nacional americana permite-nos compreender as diretrizes da política externa dos Estados Unidos, especialmente no que diz respeito às suas orientações políticas para a América Latina.

A política externa norte-americana evoluiu de acordo com as complexidades do país e da sociedade, no entanto, um conjunto de crenças e prioridades tradicionais na formação política dos Estados Unidos constitui, de certo modo, um modelo continuado a partir do século XVIII até o século XX. Dentre essas prioridades, um conjunto de objetivos podem ser encontrados freqüentemente na agenda americana: “a garantia da paz e da prosperidade, a manutenção da estabilidade e da segurança, a promoção e a defesa da democracia”<sup>119</sup>.

Na primeira metade do século XIX, consolidada a independência dos Estados Unidos, fortalecia-se a idéia de que Deus estava do lado da América, de que os norte-americanos eram um povo eleito, com um destino a cumprir.

A expressão “Destino Manifesto” foi utilizada por John L. O’Sullivan, na primeira metade do século XIX, em um ensaio de sua revista *Democratic Review*, no qual ele afirmava a necessidade de se anexar o Texas aos Estados Unidos: “cumprir nosso Destino Manifesto é expandir o continente como quer a Providência para o livre desenvolvimento e para que nos multipliquemos aos milhões”<sup>120</sup>.

O Destino Manifesto é uma das idéias mais enraizadas no imaginário norte-americano e pode ser identificado como um dos principais elementos da tradição cultural americana.

Após a consolidação da independência e da organização política do país, os Estados Unidos iniciam um processo de expansão territorial para o Oeste, que se

---

<sup>118</sup>*Ibid.*, p. IV

<sup>119</sup>*Ibid.*, p. 1-3

<sup>120</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Destino\\_Manifesto](http://pt.wikipedia.org/wiki/Destino_Manifesto).

estendeu durante o século XIX. Nesse contexto, o Destino Manifesto era utilizado como justificativa para a necessidade de se expandir as fronteiras americanas. Baseando-se na idéia que o povo americano era escolhido por Deus, os Estados Unidos afirmam a necessidade de expandir o experimento americano fundamentado no par democracia/república. Assim, as ambições territoriais norte-americanas não eram justificadas como interesses materiais, mas como um dever da nação estadunidense de expandir seus valores e o excepcionalismo de um povo que estava fadado a civilizar a América, de acordo com uma retórica de destino, fé, escolha e crença.

O processo de expansão territorial criou o mito do Oeste, que também constitui um elemento tradicional da cultura dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que os territórios, anteriormente habitados por indígenas e mexicanos, eram conquistados de forma violenta, construía-se uma versão romanceada da marcha para o Oeste<sup>121</sup>. Os homens que se lançavam às conquistas por novas terras eram tidos como heróis corajosos que se aventuravam por lugares desconhecidos, levando a luz da civilização americana. A partir de então, surge também a idéia do *self-made man*, homem que trabalhava no campo e que, por conta de seu trabalho e coragem de desbravar novas terras, tornava-se rico. A lenda do *cowboy* também está relacionada a esse período da história dos Estados Unidos. O *cowboy* americano consagrou-se como um dos mais fortes tipos nacionais norte-americanos, relacionado à conquista do Oeste e ao controle do mundo selvagem<sup>122</sup>.

O mito do oeste atravessou o tempo na história dos Estados Unidos, constituindo uma referência cultural para o norte-americano. Celebrado nos filmes de *far west*, a lenda do Oeste está ligada à idéia do progresso da sociedade americana e seu fardo de civilizar a barbárie.

---

<sup>121</sup> JUNQUEIRA, Mary. *Op. Cit.*, 2001 p. 56

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 60.

Enquanto norte-americanos descobriam o remoto Oeste, pressupostos românticos intensificavam-lhes a fé sobre a superioridade e destino glorioso de suas instituições livres. Rapidamente desenvolveu-se a idéia de que era o “manifesto destino” dessas instituições espalhar-se por todos os vastos, escassamente povoados e mal defendidos territórios situados no vale do Mississipi e o oceano Pacífico<sup>123</sup>.

O mito do expansionismo norte-americano está tão presente na identidade nacional estadunidense que, para historiador Jackson Turner, esse não é um processo que se encerra com a ocupação da costa do Pacífico:

Por aproximadamente três séculos, o fato dominante na vida americana foi a expansão. Com a colonização da costa do Pacífico e a ocupação das terras livres, esse movimento chegou a um limite. Dizer que essas energias expansionistas não continuam mais operando seria um diagnóstico por demasiado apressado; e os clamores de uma vigorosa política diplomática, de um canal interoceânico, de reviver nosso poder sobre os mares e em prol da extensão da influência americana a ilhas afastadas e países adjacentes são indicações de que o movimento vai continuar<sup>124</sup>.

O homem do Oeste acreditava no destino manifesto<sup>125</sup>. Tinha fé idealista na capacidade do indivíduo e na democracia. Esses valores atravessaram a história dos Estados Unidos e podem ser percebidos ainda hoje no expansionismo que caracteriza a política norte-americana. No entanto, tal expansionismo ultrapassa os limites territoriais, sendo exercido por meio do poder de influência dos Estados Unidos.

A experiência em meio a um território remoto e inóspito da expansão territorial faz com que a idéia de *wilderness* seja considerada um dos elementos básicos da

---

<sup>123</sup> SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Op. Cit.*, p. 166.

<sup>124</sup> TURNER, J. O Problema do Oeste. In KNAUSS, P. (org.) *Oeste Americano – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América*. Niterói: EdUFF, 2004, p. 67.

<sup>125</sup> *Ibid*, p. 62.

construção da identidade e do nacionalismo norte-americanos<sup>126</sup>. Os pressupostos do destino manifesto, como a missão civilizadora dos Estados Unidos e o *wilderness*, que a princípio descrevia somente o Oeste americano, agora passam a representar todo o lugar no qual caiba uma ação expansionista ou “civilizadora” norte-americana.

Apesar do expansionismo norte-americano ter fomentado a anexação de novos territórios aos Estados Unidos, ele não era bem visto por todos os setores da sociedade. Havia quem temesse que a anexação de territórios mexicanos, por exemplo, pudesse ameaçar as instituições americanas. Os mexicanos eram considerados uma miscelânea de povos mestiços, selvagens de religiões e hábitos diferentes, incapazes de conviver em pé de igualdade com os norte-americanos<sup>127</sup>. Em 1845, a *Democratic Review* afirmava que o México estava “destinado a se converter em parte integral dos Estados Unidos em algum momento futuro”<sup>128</sup>. No entanto, de acordo o próprio periódico, naquele momento a expansão dos Estados Unidos às terras mexicanas era inviável, pois o povo mexicano estava acostumado às obrigações de seu próprio governo e expandir o domínio norte-americano àquela região representaria um custo excessivamente elevado aos Estados Unidos<sup>129</sup>. O *Illinois State Register*, outro periódico da mesma época, por sua vez, desdenhava o caráter da população mexicana, à qual considerava “somente superior ao negro”<sup>130</sup>.

Essas preocupações deixam claro que, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos se auto-incumbiam de uma tarefa missionária de levar o progresso a outros povos, o preconceito em relação aos habitantes do sul do continente já estava arraigado no imaginário norte-americano. A América Latina era percebida como uma região

---

<sup>126</sup> JUNQUERIRA, M. *Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000300004&script=sci_arttext). Acesso em: 18 out., 2006.

<sup>127</sup> SCHOULTZ, L. *Op. Cit.*, pp. 48-49.

<sup>128</sup> Territorial Aggrandizement. *Democratic Review*, XVII, 1845, p. 243 *apud* WEINBERG, A. K. *Destino Manifesto*. Buenos Aires: Editora Paidós, 1968, p. 162-163.

<sup>129</sup> *Ibid*, p. 245.

<sup>130</sup> *Illinois State Register*, dezembro, 1844 *apud* WEINBERG, A. K. *Op. Cit.*, p. 163.

totalmente diversa dos Estados Unidos e havia receio em agregar aos norte-americanos uma população de língua, educação, religião e leis tão distintas. Os latino-americanos eram considerados um povo índole inferior:

Nem todos os tratados que pudéssemos assinar, nem todos delegados que pudéssemos enviar, nem o dinheiro que pudéssemos emprestar não transformariam os seus Pueyrredons e Artigas em Adams e Franklins ou os seus Bolívaes, em Washingtons<sup>131</sup>.

A experiência da Revolução dera aos norte-americanos um senso de orgulho nacional sobre o futuro de seu experimento em liberdade. No entanto, nem todos concordavam sobre o que seria esse futuro<sup>132</sup>. Até a Guerra Civil, supunha-se que a união dos estados que formavam os Estados Unidos não teria que ser um vínculo eterno. Essa percepção alterou-se após a Guerra de Secessão, que transformou as relações com o governo nacional<sup>133</sup>.

A diversidade entre os estados foi uma característica constante na história dos Estados Unidos<sup>134</sup>. Desde a formação do Estado nacional, as regiões norte e sul dos Estados Unidos já exacerbavam suas diferenças. O sul do país possuía uma economia agrária baseada na monocultura, no trabalho escravo e na exportação, enquanto a burguesia nortista ostentava uma indústria naval que florescia graças comércio triangular, transportando açúcar das Antilhas para a Inglaterra, onde os navios eram carregados com bens manufaturados que, por sua vez, eram transportados para a América. De acordo com Weber:

---

<sup>131</sup> EVERETT, E., 1821 *apud* WHITAKER, A. P. *Op. Cit.*, 1966, p. 230.

<sup>132</sup> SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Op. Cit.*, p. 79.

<sup>133</sup> JENKINS, P. *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 14.

[...] a história dos primórdios das colônias americanas é dominada pelo agudo contraste entre os aventureiros que queriam implantar grandes *plantations* fundadas no trabalho de colonos contratados e nelas viver como senhores feudais, e a visão tipicamente burguesa dos puritanos<sup>135</sup>.

A Guerra Civil Americana, também conhecida como Guerra de Secessão, mostra a fragilidade da idéia de nação existente até então, já que o norte e o sul dos Estados Unidos eram regiões de interesses tão divergentes, que chegaram a ponto de entrarem em uma guerra que quase dividiu o país.

A Guerra Civil acabou com 625 mil mortos. Entre os que sobreviveram, 50 mil estavam mutilados e, especialmente no sul do país, as cidades ficaram praticamente sem homens entre os 18 e 60 anos de idade. Ao fim da Guerra, os Estados Unidos depararam-se novamente com o desafio de forjar uma identidade nacional. Se logo após a independência o país precisou buscar a unidade entre os 13 estados, após a Guerra Civil, pode-se dizer que foi necessário aos Estados Unidos buscar a reintegração da região sul ao norte do país<sup>136</sup>.

A reconstrução dos Estados Unidos foi ditada pela elite nortista, com a construção de ferrovias de leste a oeste do país e com a industrialização, favorecendo a migração para regiões afastadas e o desenvolvimento comercial<sup>137</sup>. Apesar da abolição da escravidão, a situação dos negros continuou delicada. Em nome da manutenção da harmonia nacional, nortistas, que antes levantavam a bandeira do fim da escravidão, fizeram vista grossa à discriminação, marginalização e até mesmo à violência sofrida pelos negros no sul do país. Na realidade, “a maioria dos brancos nortistas compartilhavam do que a maioria dos brancos do Sul pensava do valor do negro. Os

---

<sup>135</sup> WEBER, M.. *Op. Cit.*, 2005, p. 131.

<sup>136</sup> JUNQUEIRA, M. *Op. Cit.*, 2001 p. 85-87.

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 93.



pressupostos de supremacia branca, demais disso, foram reforçados pelo imperialismo norte-americano na passagem do século”<sup>138</sup>. A Guerra Civil Americana não teve como pano de fundo a luta pela emancipação dos negros, mas sim o confronto entre dois modelos econômicos distintos, que dividiam os interesses do país.

Jefferson Davis, presidente dos estados do sul que lutavam pela separação, alegava que o clima e o solo do norte do país eram inadequados ao trabalho escravo. Com isso, o norte teria vendido seus escravos ao sul, que sem colocarem em questão a boa-fé dos vendedores nortistas haviam pago o preço de sua aquisição. No entanto, os estados nortistas, assim que conseguiram o número suficiente de representantes no Congresso, iniciaram um programa de medidas contra os direitos dos escravocratas do sul<sup>139</sup>.

Os Estados Confederados também reclamavam do pensamento político que se desenvolvera entre os nortistas, de acordo com o qual se alegava que o governo não era um contrato entre os estados, mas sim um governo nacional, que estava acima dos estados<sup>140</sup>.

Em sua mensagem anual de 1861, o presidente Abraham Lincoln discursou sobre a deslealdade dos insurretos que lutavam pela separação do país e enalteceu o modelo econômico do norte, afirmando que um trabalhador não deveria estar preso a uma condição pelo resto da vida. Valorizou o empreendedorismo daquele que começava sua vida sem dinheiro, mas que, com prudência e trabalho, progredia e prosperava, abrindo caminhos e dando esperança para outros<sup>141</sup>.

O êxito do processo de industrialização levado a cabo pela elite nortista, ao final da Guerra Civil, fez com que os Estados Unidos se consagassem como uma potência

---

<sup>138</sup>SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Op. Cit.*, p. 210.

<sup>139</sup>DAVIS, J. Mensagem ao Congresso Confederado, 1861 *apud* MAY, R. E. *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>140</sup>*Ibid.*, p.85.

<sup>141</sup>LINCOLN, A. Mensagem Anual, 1861 *apud* MAY, E.R. (org.) *Op. Cit.*, pp. 94-95.

não-européia. Como tal, o país devia assegurar mercados para sua indústria em ascensão. Nesse sentido, a importância estratégica da América Latina, como zona de influência norte-americana, justifica as diretrizes da Doutrina Monroe e o papel internacional que os Estados Unidos pretendiam desempenhar na região.

A cultura política dos Estados Unidos esteve, desde seu processo de independência, baseada na idéia que o norte-americano é um povo eleito e, como tal, deve cumprir seu destino manifesto de levar o progresso às outras sociedades. O experimento americano, que se traduz no modelo de organização política baseado na democracia e liberdade, é visto como justificativa moral para a missão dos Estados Unidos de “civilizar” o mundo e difundir valores que devem ser vistos como universais. Na formação do pensamento político estadunidense, pode-se observar a cristalização de duas tradições primordiais: primeiramente, a necessidade de satisfazer a consciência dos norte-americanos e, em um segundo plano, fazer com que a atitude política pareça moralmente correta ao mundo<sup>142</sup>. Essa necessidade de justificar moralmente ações de política externa, que poderiam ser entendidas sob o viés da disputa de poder, consolidou-se como uma das tradições mais marcantes da política estadunidense. Desse modo, as ações americanas estariam fundadas na difusão dos ideais da democracia e da liberdade no sistema internacional e não em interesses de poder<sup>143</sup>.

De acordo com Ernest May, para se compreender o modo de pensar norte-americano, é necessário olhar para o passado dos Estados Unidos, pois é lá que se encontram as linhas de orientação desse pensamento<sup>144</sup>. Uma série de crenças e tradições, que nasceram nos primórdios da história norte-americana, com o advento da República e que foram forjadas durante o processo de construção da identidade nacional, constitui um padrão nas diretrizes da política externa dos Estados Unidos. A

---

<sup>142</sup> MAY, E.R. (org.). *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>143</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 1999, p. 4

<sup>144</sup> MAY, E. R. (org.). *Op. Cit.* p. XX.

partir de uma análise das ações dos Estados Unidos no sistema internacional, deparamo-nos com a continuidade de um conjunto de idéias que nasce com a República, em 1776. É claro que tal continuidade deve ser considerada em meio às transformações que ocorrem no cenário internacional e à própria evolução do poder norte-americano ao longo da história, no entanto, esse conjunto de idéias é gradualmente reincorporado à agenda norte-americana, aparecendo sob outros nomes e sendo perseguido com maior ou menos intensidade, de acordo com o contexto em questão<sup>145</sup>.

Esse conjunto de valores compõe uma tradição na política dos Estados Unidos para a América Latina. Embora as diretrizes da política exterior americana dependam da conjuntura internacional, percebe-se que a cultura política estadunidense, no que diz respeito à América Latina, segue uma tradição construída ainda no século XVIII, mas que permeia toda a historiografia das relações Brasil-Estados Unidos.

## **2.2 Tradições da política externa norte-americana para a América Latina**

Raymond Aron afirma que a diplomacia de um Estado e sua forma de entender o mundo internacional é herança de seu passado<sup>146</sup>. A identidade nacional norte-americana foi construída com base em uma série de valores forjados durante a formação dos Estados Unidos. Esses valores são os pilares da cultura política estadunidense, especialmente no que diz respeito à historiografia da política externa dos Estados Unidos para a América Latina.

Logo após a conquista da independência, os objetivos da diplomacia norte-americana resumiam-se em ocupar, povoar, explorar o espaço físico e manter uma soberania única, capaz de evitar as rivalidades da política de poder<sup>147</sup>. Nesse sentido, as

---

<sup>145</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 1999, p. 2

<sup>146</sup> ARON, R. *República Imperial: os Estados Unidos no mundo pós-guerra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 18.

<sup>147</sup> ARON, R. *Op. Cit.*, p. 19.

ações políticas do país estiveram voltadas para o plano doméstico. No entanto, ainda que a política externa não despertasse o interesse norte-americano, desde seu processo de independência, os Estados Unidos exercem influência sobre seus vizinhos do sul.

O processo de independência da América Ibérica (1808-1826) culmina com a ascensão de Estados latino-americanos independentes que, com exceção do Brasil, adotam a República como forma de governo. É inegável a influência do experimento americano nesse processo. Esse fato garante aos Estados Unidos uma afinidade natural com os novos países, sustentada no princípio da democracia e da liberdade. As Repúblicas da América deveriam se desenvolver sem qualquer interferência de poderes externos<sup>148</sup>.

Os Estados Unidos não prestaram apoio direto às revoluções independentistas das colônias ibéricas, já que os riscos de encorajar a independência da América Hispânica eram muito mais graves do que seus possíveis benefícios. Não interessava ao país uma indisposição junto às grandes potências européias, especialmente ao governo espanhol. Até 1820, não havia, por parte do governo norte-americano, qualquer intenção de sacrificar-se em nome dos “remotos e alienígenas sul americanos”<sup>149</sup>. No entanto, os Estados Unidos logo perceberam as vantagens da dicotomia América/Europa, iniciada pelas “anárquicas” Repúblicas hispano-americanas<sup>150</sup>. Vale notar que essa contraposição entre o Novo e o Velho Mundo era reivindicada pelas novas Repúblicas hispânicas, não se incluindo nesse grupo o Império brasileiro, que, até o final do século XIX, manteve laços estreitos com a Europa, em detrimento de suas relações com seus vizinhos americanos.

---

<sup>148</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 1999, p. 34.

<sup>149</sup> WHITAKER, A. P. *Os Estados Unidos e a Independência da América Latina (1800-1830)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1966, p. 227.

<sup>150</sup> SANTOS, L. C. V. G. *O Brasil entre a América e a Europa*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 25.

A construção de uma idéia de América comum aos Estados Unidos e aos vizinhos do sul não foi uma tarefa fácil. Pairava entre as elites norte-americanas um sentimento que afirmava sua peculiaridade em relação ao resto do continente. Esse sentimento refletia-se em uma política externa isolacionista, que adotava uma postura defensiva em relação à Europa, ao mesmo tempo em que exacerbava um sentimento de superioridade em relação à América Ibérica.<sup>151</sup> Essa postura só alterou-se com o advento da Santa Aliança e das ambições européias de recolonização, que eram percebidas como uma ameaça tanto para as novas Repúblicas espanholas, como para os Estados Unidos. Nesse cenário, em 1823, deu-se a proclamação da Doutrina Monroe, que se tornou, a partir de então, o pilar da política externa norte-americana para o continente.

A tradição política norte-americana até o desenrolar da Segunda Guerra Mundial foi de optar por uma política externa de isolamento. Essa tradição inicia-se com George Washington e fica evidente em seu discurso de despedida (1796):

A grande regra de conduta para nós a respeito de nações estrangeiras é, ao ampliar nossas relações comerciais, a de manter com elas a menor ligação política possível. Tão logo tenhamos estabelecido compromissos, deixemos que sejam cumpridos com boa-fé perfeita. Aqui nos devemos deter.

Discurso de Despedida de Washington, 1776<sup>152</sup>.

A partir de 1823, a Doutrina Monroe estende a tradição isolacionista da política de Washington para todo o continente americano<sup>153</sup>. Em sua declaração, o Presidente Monroe afirmava que:

---

<sup>151</sup> *Ibid*, p. 58-59.

<sup>152</sup> WASHINGTON, G. Discurso de despedida de Washington. In: MORRIS, R. B. *Documentos Básicos da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964, p. 97-98.

[...] a ocasião foi julgada propícia para um acerto, quanto a um princípio em que estão envolvidos os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, por sua condição livre e independente que têm assumido e mantido, não serão desse modo considerados como sujeitos à colonização futura por quaisquer poderes europeus...

Mensagem do Presidente James Monroe ao Congresso dos EUA, 1823<sup>154</sup>.

A Doutrina Monroe representa uma das tradições mais fortes da política exterior norte-americana para a América Latina e durante quase dois séculos tem permanecido como um princípio fundamental dessa relação<sup>155</sup>. A partir da declaração do Presidente Monroe, os Estados Unidos assumem a posição de guardião da segurança hemisférica baseando-se na existência de ambições expansionistas na região por parte de potências extra-continetais; na defesa de um modo de vida que expressa o maior grau de avanço pela civilização - na época representado pelo regime político republicano - a ser defendido das ambições colonialistas das monarquias europeias; na fragilidade das novas Repúblicas latino-americanas para defenderem seus próprios interesses sem a ajuda dos Estados Unidos<sup>156</sup>.

A Doutrina pode ser considerada o primeiro passo para o estabelecimento de um sistema americano sob a liderança dos Estados Unidos<sup>157</sup>, que buscava separar o Novo e o Velho mundo e afirmar a missão estadunidense de proteger as novas repúblicas latino-americanas. A mensagem de Monroe devia ter um efeito moral na América Ibérica, com o objetivo de fortalecer o prestígio norte-americano no subcontinente. Os Estados

---

<sup>153</sup> AYERBE, Luis Fernando. *A Reinvenção da Doutrina Monroe. Determinismo cultural e política externa de Estados Unidos pós 11/09*. Artigo disponível em:

[www.santiagodantasso.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe1.pdf](http://www.santiagodantasso.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe1.pdf)

<sup>154</sup> MONROE, J. A Doutrina Monroe. In: MORRIS, R. B. *Op. Cit.* p, 124.

<sup>155</sup> SCHOULTZ, L. *Op. Cit.*, 2000, p. 19.

<sup>156</sup> AYERBE, Luis Fernando. *Op. Cit.*

<sup>157</sup> KISSINGER, H. *apud* PECEQUILO, C. S. *Op.Cit.*, 1999, p. 36.

Unidos deviam ser vistos como o melhor amigo e protetor dos novos Estados, favorecendo o republicanismo entre eles<sup>158</sup>.

O desenvolvimento e enriquecimento dos Estados Unidos exacerbaram o expansionismo norte-americano. Todas as doutrinas, sejam elas de predestinação geográfica, tarefa de regeneração, alargamento da área de liberdade, etc. deveriam justificar as ambições econômica e política do país<sup>159</sup>. Nesse sentido, a declaração de Monroe foi lembrada como um incentivo às ambições expansionistas norte-americanas durante todo o século XIX. Nesse período, o território do país expandiu-se por todo o oeste até o Oceano Pacífico, anexando, inclusive, as antigas possessões mexicanas do Texas, Novo México, Califórnia, Utah, Arizona, Nevada e parte do Colorado, completando a missão do destino manifesto americano.

Apesar de condenar as pretensões européias na América Latina, a Doutrina Monroe serviu como justificativa para uma série de intervenções norte-americanas no subcontinente no início do século XX. No entanto, vale notar que a declaração de Monroe foi reflexo do direito de legítima defesa presente na política de isolamento preconizada por George Washington<sup>160</sup>. As intervenções norte-americanas nascem com a formulação de corolários à Doutrina de Monroe, notadamente nos governos de Theodore Roosevelt e William Howard Taft.

O *boom* econômico que ocorre no período compreendido entre 1890 e 1914, conhecido como *belle époque*, marca um período de expansão e prosperidade nos negócios<sup>161</sup>. O desenvolvimento tecnológico e a industrialização contribuía para a concentração de capital e para o aparecimento de trustes e cartéis, que disputavam zonas de mercado consumidor e fontes de matéria-prima. Nesse contexto, Inglaterra e França

---

<sup>158</sup> WHITAKER, A. P. *Op. Cit.*, 1966, p. 348.

<sup>159</sup> BANDEIRA, M. *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>160</sup> NAIVA, R. N. *La Doctrina de Monroe – Presencia Histórica*. Tese de doutorado. Pontificia Universidad Católica Javeriana. Bogotá, 1962, p. 36.

<sup>161</sup> AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 46.

partilhavam o domínio da África, enquanto a Alemanha, em ascensão, começava a dar indícios de suas ambições expansionistas. Para os Estados Unidos, sua zona natural de influência era o próprio continente americano<sup>162</sup>.

Até a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos geralmente, preservaram uma postura de isolamento no que concerne os assuntos internacionais, no entanto, deve-se ter em conta a reorientação da política externa do país a partir de 1898, especialmente no que diz respeito às suas relações com a América Latina:

O primeiro quarto de século de nossa existência nacional foi quase uma luta contínua, para não sermos levados às guerras européias. Ao fim dessa era de conflito, os Estados Unidos voltaram sua face para o Oeste. Iniciou-se a colonização e o desenvolvimento do vasto interior do país. Aqui estava o campo de nossa colonização, aqui o campo de nossa atividade política. Concluído esse processo, não é estranho que encontremos os Estados Unidos novamente envolvidos com a política mundial<sup>163</sup>.

Essa reorientação das diretrizes da política exterior dos Estados Unidos pode ser considerada um reflexo do expansionismo na tradição americana. Ou seja, com o fim da oferta de terras a serem ocupadas a oeste do país, a continuidade da expansão<sup>164</sup> deveria ser garantida no exterior. Desse modo, verifica-se gradualmente, a partir de 1898, com a Guerra Hispano-Americana, um “reposicionamento relativo dos Estados Unidos no mundo”, quando o país ascende a uma posição de liderança no sistema internacional<sup>165</sup>.

Após a recuperação das severas perdas sofridas com a Guerra de Secessão e a conclusão da expansão territorial para o Oeste, no final do século XIX, começa a surgir no país interesse pelos assuntos externos, ainda que de forma incipiente. Nesse sentido,

---

<sup>162</sup> BANDEIRA, M. *Op. Cit.*, 1978, p. 125.

<sup>163</sup> TURNER, J. A Contribuição do Oeste para a Democracia Americana. In KNAUSS, P. *Oeste Americano – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América*. Niterói: EdUFF, 2004, p.73.

<sup>164</sup> TURNER, J. O Problema do Oeste. In KNAUSS, P. *Op. Cit.*, 2004, p. 67.

<sup>165</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 1999, p. 4.



acreditava-se que os Estados Unidos tinham especial interesse pelo hemisfério Ocidental e que, baseando-se nos preceitos da Doutrina Monroe, o país deveria buscar maior controle sobre a zona do Caribe<sup>166</sup>.

Nesse sentido, a Guerra Hispano-Americana, em 1898, é considerada o marco da reorientação da política exterior norte-americana. Baseados em uma renovação da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto, os Estados Unidos ampliaram sua tradição expansionista até a zona do Caribe. Com a assinatura do Tratado de Paris, que marca o final da guerra contra a Espanha, o país além de obter Porto Rico, dominou a Ilha de Guam, das Filipinas e, com Emenda Platt, manteve Cuba em uma situação de quase colônia norte-americana<sup>167</sup>. Para Weinberg, a Guerra contra Espanha marca a utilização de métodos imperialistas mais dissimulados que a simples expansão territorial. A Emenda Platt garantiu aos Estados Unidos a capacidade de estender a esfera de seu poder político, por meio da intervenção, da obtenção de amplos direitos por meio de tratados e do estabelecimento de uma esfera de influência:

Os norte-americanos começaram a conhecer métodos imperialistas mais dissimulados nessa guerra que sinalizou a culminação virtual do expansionismo territorial; pois a intervenção de 1898 em Cuba permitiu não só a satisfação das ânsias de expansão territorial, mas também, por meio da Emenda Platt, estender a esfera do poder político. A intervenção, a obtenção de amplos direitos por meio de tratados e a reivindicação de uma esfera de influência foram métodos tortuosos, graças aos quais pareceu que, em um determinado momento, o imperialismo norte-americano tendia à realização quase completa do sonho continental do destino manifesto<sup>168</sup>.

---

<sup>166</sup> SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Op. Cit.*, p. 263.

<sup>167</sup> BUENO, C. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902-1918)*. São Paulo; Paz e Terra, 2003, p. 39.

<sup>168</sup> WEINBERG, A. K. *Op. Cit.*, p. 385 (tradução nossa).

Outros argumentos também são utilizados para justificar a entrada dos Estados Unidos na política das grandes potências, ao final do século XIX. Entre eles está uma interpretação econômica do imperialismo, ou seja, a necessidade do país angariar matéria-prima e mercado consumidor para sua indústria em ascensão<sup>169</sup>.

O extraordinário crescimento econômico nos anos que seguiram a Guerra Civil afetou diretamente as formulações de Washington para a América Latina. Nesse período, a população norte-americana dobrou de 35 para 70 milhões de habitantes, o PNB triplicou e a produção industrial expandiu-se a todo vapor<sup>170</sup>. As importações de produtos latino-americanos, especialmente o açúcar e o café, mais que dobrou. No entanto, as exportações norte-americanas eram destinadas quase totalmente à Europa – cerca de 80%. Esse fato passou a chamar a atenção do governo norte-americano, que percebia a necessidade de transformar a América Latina em um mercado consumidor para os produtos industrializados produzidos pelos Estados Unidos<sup>171</sup>.

Fala-se também em um renascimento e reafirmação do destino manifesto e da superioridade racial da nação norte-americana<sup>172</sup> - idéia que já fora associada ao processo de expansão para o Oeste. Há ainda um viés baseado no proselitismo dos protestantes evangélicos, que teria contribuído para a reorientação política desse período. As seitas protestantes com representações no exterior teriam promovido um imperialismo moral, de acordo com o qual os norte-americanos serviriam como exemplos entre as raças que ainda viviam em meio ao pecado<sup>173</sup>. Essa postura reflete a antipatia dos norte-americanos tanto em relação à região como à cultura latino-

---

<sup>169</sup> SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Op. Cit.*, 1990., p. 264.

<sup>170</sup> SCHOULTZ, L. *Op. Cit.*, p. 106.

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 106-107.

<sup>172</sup> SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Op. Cit.*, p. 264.

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 264.

americana, o que faz com que os Estados Unidos prefiram uma visão preconceituosa da América Latina, em detrimento de uma melhor compreensão das realidades da região<sup>174</sup>.

À medida que os Estados Unidos consolidaram seu desenvolvimento econômico interno e definiram os objetivos principais do país no cenário internacional, a política em relação à América Latina assumiu uma forma mais definida<sup>175</sup>. Passado o período da Reconstrução<sup>176</sup>, com o domínio do modelo industrial nortista, o mercado interno norte-americano encontrava-se saturado de manufaturas à espera de um mercado consumidor que pudesse criar demanda para tais produtos. Nesse cenário, a jovem nação norte-americana buscou integrar-se no rol das grandes potências, procurando estabelecer esferas de influência a exemplo do imperialismo franco-britânico-alemão. O comércio passou a orientar a política exterior estadunidense e a América Latina surgia como uma zona naturalmente destinada a integrar a órbita do poder norte-americano<sup>177</sup>.

Nessa conjuntura de prosperidade industrial - período conhecido como a “Idade Áurea da América”<sup>178</sup> - os Estados Unidos convocam uma reunião com todos os países do continente americano, com a exceção do Canadá. A Conferência Internacional Americana ocorreu em Washington, no período de 20 de outubro de 1889 a 10 de abril de 1890. Por meio da análise da agenda do encontro, percebem-se os interesses norte-americanos na região abaixo do Rio Grande, que se resumiam à ampliação do intercâmbio comercial com a América Latina<sup>179</sup>.

---

<sup>174</sup> WIARDA, H. WIARDA, H. *In search of policy: the United States and Latin América*. Washington D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1984, p. 22.

<sup>175</sup> AYERBE, L. F. Op. Cit., 2002, p. 51.

<sup>176</sup> Período que se seguiu imediatamente ao término da Guerra Civil Americana, situado entre 1865 e 1890 (Cf. SELLERS C., MAY H., MACMILLEN N.R. *Op. Cit.*, p. 203-213).

<sup>177</sup> BUENO, C. O Brasil e a Terceira Conferência Internacional. *Estudos Históricos*, Marília, n. 13 e 14, 1974-1975, p. 24.

<sup>178</sup> FISCHMANN, J. *apud* BUENO, C. *Ibid*, p. 24.

<sup>179</sup> BUENO, C. Da *Pax Britannica* à Hegemonia Norte-Americana: o Integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 20, 1997. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/224.pdf> Acesso em 9 de Jan., 2007.

Apesar dos resultados pífios da Primeira Conferência Americana<sup>180</sup>, identifica-se a nova postura adotada pelos Estados Unidos em relação à América Latina a partir de então. Depois de consolidar suas fronteiras territoriais, a nova missão americana seria a consolidação de suas fronteiras econômicas que deveriam ser estendidas ao sul do continente.

Embora os Estados Unidos não possuíssem recursos militares capazes de garantir os preceitos da Doutrina Monroe, ela é expressão da consciência política americana<sup>181</sup>. Desde sua formulação, a declaração do Presidente Monroe nunca foi formalmente abandonada pela tradição política norte-americana<sup>182</sup>, nem seu significado foi interpretado pelos estadistas americanos como uma contradição entre a recusa do imperialismo europeu e a vocação estadunidense de proteger as nações americanas<sup>183</sup>.

O par Doutrina Monroe e Destino Manifesto refletem o moralismo e o utilitarismo que permeiam a política exterior estadunidense para a América Latina. O Destino Manifesto - tal como o monroísmo - deve ser interpretado como a busca e o estabelecimento da hegemonia norte-americana na América Latina e Caribe. Em ordem cronológica, nas primeiras décadas do século XIX, o Destino Manifesto era uma idéia em projeto; já em meados do século, por volta de 1845, a expansão pelo México coloca em prática tal projeto; mas é, passada a Guerra de Secessão, que a idéia de um Destino Manifesto americano ganha força, graças aos esforços estadunidenses para estabelecer uma hegemonia hemisférica na América<sup>184</sup>. Já a Doutrina do Presidente Monroe, deve ser interpretada, de acordo com Moniz Bandeira, como a afirmação de uma posição

---

<sup>180</sup> *Ibid*

<sup>181</sup> ARON, R. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>182</sup> AYERBE, L. F. *A Reinvenção da Doutrina Monroe. Determinismo cultural e política externa de Estados Unidos pós- 11/09*. Disponível em:

[www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe.pdf](http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe.pdf)

<sup>183</sup> ARON, R. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>184</sup> CAMPOS, C. O. *Estados Unidos – America Latina y el Caribe: Del Panamericanismo al Neo Panamericanismo. Cenários*, Araraquara, SP, n. 2, 2000, p.17.

nacional e hegemônica, que estabeleceu as bases de um sistema que justificaria a expansão e o domínio do capitalismo norte-americano<sup>185</sup>. Essa justificativa esteve baseada na ameaça de um inimigo externo e na necessidade dos Estados Unidos zelarem pela segurança e pela paz do hemisfério.

Os corolários à Doutrina Monroe, que se iniciaram na presidência de James Knox Polk (1845-1849), serviram como justificativa para o intervencionismo norte-americano na América Latina. De acordo com o Presidente Polk, os Estados Unidos possuíam o direito natural de intervenção para garantir a tranquilidade no continente<sup>186</sup>.

No início do século XX, o país já era uma potência mundial com uma economia de primeira ordem e uma política externa que tinha como objetivo prioritário a hegemonia no continente americano. Em 1904, o então presidente americano, Theodore Roosevelt, defendeu o quinto corolário à Doutrina Monroe, mais conhecido como *Big Stick*<sup>187</sup>, ou política do “grande porrete”. O corolário rooseveltiano justificava a intervenção dos Estados Unidos na América Latina em nome da necessidade de assistência de uma nação “civilizada”, que agisse como polícia internacional. Para Roosevelt, a América Latina era “uma dependência semi-bárbara norte-americana, a carecer de orientação anglo-saxônica”<sup>188</sup>. Entre os anos de 1898 a 1925, os Estados Unidos intervieram 31 vezes, em nove países da América Central e Caribe, principalmente Cuba, Honduras e Nicarágua<sup>189</sup>.

Seguindo a linha intervencionista de Roosevelt, William Howard Taft, seu sucessor, apelou mais para a força econômica dos Estados Unidos em suas relações com a América Latina. Para ele, investimentos norte-americanos no exterior eram bons

---

<sup>185</sup> BANDEIRA, M. *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>186</sup> POLK, J. K. *apud* NAVIA, R. N. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>187</sup> AYERBE, L. F. *Op. Cit.*, 2002, p. 54.

<sup>188</sup> SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Op. Cit.*, p. 273.

<sup>189</sup> FERES JR., J. A América Latina vista do alto. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, nov. 1999, pp. 183-188.

instrumentos de política externa. Essa prática ficou conhecida como a “diplomacia do dólar”<sup>190</sup>. A política de investimento de capital norte-americano na América Latina tinha como objetivos afastar os interesses europeus sobre a região e dominar economicamente as repúblicas latino-americanas, especialmente aquelas da América Central.

Com Woodrow Wilson, o imperialismo americano ganha um viés humanitário, baseado no conceito de missão filantrópica dos Estados Unidos na América Latina. Apesar de condenar todas as formas de domínio, Wilson baseava-se em uma filosofia inevitavelmente imperialista de destino manifesto, afirmando que os Estados Unidos eram responsáveis pela criação de valores morais do pan-americanismo<sup>191</sup>.

Acompanhando o legado moralista de Wilson, na presidência de John Calvin Coolidge, o dever moral dos Estados Unidos foi reafirmado na obrigação do país de impedir a revolução e zelar pela ordem dos governos latino-americanos, especialmente aqueles situados ao norte do Canal do Panamá:

Sentimos, em relação aos governos reconhecidos dos países ao norte do canal do Panamá, uma responsabilidade moral que não se estende a outras nações. Desejamos que compreendam que nosso reconhecimento lhes é de valor autêntico e que, quando enfrentarem dificuldades, poderão contar com o apoio que estejamos em condições prestar-lhes legalmente<sup>192</sup>.

De acordo com Aron, as intervenções norte-americanas na América Central e no Caribe refletem uma ampla interpretação da Doutrina Monroe e a recusa do imperialismo europeu pelos Estados Unidos<sup>193</sup>.

Ao observarmos o intervencionismo norte-americano do início do século XX e a reorientação da política exterior dos Estados Unidos que ascendia ao rol das grandes

---

<sup>190</sup> SELLERS, C., MAY, H., MCMILLEN, N. R. *Op. Cit.*, p. 273.

<sup>191</sup> WEINBERG, A. K. *Op. Cit.*, p. 404.

<sup>192</sup> *Ibid*, p. 409 (tradução nossa).

<sup>193</sup> ARON, R. *Op. Cit.*, p. 27.

potências, percebe-se que os corolários à Doutrina Monroe foram expressão do poder duro estadunidense, notadamente a política do “*Big Stick*”, que se consagrou, na historiografia da política exterior dos Estados Unidos para a América Latina, como o maior expoente do exercício do poder por meio da coerção.

Ao final do século XIX, os Estados Unidos passam a liderar as iniciativas interamericanas, que, até então, pautavam-se pela idéia de unidade bolivariana. No entanto, essa nova liderança acarretou uma mudança na ênfase do projeto interamericano, que deixou de focalizar-se em uma coordenação exclusivamente política entre os países americanos e ganhou uma abordagem econômica<sup>194</sup>:

A partir das duas últimas décadas do século XIX, a liderança das iniciativas interamericanas passou, no entanto, irreversivelmente para os Estados Unidos. Essa nova liderança trouxe também uma importante mudança de ênfase: se até então as propostas de coordenação entre os países americanos eram quase exclusivamente de âmbito político, sob a liderança estadunidense elas ganhariam um caráter fortemente econômico<sup>195</sup>.

De acordo com Whitaker, os Estados Unidos tiveram três razões importantes para assumir a liderança do pan-americanismo: o receio de que os conflitos entre as nações latino-americanas possibilitassem uma intervenção européia na região; o interesse na construção do canal do Panamá e, finalmente, a expansão da indústria norte-americana e necessidade de conquistar mercados externos, passada a guerra civil<sup>196</sup>.

Desde suas origens, o pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos esteve comprometido, devido às próprias contradições geradas pela política estadunidense, a

---

<sup>194</sup> SANTOS, C. V. G. *O Brasil entre a América e a Europa*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 62-63.

<sup>195</sup> SANTOS, C. V. G. *Op. Cit.* p. 62-63.

<sup>196</sup> WHITAKER, A. P. *apud* SANTOS, C. V. G. *Op. Cit.* p. 64.

qual muitas vezes neutralizou o suposto multilateralismo pan-americanista, adotando uma postura unilateral e intervencionista inspirada na Doutrina Monroe<sup>197</sup>.

Apesar do pan-americanismo estadunidense constituir um conjunto de idéias pouco organizadas, percebe-se que a bandeira do pan-americanismo serviu à política exterior estadunidense como um instrumento de poder brando, exacerbando a importância de unir as duas Américas e enaltecendo as peculiaridades do Novo Mundo em relação ao Velho Continente.

Até a Segunda Guerra Mundial, as políticas de poder dos Estados Unidos estiveram voltadas especialmente para a América Latina, por esta ser uma região estratégica para a segurança norte-americana. Ou seja, qualquer ameaça ao hemisfério americano deveria ser prevenida e, quando necessária, eliminada<sup>198</sup>.

A preocupação com a ameaça de inimigos externos é lugar comum nas formulações políticas dos Estados Unidos para o continente. O conceito de segurança nacional estadunidense pauta-se em dois eixos fundamentais, quais sejam: a percepção de uma ameaça constante e a conseguinte reação externa, já que a fonte de ameaça é sempre identificada além das fronteiras do país<sup>199</sup>.

Durante o século XIX, a Doutrina Monroe com o slogan de “América para os americanos” serviu aos interesses expansionistas norte-americanos, garantindo aos Estados Unidos o papel central no continente como o garantidor da paz e estabilidade das novas Repúblicas latino-americanas, afastando a ameaça do inimigo externo, representada pelas ambições européias na América Latina. No início do século XX, a Doutrina Monroe é renovada com o Corolário Roosevelt. A ideologia moral serviu como justificativa para a doutrina do poder de polícia e provavelmente exerceu

---

<sup>197</sup> CAMPOS, C. O. *Op. Cit.*, p. 29.

<sup>198</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 1999, p. 33.

<sup>199</sup> CAMPOS, C. O. *Op. Cit.*, 2000, p. 11.



influência sobre a concepção legal norte-americana acerca da intervenção<sup>200</sup>. Nesse sentido, a idéia de líder hemisférico e de responsável pela proteção da América Latina em relação ao mundo não americano relaciona-se com o dogma da superioridade norte-americana e do destino manifesto.

No governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), as formulações políticas, antes baseadas nas amplas interpretações da Doutrina de Monroe, ganham uma roupagem pan-americanista na luta contra a influência nazi-fascista na América do Sul. O período da Boa Vizinhança, como ficou conhecido o governo de Franklin Delano Roosevelt, não foi marcado pelo unilateralismo que predominou nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina anteriormente. Na realidade, a política do bom vizinho tinha como um de seus objetivos desfazer as más impressões deixadas pelo intervencionismo norte-americano do início do século XX, baseando-se em um discurso que exaltava os valores pan-americanos.

Essa mudança de postura esteve de acordo com os interesses tanto político-estratégicos, como econômicos de Washington. Politicamente, essa nova postura tinha como objetivo dissipar a influência alemã na América Latina. Já no que diz respeito à economia, a retórica pan-americanista de cooperação e solidariedade continental ampliava as possibilidades dos Estados Unidos de garantir a formação de um mercado consumidor externo para seus produtos industrializados, bem como o acesso às matérias-primas necessárias ao seu parque industrial. Devido aos efeitos da crise de 1929 que arrasou a economia norte-americana e à crise na Europa, o controle de um mercado consumidor de produtos industrializados e o suprimento de matérias-primas necessárias ao processo industrial era de fundamental importância para o governo norte-americano.

---

<sup>200</sup> WEINBERG, A. K. *Op. Cit.*, p. 413.

Para atender a tais interesses, o Departamento de Estado levou a cabo um projeto de política externa que introduziu e difundiu, em dimensões não sentidas anteriormente, a cultura estadunidense na América Latina. Procurou-se, assim, criar uma relação amistosa entre Estados Unidos e os países latino-americanos, promovendo um ambiente favorável à concretização dos interesses estadunidenses no subcontinente. A política da Boa Vizinhança pode ser considerada o marco da disseminação do *American way of life* na América Latina e a consolidação da liderança estadunidense no hemisfério Ocidental. Para Moniz Bandeira, essa política “correspondia à necessidade de manter em calma o quintal enquanto se pelejava nas ruas”<sup>201</sup>, uma alusão à importância estratégica da América Latina para os Estados Unidos, em uma conjuntura de crise com a Guerra Mundial que se aproximava.

A política do bom vizinho de Washington marca um novo período da política externa estadunidense para a América Latina, quando os Estados Unidos adotam uma política de poder brando, em detrimento do intervencionismo e da intimidação que marcaram a postura norte-americana em relação ao subcontinente no início do século. O perigo da influência alemã na América Latina fez com que o Departamento de Estado se empenhasse em desfazer o mal-estar que permeava as relações entre Estados Unidos e América Latina, fruto do exercício do poder de coerção norte-americano.

A idéia que o experimento americano deve servir como exemplo universal sempre inspirou as formulações da política exterior norte-americana para a América Latina. Os Estados Unidos baseiam-se na idéia de que qualquer nação ou grupo regional pode tornar-se próspera, estável e democrática ao seguir o exemplo norte-americano, como se ele fosse o remédio universal para as doenças da humanidade. A superioridade de seu desenvolvimento econômico faz com que os Estados Unidos considerem o

---

<sup>201</sup> BANDEIRA, M. *Op. Cit.*, p. 247.

modelo de vida norte-americano mais desenvolvido socialmente, politicamente, intelectualmente e, até mesmo, moralmente. Essa superioridade seria o motivo pelo qual os sistemas social e político estadunidenses deveriam servir como paradigma aos latino-americanos, aos quais caberiam aprender com o vizinho do norte.

Para Howard Wiarda, a partir da guerra contra a Espanha no final do século XIX, ou seja, desde a ascensão dos Estados Unidos como potência industrial, percebe-se uma continuidade nos interesses do país em relação à América Latina, os quais têm sido, principalmente, de ordem estratégica, econômica e política<sup>202</sup>. Nesse contexto, os interesses primários dos Estados Unidos no subcontinente seriam a manutenção do acesso às matérias-primas, aos mercados e às vias de navegação marítima latino-americanas, além de manter à distância potências hostis aos interesses norte-americanos<sup>203</sup>. Nesse sentido, observa-se que os interesses de primeira ordem dos Estados Unidos na América Latina confirmam a tradição da Doutrina Monroe na política exterior estadunidense para o subcontinente. Essa tradição invocou a necessidade de combater ameaças externas em diferentes momentos da historiografia das relações entre as duas Américas, desde o imperialismo europeu, no século XIX, à ameaça soviética, durante a Guerra Fria.

Ainda que as formulações da política externa norte-americana ocorram de acordo com as diferentes conjunturas internacionais, percebe-se que as diretrizes da política exterior norte-americana para a América Latina pautam-se por tradições de uma cultura política, que desde o século XVIII, aponta o subcontinente como uma região inferior que deve ser orientada pelos Estados Unidos, tal como uma zona de influência natural norte-americana. A América Latina e o Caribe são, tradicionalmente, percebidos pelo vizinho do norte como uma área geográfica, na qual deve-se definir e estabelecer

---

<sup>202</sup> WIARDA, H. *Op. Cit.*, 1984, p. 24.

<sup>203</sup> *Ibid*, p. 24.

um sistema de dominação próprio, e como uma plataforma para o relacionamento com o resto do mundo<sup>204</sup>, principalmente no que diz respeito ao tema da segurança nacional estadunidense.

### **2.2.1 Brasil e Estados Unidos: aproximação com o advento da República brasileira.**

Durante quase todo o século XIX, o Estado brasileiro via-se civilizado e influenciado pela cultura européia, exaltando suas peculiaridades quando comparado aos seus anárquicos vizinhos hispano-americanos<sup>205</sup>.

O Brasil, ao contrário das revoltosas colônias espanholas, teve sua independência declarada pelo herdeiro do trono português. A implantação da monarquia foi reflexo da influência européia no país, mesmo após sua independência. O Império brasileiro identificava-se muito mais com o Velho que com o Novo Mundo, negando sua condição de americano. Aos olhos do Império, as Repúblicas americanas eram vistas como anárquicas e turbulentas<sup>206</sup>.

O distanciamento do Estado brasileiro em relação às nações do Novo Mundo estendia-se também aos vizinhos do norte.

Apesar do Brasil ter sido o primeiro país latino a ter um diplomata norte-americano e o primeiro a reconhecer a Doutrina Monroe, bem como os Estados Unidos serem os primeiros a reconhecerem a independência do Brasil, em 1824<sup>207</sup>, o relacionamento entre os dois países foi pouco expressivo durante quase todo o século

---

<sup>204</sup> CAMPOS, C. O. *Op. Cit.*, p. 10.

<sup>205</sup> SANTOS, C. V. G. *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>206</sup> *Ibid*, p. 68.

<sup>207</sup> PEREIRA, P. J. R. *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas.

XIX. Este fato deveu-se não só ao alinhamento brasileiro à Europa que caracterizou a política externa brasileira do período em questão, mas também ao isolacionismo norte-americano, que optou por um engajamento estreito, de acordo com seus objetivos e recursos de poder<sup>208</sup>. Essa postura garantia ao país uma margem de manobra no exterior, ao mesmo tempo em que priorizava as questões domésticas, tais como: expansão territorial e desenvolvimento da indústria nacional e do mercado interno.

A aproximação entre Brasil e Estados Unidos deu-se com o advento da Proclamação da República do Brasil, em 1889. A partir de então, o Brasil passa a adotar uma postura de alinhamento à América, como uma alternativa para a inserção internacional do país a partir do próprio continente americano. Nesse sentido, a política externa brasileira iniciada com a República não deve ser simplesmente caracterizada como “norte-americana”. Ela foi uma política “americanista”, já que, por meio de uma aproximação com seus vizinhos continentais, o Brasil buscou distanciar-se do Império e de tudo que ele representava<sup>209</sup>.

Até o final do século XIX, as iniciativas interamericanas não faziam parte das diretrizes da política exterior brasileira, já que os ideais pan-americanos das Repúblicas do Novo Mundo não coadunavam com a Monarquia do Brasil. Esse quadro também se alterou com a proclamação da República brasileira. A participação do Brasil na Primeira Conferência Internacional Americana marca o reposicionamento brasileiro no continente.

Até o início da Conferência, que marcou o início da liderança dos Estados Unidos nas iniciativas interamericanas<sup>210</sup>, o Império brasileiro não via com bons olhos o interamericanismo. A partir da instauração do governo republicano, a delegação que

---

<sup>208</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 1999, p. 21.

<sup>209</sup> PEREIRA, P; J. R. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>210</sup> CAMPOS, C. O. *Op. Cit.*, p. 109.

representava o Brasil da Conferência de Washington recebeu novas orientações para que exercessem maior participação no encontro, confirmando a reorientação da política exterior do Brasil a partir da Proclamação da República. Tal reorientação seria responsável pela aproximação do Brasil com os países da América, principalmente com os Estados Unidos, deixando para trás o paradigma de cautela e não-envolvimento que caracterizou as relações entre o Brasil e seus vizinhos americanos durante o período imperial <sup>211</sup>.

Além das novas diretrizes adotadas pela diplomacia brasileira com o advento da República, deve-se considerar também a postura favorável dos Estados Unidos a uma aproximação com o Brasil. Passado o período de Reconstrução, os Estados Unidos despontavam como um colosso no cenário internacional. O desenvolvimento industrial norte-americano criava a necessidade, cada vez maior, de expandir mercados que gerassem uma demanda compatível ao ritmo da produção industrial. Desse modo, uma parceria com o Brasil – levando em conta suas dimensões territoriais, população e recursos naturais – era vista como uma possibilidade de gerar demanda e garantir matéria-prima para a indústria norte-americana.

Nessa conjuntura, a Conferência de Washington coloca em evidência os interesses camuflados pela retórica do pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos. Os objetivos do encontro eram nitidamente econômicos, condizendo com os interesses norte-americanos:

Pelo simples exame da agenda do encontro, percebem-se claramente seus objetivos nitidamente econômicos e a intenção que tinham os norte-americanos em ampliar seu prestígio político e o intercâmbio comercial com a América Latina: medidas tendentes a promover a prosperidade dos

---

<sup>211</sup> PEREIRA, P. J. R. *Op. Cit.*, p. 29.

diversos estados americanos: união pan-americana de comércio; comunicação dos portos; união aduaneira; pesos e medidas; direitos de intervenção; moeda comum e arbitramento. Só o arbitramento foi um item de natureza política, os demais se configuraram de natureza econômica<sup>212</sup>.

A busca dos Estados Unidos por novas áreas de expansão comercial e política favoreceu uma aproximação com o Brasil. Desse modo, já no início da República, os dois países firmam o Convênio Aduaneiro de 1891. O convênio permitia que uma série de produtos norte-americanos fosse isenta de impostos ou tivessem uma redução de 25% nas taxas alfandegárias, enquanto o Brasil beneficiava-se isenção de impostos na entrada de açúcar e couro nos Estados Unidos, bem como da manutenção do café como um produto isento<sup>213</sup>. Apesar das controvérsias que cercaram o convênio, ele reflete tanto o esforço norte-americano para incrementar suas relações comerciais com o Brasil – seguindo as orientações dispostas na Conferência de Washington – como a disposição da nova República brasileira em estreitar relações com o vizinho do norte.

No início do século XX, a política externa brasileira oscilava entre a expansão do poder americano e o imperialismo europeu. Desde o fim do século XIX, os Estados Unidos já se destacavam como os maiores importadores do café brasileiro<sup>214</sup>. Com uma economia especializada baseada na agroexportação, o Brasil viu esse quadro se aprofundar no início do século XX, aumentando sua dependência em relação aos Estados Unidos<sup>215</sup>.

---

<sup>212</sup> BUENO, C. *Op. Cit.*, 1974-1975, p. 25-26.

<sup>213</sup> PEREIRA, P. J. R. *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>214</sup> BUENO, C. *Op. Cit.*, 2003, p.95.

<sup>215</sup> *Ibid*, p. 107.

<b>Quadro 2</b>	
<b>1906 – Direção do café exportado (%)</b>	
Estados Unidos	37,9
Alemanha	21,8
França	15,3
Holanda	6,6
Áustria-Hungria	6,5
Bélgica	3,4
Itália	1,6
Grã-Bretanha	1,2
Argentina	1,1
Cabo da Boa Esperança	1,0
Diversos Países	3,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda, 1907 <i>apud</i> BUENO, C. <i>Op. Cit.</i> , 2003, p. 97.	

Apesar da predominância norte-americana na importação do café brasileiro, no início do século XX, a Inglaterra ainda ocupava primeiro lugar nas relações comerciais com o Brasil. Para Clodoaldo Bueno, a idéia de que houve, no Brasil, uma competição entre os imperialismo inglês e o norte-americano deve ser desconsiderada. A influência dos Estados Unidos e da Inglaterra no subcontinente complementavam-se. Os capitais ingleses foram investidos na infra-estrutura agroexportadora – ferrovias, serviços portuários e um sistema de crédito na praça de Londres – enquanto os Estados Unidos beneficiavam-se dessa infra-estrutura para comprar o café brasileiro. Com o limiar da Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra diminuiu sua ação no continente americano, voltando-se para a crise que eclodia na Europa e criando um vácuo de poder no subcontinente. Desse modo, com o advento da Primeira Guerra Mundial, os Estados



Unidos puderam ampliar sua presença não só no Brasil, mas na América Latina em geral.<sup>216</sup>.

Nesse cenário, sob a direção de Rio Branco, o Brasil optou por um aprofundamento nas reações com os Estados Unidos<sup>217</sup>. Em nome deste aprofundamento, Rio Branco aceita o corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, entendendo que a política internacional estadunidense não ameaçava o Brasil, pois este não estava entre os países turbulentos da América Latina, já que vivia um momento de tranquilidade político-econômica, devido à prosperidade na lavoura cafeeira.

Em 1905, cria-se a Embaixada Brasileira em Washington e Joaquim Nabuco assume o posto de primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Adepto do monroísmo, Nabuco enxergava a aproximação com os Estados Unidos como uma questão de sobrevivência para o Brasil<sup>218</sup>.

No início do século XX, a maior parte do mundo estava dividida em zonas coloniais ou de dominação política das grandes potências mundiais. Àquela época, o imperialismo caracterizava-se pela conquista territorial e essa é uma das preocupações que orienta a adesão de Nabuco ao monroísmo. O Embaixador entendia que a dimensão territorial do Brasil deixava-o vulnerável às ambições e cobiças de nações européias. Como o Brasil não tinha condições de proteger-se das ameaças externas, a Doutrina Monroe deveria ser a garantia de nossa independência e preservação de nosso território<sup>219</sup>.

---

<sup>216</sup> . BUENO, C. *Op. Cit.*, 2003, p. 109

<sup>217</sup> PEREIRA, P. J. R. *Op. Cit* , p. 52.

<sup>218</sup> *Ibid*, p. 132.

<sup>219</sup> *Ibid*, p.131-132.

Tanto Rio Branco como Joaquim Nabuco concordavam que os “Estados Unidos eram o centro de um subsistema internacional de poder”<sup>220</sup>. Além do poder garantido aos Estados Unidos por consagrarem-se já no início do século XX como o país mais desenvolvido economicamente, a influência norte-americana também era percebida sob um viés moralista. Na apresentação de suas credenciais ao então Presidente Theodore Roosevelt Nabuco mostrava-se deseioso de:

[...]que se aumente a imensa influência moral que os Estados Unidos exercem sobre a marcha da civilização e que se manifesta pela existência no mapa do mundo, e pela primeira vez na História, de uma vasta zona neutra, de paz e de livre concorrência humana<sup>221</sup>.

Desse modo, o Embaixador via o alinhamento aos Estados Unidos como algo inevitável para a política externa brasileira, já que esse deveria ser o eixo de segurança garantidor da integridade do território nacional, além do prestígio decorrente do fato de estar o Brasil ao lado da mais forte República do continente. Nesse sentido, para Nabuco, a Embaixada Brasileira em Washington deveria ser o centro de operações do Brasil para sua inserção no mundo<sup>222</sup>.

A gestão de Rio Branco no Itamaraty marca a americanização da política exterior do Brasil. Essa americanização não deve ser entendida por norte-americanização. A política externa brasileira buscou, nesse período, o alargamento de sua inserção internacional nas Américas, abrangendo suas relações continentais, especialmente com os Estados Unidos<sup>223</sup>.

---

<sup>220</sup> BUENO, C. *Op. Cit.*, 2003, p. 165.

<sup>221</sup> AHI. 34.6/IX, maço 1, pasta 8 (cópia manuscrita de Rio Branco) *apud* BUENO, C. *Op. Cit.*, 2003, p. 165.

<sup>222</sup> PEREIRA, P. J. R. *Op. Cit.*, p.141-142.

<sup>223</sup> ALTEMANI, H. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva: 2005, p. 29.

Para Bueno, apesar da aproximação entre Brasil e Estados Unidos refletir o relacionamento comercial que já existia entre os dois países, quando do advento do regime republicano de 1889, ela reflete também a percepção de Rio Branco acerca do quadro mundial e das tendências políticas do novo regime<sup>224</sup>.

A reorientação da política exterior brasileira ao final do século XIX e início do século XX reflete, portanto, a implementação da República do Brasil e o esforço em deixar para trás os princípios fundamentais do Império.

Após a Primeira Guerra Mundial, com o desgaste da hegemonia inglesa e o crescimento da atuação norte-americana na balança de pagamentos brasileira, os Estados Unidos tornaram-se ainda mais importantes para a política externa brasileira. Essa tendência foi mantida e transformada em um processo de alinhamento automático do Brasil ao governo de Washington até a década de 1930<sup>225</sup>.

A partir da década de 1930 até a tomada de decisão do governo brasileiro de apoiar os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, tem-se o período no qual a política externa brasileira destaca-se pelo seu alto poder de barganha, advindo das possibilidades de alinhamento com a Alemanha ou com os Estados Unidos. Gerson Moura<sup>226</sup> rotula a atuação da chancelaria brasileira durante esse período de *eqüidistância pragmática*.

No cenário internacional, o período entre guerras é marcado pela indefinição, com a ascensão de potências diversas em busca de sua zona de influência. Nesse sentido, destaca-se a importância do Brasil – devido às suas dimensões territoriais,

---

<sup>224</sup> BUENO, C. *Op. Cit.*, 2003, p. 483.

<sup>225</sup> ALTEMANI, H. *Op. Cit.*, p., 42.

<sup>226</sup> MOURA, G. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

riquezas e geografia estratégica - tanto para os Estados Unidos como para a Alemanha.

Desse modo, a política externa brasileira, sob o governo Vargas, caracteriza-se pelo aproveitamento das brechas geradas pela competição entre Estados Unidos e Alemanha, mantendo uma *equidistância pragmática* entre os dois centros de poder<sup>227</sup>.

Para garantir que não só o Brasil, mas a América Latina como um todo, continuasse a integrar a área de influência norte-americana e dissipar a ameaça alemã no subcontinente, os Estados Unidos lançaram mão da Política da Boa Vizinhança, que teve como um de seus pilares a disseminação do *American way of life* entre os latino-americanos. Com a política do bom vizinho, a tradição expansionista norte-americana ganhou uma roupagem amistosa e a cultura passou a funcionar como um instrumento do poder brando da política externa estadunidense.

---

<sup>227</sup> ALTEMANI, H. *Op. Cit.*, p. 47.

## *A Era da Boa Vizinhaça*

*O futuro e a segurança de nosso país e de nossa democracia estão profundamente entrelaçados com os acontecimentos que se processam além de nossas fronteiras... Digamos às democracias: “Nós, americanos, estamos inteiramente dedicados à defesa de vossa liberdade. Estamos jogando nossas energias, nossos recursos e nossos poderes de organização para dar-vos a força necessária para recuperar e manter o mundo livre”.*

*(Franklin Delano Roosevelt, 1941).*

Em meio a defensores e opositores, o debate sobre a “americanização” do Brasil gira em torno dos que responsabilizam a assimilação da cultura norte-americana pela desestruturação da cultura brasileira e daqueles que atribuem a essa influência uma força capaz de modernizar a sociedade, livrando o Brasil de seu atraso econômico-cultural<sup>228</sup>. A corrente contra a americanização relaciona a dependência cultural à economia. As idéias de individualismo e consumismo norte-americanas seriam responsáveis pela destruição da tradição cultural latino-americana<sup>229</sup>. Essa relação de dependência baseia-se na Teoria da Dependência, uma das contribuições internacionalmente conhecidas das ciências sociais latino-americanas<sup>230</sup>. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, as explicações acadêmicas para o subdesenvolvimento da América Latina privilegiaram a idéia da “dependência” do subcontinente em relação aos países desenvolvidos, sobretudo aos Estados Unidos<sup>231</sup>.

Aqueles que se encontram na vertente pró-americanização assumem uma postura em favor da liberalização política e econômica pregada pelos Estados Unidos, atribuindo ao americanismo um significado de cultura do empreendimento. O modelo americano é identificado como um sistema de valores favorável ao progresso. Para Lawrence E. Harrison, a Teoria da Dependência foi uma das forças que conduziram a política exterior auto-destrutiva da maioria dos países latino-americanos<sup>232</sup>. Para ele, atribuir o subdesenvolvimento latino-americano a uma exploração imperialista imposta à região pelas grandes potências mundiais é procurar nos outros a razão para os problemas que a América Latina não consegue resolver. Harrison destaca a importância do sistema de valores de um país para seu desenvolvimento. Segundo o autor, entre

---

<sup>228</sup> TOTA, A. *OP. Cit.*, p. 10.

<sup>229</sup> *Ibid*, p. 11.

<sup>230</sup> AYERBE, L. F. *O Ocidente e o resto: a América Latina e o Caribe na cultura do império*. Buenos Aires: Clacso, 2003, p. 45.

<sup>231</sup> HARRISON, L. E. *The Pan-American dream: do Latin America's cultural values discourage true partnership with the United States and Canada?* Westview Press, 1997.

<sup>232</sup> *Ibid*, pp.76-77.

esses valores estão: a relação da sociedade com o trabalho, a educação, a justiça, o mérito. Tais valores explicariam a existência de culturas favoráveis ao progresso e de culturas resistentes ao progresso<sup>233</sup>.

Os Estados Unidos construíram sua hegemonia sobre uma preponderância militar, econômica e uma influência cultural que levou o *American way of life* ao nível global. Apesar de a americanização ter defensores e opositores no Brasil e no mundo, o fato é que os Estados Unidos utilizaram a cultura na construção de sua hegemonia em dimensões sem precedentes. Hoje o inglês é a língua franca do tráfego aéreo ao entretenimento, as universidades norte-americanas estão entre as melhores instituições de ensino superior no mundo, a cultura popular da classe média americana invade o mundo, no qual alguns amam e outros odeiam, mas a maioria conhece os filmes de Spielberg, as lojas da Starbucks e a programação da MTV<sup>234</sup>.

Uma série de fatores contribuiu para esse feito, entre eles e, talvez, o mais importante foi o fenômeno da globalização dos meios de comunicação.

Procuramos apontar no presente capítulo de que modo a cultura norte-americana atuou como um instrumento do poder brando dos Estados Unidos, contribuindo para o alinhamento brasileiro à causa americana durante a Segunda Guerra Mundial.

Para garantir maior clareza à idéia de cultura e sua utilização como instrumento de poder, concordamos com Nelson Werneck Sodré que entende por cultura “o conjunto de valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de sua história”<sup>235</sup>. Nesse sentido, a cultura apresenta-se como um fenômeno social que representa os avanços alcançados por uma sociedade em um determinado período histórico, tais

---

<sup>233</sup>*Ibid.*, pp. 32-39.

<sup>234</sup> COHEN, E. A. *Op. Cit.*, p. 71.

<sup>235</sup> SODRÉ, N. W. Síntese de história da cultura brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 3.

como: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem<sup>236</sup>.

Desse modo, entendemos que a influência de uma cultura sobre a outra culmina em mudanças no nível de progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições da cultura influenciada.

### **3.1 A americanização do Brasil**

A partir da década de 1930, o Estado brasileiro passa a acomodar os interesses de outras classes no aparelho estatal. Apesar de a Revolução de 1930 não possuir um vínculo específico com a burguesia industrial<sup>237</sup>, notamos que, na década que se segue ao movimento, a percepção do interesse nacional é ampliada em detrimento de uma percepção estritamente voltada aos interesses de uma oligarquia agroexportadora.

A estrutura econômica do Brasil, baseada na monocultura do café, já vinha dando sinais de sua vulnerabilidade desde a Primeira Guerra Mundial. A manutenção de um sistema econômico dependente de um único produto para exportação tornava-se difícil em um mundo que tendia, cada vez mais, à autarquia e ao protecionismo<sup>238</sup>.

A crise mundial de 1929 aumenta as contradições no seio da oligarquia cafeeira, ao provocar o desencontro entre a classe e seus representantes no governo. Desse modo, tornou-se impossível à burguesia do café a manutenção de sua supremacia<sup>239</sup>. No entanto, embora a elite cafeeira tenha perdido poder na esfera política, o governo não deixou de atender aos interesses da classe que ainda representava a maior fatia das exportações brasileira. O quadro abaixo apresenta o desempenho da exportação do café

---

<sup>236</sup> *Ibid.*, p. 3-4.

<sup>237</sup> FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975, p.11.

<sup>238</sup> *Ibid.*, p. 93.

<sup>239</sup> *Ibid.*, p. 98.



nos anos que se seguiram à Revolução de 1930. Apesar de sofrer queda constante, em decorrência da política de defesa do preço do produto, o café ainda manteve-se como o principal produto da economia brasileira:

Quadro 3
1931 - 68,8%
1932 – 71,6%
1933 – 73,3%
1934 – 60,7%
1935 – 52,6%
1936 – 45,5%
1937 – 42,1%

Fonte: *Ministério das Relações Exteriores – 1935*, Rio de Janeiro, 1935 e *Ministério das Relações Exteriores – 1939-1940*, Rio de Janeiro, 1940 *apud* Fausto, B. *Op Cit.*, p.105.

A política externa brasileira ganhou novos contornos e buscou novas formas de cooperação e barganhas, já que, sem descuidar dos interesses da oligarquia cafeeira, trabalhou para contemplar outros segmentos da sociedade<sup>240</sup>. Em um cenário no qual nenhum dos grupos dominantes pode oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade, estabelece-se um compromisso entre as várias facções, de acordo com o qual aqueles que governam o país não representam a diretamente grupos sociais hegemônicos<sup>241</sup>.

<sup>240</sup> BUENO, C.; CERVO, A. L. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 234.

<sup>241</sup> WEFORT, F. *Classes Populares e Política apud* FAUSTO, B. *Op. Cit.*, 1975, p. 104.

Para Boris Fausto, a viabilização do Estado de compromisso ocorreu em virtude da ausência de oposições radicais entre as classes dominantes e do papel unificador do exército, funcionando como sustentáculo do regime vigente<sup>242</sup>. Nesse sentido, a importância do exército durante governo varguista é notória, já que garantiu a subordinação das classes dominantes em relação a um Estado centralizado e intervencionista.

O colapso econômico que permeou a passagem dos anos 20 para os anos 30 acabou por reforçar a crise do capitalismo liberal e, no plano político, serviu como justificativa para a crítica à liberdade de expressão<sup>243</sup>.

Nesta senda, após a Revolução de 1930, o Brasil foi continuamente empurrado ao autoritarismo até o advento do Estado Novo. Para garantir a legitimação do novo regime, oriundo de um golpe, o governo brasileiro lançou mão de um amplo projeto de propaganda política.

A propaganda política possui caracteres particulares, tais como simplificações das idéias para atingir às massas incultas, apelo emocional, repetições, promessas de benefício materiais à população (emprego, aumento de salário, melhoria nos preços de artigos de primeira necessidade), promessas de unificação e fortalecimento nacional. A intensificação das emoções ocorre principalmente através dos meios de comunicação, no entanto o apelo emocional pode dar-se também por meio de outros instrumentos como: literatura, teatro, pintura, arquitetura, ritos, festas, comemorações cívicas e esportivas.<sup>244</sup>

---

<sup>242</sup> FAUSTO, B. *Op. Cit.*, 1975, p. 104-106.

<sup>243</sup> FAUSTO, B. O ESTADO Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 17-20.

<sup>244</sup> CAPELATO, M.H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-168.

Nesse sentido, destaca-se o exemplo alemão na promoção da propaganda política, que, apesar de terem aprendido com a propaganda comercial norte-americana, inovaram em organização. Para a propaganda nazi-fascista, era importante garantir a unidade de todas as atividades e ideologias. A moral e a educação deveriam subordinar-se a ela. Para garantir tal nível organizacional, o governo de Hitler criou o Ministério da Informação Popular e da Propaganda<sup>245</sup>.

Os organizadores da propaganda estado-novista foram fortemente influenciados pela organização do modelo alemão e, com isso, criaram, em dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A entidade, sob a direção de Lourival Fontes, estava diretamente subordinada à presidência da República e possuía as seguintes divisões: divulgação, radiodifusão, cinema, teatro, turismo e imprensa. O objetivo do DIP foi controlar os meios de comunicação e cultura de modo a coordenar e centralizar a propaganda estado-novista<sup>246</sup>. O organismo altamente centralizado consagrou-se como o principal organismo responsável pela promoção de uma propaganda política favorável ao governo Vargas.

Enquanto, no Brasil, a década de 1930 foi marcada por um processo de transformações político-econômicas, no plano internacional, esse período é recordado pelo estremecimento de disputas ideológicas. Nesse contexto, as grandes correntes ideológicas que dividiam o mundo começavam a penetrar no Brasil.

Nesta senda, destaca-se um processo de penetração e difusão da cultura norte-americana no Brasil sem precedentes nas relações entre os dois países.

---

<sup>245</sup> CAPELATO, M. H. *Op. Cit.*, p. 169.

<sup>246</sup> VELLOSO, M. P. Uma configuração do campo intelectual. In: Oliveira, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982, p. 72.

No que diz respeito às relações entre Brasil e Estados Unidos, o período que se inicia com a década de 1930 aponta para duas tendências que guiaram a política exterior dos dois países até a Segunda Guerra Mundial.

O pragmatismo da política externa brasileira, rotulado por Gerson Moura de “autonomia na dependência”<sup>247</sup>, reflete o poder de barganha do Brasil ao perceber sua importância em um contexto internacional de disputa entre os Estados Unidos e Alemanha, no período que antecede a Segunda Guerra Mundial.

A Política da Boa Vizinhança, inaugurada com presidência de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), apresenta-se também como uma tendência nas relações entre os dois países até o advento da guerra mundial. A política do bom vizinho utilizou entre outros instrumentos a cultura norte-americana para promover uma boa relação dos Estados Unidos não só com o Brasil, mas com toda a América Latina, de modo a manter a região como uma área de influência norte-americana.

Ao assumir a presidência dos Estados Unidos, Roosevelt encontrou uma tradição intervencionista na política exterior norte-americana para os países abaixo do Rio Grande. O *Big Stick* de Theodore Roosevelt e a Diplomacia do Dólar de William Howard Taft foram expoentes dessa tradição. Conquistar a confiança dos latino-americanos seria uma tarefa difícil para os Estados Unidos, mas necessária, pois o país tinha a região como um mercado promissor capaz de impulsionar a recuperação econômica pós-crise de 1929. O intervencionismo do Corolário Roosevelt deveria ser abandonado definitivamente, pois o medo do “colosso do norte” que pairava na região abaixo do Rio Grande estava convertendo-se em uma ameaça ao pan-americanismo e às relações entre os Estados Unidos e a América Latina<sup>248</sup>. Para desempenhar tal tarefa,

---

<sup>247</sup> MOURA, G. *Op. Cit.*, 1980.

<sup>248</sup> WHITAKER, A. P. *Las Americas y un Mundo en Crisis*. Lancaster: Lancaster Press, 1946, p. 19.

Roosevelt inaugurou a Política da Boa Vizinhança, vinculada ao pan-americanismo, que funcionou como instrumento para a promoção de uma relação de cooperação entre os Estados Unidos e os vizinhos do sul<sup>249</sup>. O discurso dessa política apontava para a necessidade de se manter o continente americano unido na luta contra as ameaças

Desde a ascensão do partido nazista na Alemanha (1933), o governo alemão passava a projetar-se internacionalmente<sup>250</sup>. Na década de 1930, a influência alemã ganhava espaço na América Latina, principalmente no Brasil, onde o grande número de colônias germânicas ao sul do país potencializava esse processo. O comércio de compensação, ou seja, a troca de produtos por outros produtos sem a intermediação de qualquer moeda, cresceu rapidamente entre a Alemanha e o Brasil<sup>251</sup>. Entre 1934 e 1939 o comércio entre os dois países dobrou. Em 1938, o Brasil foi responsável pelo fornecimento de 30% de todo algodão importado pela Alemanha, além de ter no Reich o maior comprador da borracha brasileira<sup>252</sup>. Esse tipo de comércio contrariava os interesses comerciais dos Estados Unidos na região. O nazismo atraía principalmente os militares brasileiros, que se identificavam com o modelo autárquico do governo alemão<sup>253</sup> e admiravam sua máquina de guerra.

Para Clifford Geertz, quaisquer que sejam os rumos dos acontecimentos, as forças determinantes são parcialmente culturais<sup>254</sup>. Desse modo, em um cenário de crise latente, a transição da década de 1930 para 1940 foi um período de intensa disputa ideológica entre os Estados Unidos e a Alemanha na tentativa de um sobrepor-se ao outro na determinação dos acontecimentos.

---

<sup>249</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>250</sup> MOURA, G. *Op.Cit.*, 1991, p.4.

<sup>251</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>252</sup> HILTON, S. E. *Suástica sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 22.

<sup>253</sup> TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>254</sup> GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p132.

Baseando-se na tradição política da Doutrina Monroe e no dever de afastar do hemisfério ocidental qualquer ameaça à segurança da região, os Estados Unidos percebiam cada vez mais a inevitabilidade de envolverem-se em um conflito de proporções mundiais. Desse modo, a América abaixo do Rio Grande despertava interesses de primeira ordem na agenda norte-americana, pois era uma região estratégica e não deveria ser deixada à mercê da influência germânica.

Já em 1938, em correspondência ao ministro das relações exteriores, Oswaldo Aranha, a Embaixada Brasileira nos Estados Unidos chamava a atenção para a inquietação e preocupação que pairavam sobre os homens de Estado, de negócios, bem como o público geral norte-americano. Os Estados Unidos sentiam-se ameaçados pelo perigo de uma agressão de forças totalitárias e temiam a ação desses inimigos na América do Sul<sup>255</sup>.

Em 6 de janeiro de 1941, em sua mensagem anual ao Congresso, Roosevelt alertou para a ameaça de agentes secretos que estariam ocupando a América Latina, considerada uma região estratégica para a segurança dos Estados Unidos<sup>256</sup>:

A primeira fase da invasão deste hemisfério não seria o desembarcar de tropas regulares. Os pontos estratégicos necessários seriam ocupados por agentes secretos e seus joguetes – e um grande número deles já se acha aqui e na América Latina<sup>257</sup>.

A possível entrada dos Estados Unidos no conflito transformava o Brasil em uma região estrategicamente importante, devido ao recorte geográfico do nordeste brasileiro, considerado um ponto chave na defesa do hemisfério. Assim, passa ser vital à

---

<sup>255</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha 38.01.07 cf II3.

<sup>256</sup> ROOSEVELT, F. D. *apud* MAY, E. R. (org.). *Op. Cit.*, pp. 170-171.

<sup>257</sup> Mensagem Anual do Presidente Franklin Delano Roosevelt ao Congresso, em 6 de janeiro de 1941 *apud* MAY, E. R. (org.). *Ibid.*, pp. 170-171.

segurança norte-americana garantir a cooperação política e militar dos países da América do Sul, especialmente a concessão de bases no nordeste brasileiro, que pudessem ser ocupadas por militares norte-americanos<sup>258</sup>.

A disputa ideológica entre Estados Unidos e Alemanha coincidiu com a ditadura estado-novista de Getúlio Vargas (1937-1945), que soube tirar proveito da situação, optando por uma posição de neutralidade em relação ao conflito entre os dois países.

Pode-se estabelecer dois traços estruturais do Estado Novo, quais sejam: a neutralização das forças políticas no campo interno e a política de duplo compromisso externo<sup>259</sup>. No plano interno, a ditadura implementada com o Estado Novo desestruturou as forças oposicionistas por meio da repressão e das atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda. No plano externo, o duplo compromisso de Vargas advinha de seu poder de barganhar seu apoio político, na conjuntura em questão.

Para atender aos anseios americanos de cooperação, Vargas insinua constantemente o condicionamento de seu apoio àquele que melhor atendesse aos interesses brasileiros, que se resumiam na aquisição de equipamento bélico para as forças armadas brasileiras, na concessão de empréstimos que impedissem o colapso da balança cambial e de crédito para a construção da Siderúrgica de Volta Redonda<sup>260</sup>.

Para Moura, a política externa brasileira deve ser pensada como o resultado da combinação de conjunturas políticas mais imediatas, tanto internas como externas, e dos condicionamentos estruturais mais amplos, que representariam o campo capitalista, no

---

<sup>258</sup> MOURA, G. *Op. Cit.*, 1980, p. 59.

<sup>259</sup> GAMBINI, R. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977, p.77.

<sup>260</sup> *Ibid.*, p.122.

qual o Brasil está inserido. Na primeira metade do século XX, esse campo seria caracterizado pela disputa por hegemonias<sup>261</sup>.

A conjuntura internacional à época da Segunda Guerra marca o esforço da Alemanha e dos Estados Unidos em fazer da cultura um instrumento para concretizar suas ambições imperialistas.

A ascensão do fascismo no mundo fazia com que os imigrantes alemães na América Latina se identificassem com a ideologia do Terceiro *Reich*. Esses imigrantes procuravam manter seus laços com a Alemanha, que reservava a essa população uma importante participação em seu projeto expansionista<sup>262</sup>.

Para Roberto Gambini, a perspectiva política dos imigrantes alemães no Brasil difere da dos outros grupos estrangeiros, devido ao isolamento dos alemães que se concentravam nas colônias rurais na região sul do país, encontrando-se, de certo modo, “impenetráveis à cultura brasileira”<sup>263</sup>.

Desde que assumiu o poder Hitler investiu em um forte programa de propaganda ideológica. Nas escolas germânicas, iniciou-se uma doutrinação por meio de livros escolares que eram enviados à América Latina. Um livro de história contemporânea, por exemplo, reservava “90% de suas páginas para o Terceiro Reich, 5% para o Brasil e 5% para resto do mundo”<sup>264</sup>.

O papel da população de imigrantes alemães residentes no subcontinente, especialmente no Brasil, deveria ser o de desenvolver uma ponte entre a Alemanha e a América Latina, de modo a garantir a difusão da ideologia nazista na região.

---

<sup>261</sup> MOURA, G. *Op. Cit.*, 1980, p. 37.

<sup>262</sup> GAMBINI, R. *Op. Cit.*, p. 61.

<sup>263</sup> *Ibid*, p. 65.

<sup>264</sup> TURNER, E.E. *apud* GAMBINI, R. *Ibid*, p. 66.



A conquista da Dinamarca, Noruega, Bélgica, Holanda, seguida da invasão da França aguçava as preocupações norte-americanas sobre o futuro do Ocidente<sup>265</sup>. Urgia ao governo norte-americano proteger a América Latina das ambições do imperialismo alemão.

Como apontado anteriormente, desde o século XIX, o subcontinente constituiu uma zona estratégica da plataforma política dos Estados Unidos. A influência da ideologia nazista ameaçava os preceitos da Doutrina Monroe. Desse modo, cabia a Washington zelar pela segurança hemisférica, afastando o fascismo da região considerada como zona natural de influência norte-americana.

A Política da Boa Vizinhança começou a ser idealizada pelo republicano Herbert Hoover<sup>266</sup>. Ainda antes de assumir a presidência dos Estados Unidos, enquanto ocupou a cadeira de Secretário do Comércio (1921-1928), Hoover percebeu o quanto as relações comerciais com a América Latina eram importantes para os Estados Unidos e o efeito contraproducente do intervencionismo dos governos Roosevelt-Taft<sup>267</sup>. Quando ganhou as eleições, Hoover chegou à Casa Branca com ambições de melhorar as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, mas a depressão econômica que afetou o país no final da década de 1920 fez com que todas as atenções do governo fossem desviadas para os problemas domésticos<sup>268</sup>.

No início da década de 1930, a noção de segurança dos Estados Unidos vinculava-se às medidas adotadas para solucionar os problemas causados pela crise de 1929. Nesta senda, destaca-se a iniciativa política do *New Deal* para a recuperação da economia norte-americana. De acordo com a percepção do *New Deal*, os países latino-americanos tinham um papel chave para a recuperação dos prejuízos causados à sociedade

---

<sup>265</sup> TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>266</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>267</sup> SCHOULTZ, L. *Op. Cit.*, pp. 329-330.

<sup>268</sup> *Ibid.*, p. 330.

estadunidense pela depressão, como supridores de matéria-prima, mercado para os produtos manufaturados e investimento de capitais. Uma nova geração de políticos destacava-se como defensores de uma política hemisférica, que apagasse os ressentimentos latinos e garantisse os interesses norte-americanos nas Repúblicas ao sul do continente. Dentre esses políticos, conhecidos como os *new-dealers*, um dos nomes mais expressivos para a América Latina foi Nelson Rockefeller<sup>269</sup>.

Apesar de ter sido idealizada já na década de 1920, a Política da Boa Vizinhança para a América Latina é consolidada com a chegada de Franklin Delano Roosevelt à presidência e a ascensão política dos *new dealers*. Baseada nos ideais pan-americanistas, essa nova formulação da política exterior norte-americana tinha como objetivo acabar com o mal-estar que permeava as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, devido ao intervencionismo do início do século. Essa nova postura do Departamento de Estado é resultado da percepção de que “a cessação da intervenção militar tornou-se um pré-requisito para a consolidação do comércio externo americano”<sup>270</sup>.

A necessidade de expandir relações comerciais com a América Latina tornou-se a pedra de toque da política exterior norte-americana, principalmente devido ao crescimento do comércio de compensação entre a Alemanha e a América Latina. Em 1939, em um artigo publicado pela revista *Fortune*, as relações comerciais do Brasil eram caracterizadas por duas situações:

[...] na primeira o Brasil vende café aos Estados Unidos por dólares, troca-os por libras para comprar tecidos (ou pagar juros) na Inglaterra, voltando os dólares aos Estados Unidos quando a

---

<sup>269</sup> HIRST, M. *O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil-Estados Unidos:1942-45*. Dissertação de Mestrado apresentada à IUPERJ. Rio de Janeiro, 1982, p. 14-36

<sup>270</sup> GAMBINI, R. *Op. Cit.*, p. 36.

Inglaterra importa algodão. Na segunda, ao vender café para a Alemanha o Brasil recebe em pagamento produtos alemães, não entrando na transação dinheiro algum: quando a Alemanha compra café, o *Reichsbank* lança um crédito até que o Banco do Brasil encontre um importador interessado em mercadorias alemãs.<sup>271</sup>.

O aumento do comércio entre Alemanha e Brasil preocupava o governo norte-americano, que percebia que esse aumento ocorria em detrimento do comércio realizado com os Estados Unidos<sup>272</sup>.

Em uma correspondência destinada ao então Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mario de Pimentel Brandão, o presidente do *National Foreign Trade Council* relata o desagrado dos Estados Unidos em relação ao comércio de compensação brasileiro-alemão<sup>273</sup>, que, na opinião dele, não era favorável aos Estados Unidos, nem ao Brasil. Ele apontava que, no período de 1934 a 1936, a balança comercial de Brasil-Estados Unidos teve um superávit de 186,045 milhões de dólares favorável ao Brasil, já a balança comercial Brasil-Alemanha, no mesmo período, apresentou um aumento substancial no volume de produtos importados da Alemanha, apontando para um déficit de 9,291 milhões de dólares para o Brasil<sup>274</sup>.

Assim, ao perceber a ameaça germânica no subcontinente, atrelada ao fato de que era cada vez mais difícil para os Estados Unidos manter uma postura neutra em relação ao conflito mundial, a política do bom vizinho ganha um viés culturalista para enfrentar a difusão do nazi-fascismo na América Latina. Nesse contexto, o Brasil

---

<sup>271</sup> Exemplo retirado do artigo “Off to the trade wars?”, publicado pela revista *Fortune* apud GAMBINI, R. *Op. Cit.*, p. 37.

<sup>272</sup> CPDOC/FVG-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha 1938.01.07 cp I16A2.

<sup>273</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha 1938.01.07 cp I29.

<sup>274</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha 1938.01.07 cp I29.

despertava preocupação especial de Washington, já que o sul do país era povoado por um grande número de imigrantes alemães<sup>275</sup>.

Entre aqueles que advogavam pela aproximação com a América Latina, destacava-se o *new dealer* Nelson Rockefeller, herdeiro milionário da *Standard Oil Company*, empresa presente em vários países da América Latina<sup>276</sup>.

Os Rockefeller eram conhecidos pelas políticas filantrópicas que ficavam sob a responsabilidade da Fundação da Rockefeller. As ações filantrópicas dessa fundação no exterior tinham como base as companhias da família. No México e na Guatemala, por exemplo, a instituição combatia a malária e a febre amarela. O estado de subdesenvolvimento e abandono em que se encontrava a população latino-americana era visto como terreno fértil para idéias revolucionárias. Para os Rockefeller, que tinham amplos interesses econômicos na região, a revolução era como uma doença social, que deveria ser curada por meio de donativos e propaganda. O jovem milionário via a necessidade de se implantar uma política de bem-estar social que atendesse às necessidades da população latino-americana. Entre suas propostas estava o envio de professores, médicos e missionários à América Latina<sup>277</sup>.

Para reforçar tais pontos de vista, no início de 1940, Rockefeller tomou a iniciativa de elaborar um trabalho intitulado *Hemisphere Economic Policy*, no qual expressou suas idéias sobre a necessidade de os Estados Unidos adotarem medidas econômicas que garantissem a prosperidade econômica na América Central e do Sul, baseando-se na promoção de uma cooperação econômica hemisférica. Tais medidas contribuiriam para o país a mantivesse sua posição internacional, em detrimento da ameaça do totalitarismo alemão na América Latina. De acordo com a *Hemisphere*

---

<sup>275</sup> Embora não existam dados oficiais acerca do número de imigrantes alemães que habitavam o Brasil, estima-se que esse número seja 1.000.000 de descendentes de alemães. (cf. Gambini, R. *Op. Cit.*, p. 64)

<sup>276</sup> TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p. 44.

<sup>277</sup> *Ibid.*, p. 46.

*Economic Policy*, o comércio entre os Estados Unidos e a região abaixo do Rio Grande deveria ser estimulado por meio da redução das tarifas alfandegárias; melhoria nos meios de transporte e comunicação; parceria entre o governo federal e o setor privado norte-americano para promover investimentos nos países do continente, de modo a garantir o comércio de matéria-prima necessária aos Estados Unidos; revisão da dívida externa das repúblicas latino-americanas, que não deveria ser um obstáculo nas relações entre a América do Norte e a América do Sul. Apesar de a *Hemisphere Policy* não abordar questões culturais, científicas ou educacionais, o memorando aconselhava também sobre a importância de se criar um programa que abrangesse tais segmentos<sup>278</sup>.

Em resposta à necessidade de se lançar uma ofensiva propagandística e um projeto de promoção comercial na América Latina, como um meio de conter o avanço da ideologia nazista na região, no dia 16 de agosto de 1940, o Presidente Roosevelt criou o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics* e Rockefeller entrou para as atividades governamentais como Coordenador das relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas. Entre as principais funções do Coordenador estavam: assegurar economia e eficiência nas atividades governamentais relacionadas à defesa do hemisfério americano, principalmente no que dizia respeito às relações comerciais e culturais; elaborar e executar, em parceria com o Departamento de Estado, um programa nas áreas de artes e ciências, educação e viagem, rádio, imprensa e cinema que fortalecesse os laços entre as nações americanas e a defesa do continente<sup>279</sup>.

Para a realização de tal projeto, investiu-se na produção de todos os tipos de mídia, desde revistas às transmissões radiofônicas e filmes, além de um programa de

---

<sup>278</sup> Uma cópia do relatório referente à *Hemisphere Economic Policy* encontra-se disponível, em anexo, no trabalho de doutorado de Sidney Ferreira Leite “*O Filme que não passou: Estados Unidos e Brasil na Política da Boa Vizinhança – a diplomacia através do cinema*”, FFLCH, USP, 1998.

<sup>279</sup> CPDOC/FGV-RJ. Coleção Departamento de Estado. Documentos sobre a organização do OCIAA.

ajuda econômica. O subdesenvolvimento da América Latina passou a ser tratado como uma questão de segurança hemisférica. Questões relacionadas à prevenção de doenças, higiene, esgotos, habitação, transportes, obras públicas e educação passaram a compor a esfera dos assuntos que eram incumbência da agência de Rockefeller<sup>280</sup>.

No ano seguinte à sua criação, o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas* passou a chamar-se *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA). Essa agência era composta por três divisões: Comercial e Financeira, Comunicações e Relações Culturais<sup>281</sup>.

As Divisões de Comunicações e de Relações Culturais são de especial importância para esse trabalho, pois refletem os esforços do OCIAA para difundir na América Latina um sentimento favorável aos Estados Unidos.

De acordo com Gambini<sup>282</sup>, entre 1936-1939, a Alemanha viveu o apogeu de sua influência comercial no Brasil. Para o Terceiro Reich, o Brasil era peça fundamental do comércio exterior alemão. A alta demanda alemã por algodão só poderia ser suprida pelo Brasil, principal produtor depois dos Estados Unidos. A falta de câmbio fazia com que o Brasil, na realidade fosse a única alternativa ao governo alemão<sup>283</sup>.

Com o intuito de afastar a ameaça da concorrência germânica do mercado latino-americano, a Divisão de Comunicações e a de Relações Culturais investiu em uma forte propaganda que buscava promover o *American way of life* na América Latina. O modo de vida americano baseava-se no consumismo, no progresso material e nos bons salários<sup>284</sup>. Para a difusão desses valores, implementou-se uma ampla rede de

---

<sup>280</sup> SCHOULTZ, L. *Op Cit.*, p. 341.

<sup>281</sup> TOTA, A. *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>282</sup> GAMBINI, R. *Op. Cit.*, p. 105.

<sup>283</sup> *Ibid.*, p. 116.

<sup>284</sup> COBBS, E. A. *The rich neighbor policy: Rockefeller and Kaiser in Brazil*, p. 9 *apud* TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p. 52.

comunicações que, principalmente por meio do rádio, do cinema e da imprensa, estabeleceu laços culturais entre os Estados Unidos e o Brasil.

Para promover o *American way of life* no Brasil, o OCIAA contou com o apoio de pessoas ligadas diretamente ao governo brasileiro, entre formadores de opinião, políticos e diplomatas, como foi o caso de Oswaldo Aranha. Embaixador do Brasil em Washington durante três anos e Ministro das Relações Exteriores (1938-1944), Aranha gozava de alto prestígio nos Estados Unidos, por suas boas relações com o governo norte-americano. O próprio Presidente Roosevelt mostrou apreço pela indicação do diplomata para o posto de Ministro das Relações Exteriores em 1938<sup>285</sup>.

Na edição do dia 6 de março de 1938, o *New York Times* festejou a indicação de Oswaldo Aranha para a pasta das relações exteriores, apontando para o fato de que tal indicação favorecia o estreitamento das relações entre os Estados Unidos e o Brasil, bem como afastava as suspeitas de influência fascista no governo Vargas<sup>286</sup>.

Ainda sobre a indicação do diplomata para dirigir o Itamaraty, a edição de 8 de março de 1938 do mesmo periódico afirmava que:

[...] a entrada de Oswaldo Aranha para o gabinete do Presidente Getúlio Vargas é percebida como uma certeza de que o regime não é moldado à semelhança das ditaduras fascistas européias. Ele é tão devotado à causa da paz nesse hemisfério, que seu comando nas relações exteriores do Brasil é garantia de que sua grande influência será exercida de modo a avançar o estreitamento das relações inter-americanas<sup>287</sup>.

---

<sup>285</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha 1938.01.07 cp I5.

<sup>286</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha 1938.01.07 cp I10A1.

<sup>287</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha 1938.01.07 cp I10A2 (tradução nossa).

A partir de 1938, as relações entre Brasil e Estados Unidos melhoram em virtude da indicação de Oswaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores, bem como do estremecimento das relações entre Brasil e Alemanha - decorrente da campanha de nacionalização e da proibição da propaganda e organização de partidos políticos impostas pelo Estado Novo<sup>288</sup>.

Para Bueno e Cervo, apesar do inquestionável poder de barganha que o Brasil deteve até seu posicionamento em prol dos aliados, deve-se ter em conta o fato de que faltavam ao III Reich condições objetivas para atender às demandas brasileiras. Além disso, influenciou na decisão brasileira de apoiar a causa de guerra americana a fidelidade a uma parceria tradicional entre os dois países, bem como a atração cultural e a política de aliciamento praticada pelos Estados Unidos<sup>289</sup>.

### **3.2 O *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA)**

Durante a Segunda Guerra, a importância da América Latina como região estratégica para o governo norte-americano é refletida na criação do OCIAA como um organismo voltado exclusivamente para a promoção do estreitamento das relações entre os Estados Unidos e o subcontinente. No entanto, a disputa ideológica entre os Estados Unidos e a Alemanha não ocorreu somente no continente americano. Desse modo, o governo de Washington procurou disseminar o poder brando do *American way of life* em todo mundo.

Em 13 de junho de 1942, o *Office of War Information* (OWI) foi criado por uma decisão do poder executivo norte-americano. O escritório foi responsável por todas as atividades e propaganda tanto em território doméstico, como no exterior. O OWI

---

<sup>288</sup> BUENO, C.; CERVO, A. L. *Op. Cit.*, 2002, p. 246-248.

<sup>289</sup> *Ibid*, p. 235.



foi instruído a utilizar a imprensa, o rádio e o cinema para estimular a compreensão da população sobre as causas de guerra. O organismo não estava preocupado somente em disseminar informações e prestar esclarecimentos. Preocupava-se, principalmente, com a interpretação que tais informações poderiam adquirir. Assim, o OWI ocupou-se também em difundir símbolos e idéias por meio de entretenimento, desse modo, a população dos Estados Unidos e do mundo não perceberiam que estavam sob influência de propaganda e desenvolveriam interpretações favoráveis ao governo norte-americano<sup>290</sup>. O OWI responsabilizou-se pelas ações de propaganda em favor dos Estados Unidos em todo o mundo. A única exceção foi a América Latina que ficou sob a coordenação restrita de Rockefeller<sup>291</sup>.

Nesse sentido, o OCIAA foi um organismo peculiar quando comparado aos outros esforços do governo dos Estados Unidos para disseminar a cultura norte-americana pelo mundo por sua preocupação com a política exterior dos Estados Unidos para a América Latina e seu apelo pan-americanista, ou seja, o discurso sobre a importância de se estreitar os laços entre os vizinhos do norte e sul. Para tanto, o *Office* de Rockefeller tinha um plano de ação de duas vias: disseminar idéias favoráveis sobre os norte-americanos entre os latino-americanos e vice-versa. Desse modo, a simpatia mútua entre a América do Norte e a América do Sul favoreceria a Política da Boa Vizinhança e os interesses estadunidenses no subcontinente. Esse plano de ação de duas vias ficou evidente, por exemplo, no projeto do OCIAA de educar os norte-americanos sobre os povos do sul do continente:

---

<sup>290</sup> KOPPES, C. R. What to Show the World: The Office of War Information and Hollywood, 1942-1945. In *The Journal of American History*, v.64, n.1, Jun. 1977, p. 87-105.

<sup>291</sup> *Ibid*

A segunda parte do projeto – a educação de nossa própria população e livrá-los da ignorância e preconceito estúpido – é a parte mais importante. Nossa população é mais ignorante e mais preconceituosa em relação aos seus vizinhos do que a população que está ao sul da fronteira<sup>292</sup>

De acordo com Geertz, o conceito cultura é essencialmente semiótico. Baseando-se em Max Weber, o antropólogo compreende o homem como um ser amarrado a teias de significados tecidas por ele próprio. Nesse sentido, a cultura seria constituída por essas teias e pela análise das mesmas, ou seja, para Geertz, a cultura é uma ciência interpretativa, à procura de significados<sup>293</sup>.

Comprendemos que o OCIAA funcionou como uma teia de significados, que envolveu e atraiu a atenção da sociedade brasileira para o *American way of life*. Essa teia, que impregnou o Brasil de significados *yankees*, contribuiu para promover entre os brasileiros a admiração pelo vizinho do norte.

A criação do OCIAA e sua vinculação com o pan-americanismo como forma de atingir os interesses de uma política de segurança hemisférica coloca-nos em contato com as principais representações da identidade nacional norte-americana, que servem como condutores da política externa estadunidense, tais como as idéias de “experiência única” e “missão”<sup>294</sup>.

A imprensa e a propaganda eram instrumentos estratégicos para a divulgação do paradigma americano. Em seis anos de atividade, o OCIAA contou com um orçamento de aproximadamente 140 milhões de dólares, além de chegar a empregar 1100 pessoas nos Estados Unidos e 200 no exterior<sup>295</sup>.

---

<sup>292</sup> CPDOC/FGV-RJ. OCIAA, 17/04/194, IAA 41.06.21.

<sup>293</sup> GEERTZ, C. *Op. Cit.*, p. 04.

<sup>294</sup> MESQUITA, S. Q. N. *A Política Cultural norte-americana no Brasil: o caso do OCIAA e o papel das Seleções Reader's Digest 1940-1946*. Dissertação de Mestrado em História. UERJ, Rio de Janeiro, 2002.

<sup>295</sup> MOURA, G. *O Tio Sam Chega ao Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984, p.22.

A organização administrativa do OCIAA foi estruturada a partir da Divisão Comercial e Financeira, da Divisão de Comunicações e da Divisão de Relações Culturais. As principais decisões eram submetidas à aprovação de Nelson Rockefeller, que tinha acesso direto ao Presidente Roosevelt<sup>296</sup>.

No Brasil, o OCIAA foi dirigido por Berent Friele, que contava com o apoio da embaixada americana no Rio de Janeiro, além de um comitê composto por representantes de importantes segmentos do setor privado norte-americano, como a *General Electric*, a *Standard Oil*, *The National City Bank of New York*, entre outros<sup>297</sup>

Durante o Estado Novo a centralização política foi acompanhada por uma centralização do poder simbólico<sup>298</sup>, com disso, o OCIAA teve que angariar também o apoio do DIP para seu plano de americanização do Brasil, já que o órgão transformara-se em peça chave devido ao controle exercido sobre os bens culturais no Brasil. As relações entre o DIP e o OCIAA estreitaram-se definitivamente quando o governo norte-americano concedeu empréstimos ao Brasil para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e para a modernização das Forças Armadas<sup>299</sup>.

A Divisão Comercial e Financeira tinha como principal objetivo ampliar e facilitar as relações comerciais entre os Estados Unidos e a América Latina, além de estimular atividades que viabilizassem o desenvolvimento das Repúblicas latino-americanas<sup>300</sup>. Uma política de promoção comercial entre os Estados Unidos e a região correspondia às necessidades norte-americanas de recuperação da economia, que necessitava de mercados externos tanto para consumo, como para fornecimento de matéria-prima de seus produtos. Com o advento da guerra e do bloqueio britânico, o

---

<sup>296</sup> LEITE, S. F. *O Filme que não passou: Estados Unidos e Brasil na Política da Boa Vizinhança – a diplomacia através do cinema*. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 1998, p. 101.

<sup>297</sup> MOURA, G. *Op. Cit.*, 1986, p. 31.

<sup>298</sup> VELLOSO, M. P. *Op. Cit.*, p. 77.

<sup>299</sup> LEITE, S. F. *Op. Cit.*, 1998, p. 250.

<sup>300</sup> *Ibid*, p. 101.

comércio com a Europa tornava-se inviável aos latino-americanos. Nesta senda, os Estados Unidos consolidaram-se como principal parceiro comercial da América Latina.

O objetivo do governo estadunidense com a criação do OCIAA era o de dinamizar as relações comerciais com a América Latina, além de legitimar a hegemonia norte-americana no subcontinente, por meio de um consenso acerca das boas intenções dos Estados Unidos. Para atingir esses propósitos, as Divisões de Comunicação e de Relações Culturais receberam especial atenção do OCIAA no esforço de difundir, na América Latina, a imagem do bom vizinho do norte.

## **Cinema**

Durante a década de 1930, a produção cinematográfica norte-americana consumou-se como uma produção industrial, inserida na lógica dos processos de linha de montagem, já utilizados na fabricação de automóveis, eletrodomésticos e alimentos enlatados. A produção de filmes em escala industrial, nos Estados Unidos, baseou-se em um padrão para a feitura de tais filmes. Tal padrão era constituído pelo sistema de estúdio, o *star-system* e o Código Hays<sup>301</sup>.

Basicamente, o sistema de estúdio viabilizou a adequação do processo de produção cinematográfica ao sistema capitalista de produção. A fabricação do filme ganhou racionalidade e especialização, já que os estúdios passaram a contar com departamentos especializados em cada etapa de produção do filme, tais como roteiro, figurino, efeitos especiais, entre outros. O *star system*, por sua vez, foi o responsável em trazer as estrelas de cinema para perto das sociedades de consumo pequeno-burguesas. A partir da década de 1930, os artistas passaram a aparecer nas produções

---

<sup>301</sup> GONÇALVES, M. R. O cinema de Hollywood nos Anos Trinta, o American Way of Life e a sociedade brasileira. In: FABRIS, M.et. al. (org.). *Estudos Socine de Cinema*. Ano III, 2001, p. 533-545.

hollywoodianas como pessoas normais que moram em casas e apartamentos, têm filhos e casam-se com médicos e industriais, em detrimento das produções limitadas aos castelos, templos gregos, regimes feudais e realezas. Já o Código Hays, ou Código de Produção, adotado a partir de 1934, colocou Hollywood em sintonia com o *New Deal* de Roosevelt e os princípios morais, sociais e econômicos da sociedade norte-americana. Tais princípios resumiam-se na exaltação ao trabalho, individualismo, racionalização e organização metódica da vida, utilitarismo e pragmatismo, otimismo e valorização do sucesso material<sup>302</sup>.

Roosevelt acreditava que os filmes eram um dos instrumentos mais eficientes de atingir o público americano e, durante os anos de guerra, não mediu esforços para fazer com que a indústria cinematográfica de produção em série trabalhasse em pleno vapor. Nesse período, a média de filmes produzidos em Hollywood foi de 500 por ano. A influência exercida por Hollywood foi maior que a do rádio e da imprensa. As produções chegavam a alcançar audiências no exterior de mais de oito milhões pessoas por semana, determinando se um filme era ou não lucrativo para os cofres da indústria cinematográfica<sup>303</sup>.

O cinema foi identificado pelo OCCIA como um forte instrumento de propaganda, pois era capaz de atingir vários setores da sociedade<sup>304</sup>, das classes mais abastadas às mais populares, da elite intelectual ao gosto popular. O efeito visual das películas cinematográficas despertava a admiração dos brasileiros pelos heróis americanos, pelas personagens românticas e pelas estrelas *hollywoodianas* que ditavam moda. Um grande número de celebridades de Hollywood vinculava sua imagem aos

---

<sup>302</sup> *Ibid.*

<sup>303</sup> KOPPES, C. R. *Op. Cit.*

<sup>304</sup> *Ibid.*, p. 130.

anúncios publicitários, convidando o público ao consumo de produtos norte-americanos<sup>305</sup>.

No *Office* de Rockefeller, a Divisão de Cinema, ou *Motion Pictures Division*, foi encarregada de fazer das produções cinematográficas de Hollywood poderosos instrumentos de propaganda. Seu objetivo era promover uma melhora nas relações comerciais e culturais entre as Repúblicas latino-americanas e os Estados Unidos<sup>306</sup>.

Para atingir tais objetivos, elaborou-se o Motion Picture Section's plan que objetivava: convencer os produtores de cinema que a distribuição de filmes que criassem uma má impressão dos Estados Unidos na América Latina era contraproducente aos interesses norte-americanos; promover *tours* de estrelas norte-americanas nas principais cidades latino-americanas e vice-versa; descobrir talentos latino-americanos que pudessem ser utilizados nas produções estadunidenses e que pudessem atuar como portadores de uma mensagem positiva do vizinho do norte para os latino-americanos, contribuindo com a difusão do pan-americanismo; desenvolver um mercado e uma indústria cinematográfica ao sul do continente em cooperação com o capital e a administração norte-americanos<sup>307</sup>.

As produções de Hollywood que invadiram os cinemas brasileiros a partir da década de 1930 são produtos culturais que difundem no Brasil uma série de valores e visões de mundo, remetendo ao modo de vida da sociedade americana. A aproximação das estrelas de cinema à realidade das sociedades da década de 1930 fazia com que o espectador se fascinasse com a história contada e se identificasse com as personagens. Assim, o consumismo do *American way of life* invadiu a sociedade brasileira, que se

---

<sup>305</sup> DE CICCIO, C. *Hollywood na cultura brasileira: o cinema americano na mudança da cultura brasileira na década de 40*. São Paulo: Convívio, 1979, p. 83.

<sup>306</sup> CPDOC/FGV-RJ. OCIAA, IAA 41.08.31.

<sup>307</sup> CPDOC/FGV-RJ. OCIAA, IAA 41.08.31

entusiasmava, cada vez mais, com a aquisição dos produtos que apareciam nos filmes e eram veiculados à imagem das estrelas de Hollywood<sup>308</sup>

O filme é um documento precioso para a compreensão dos comportamentos, das visões de mundo, dos valores, das identidades e ideologia de uma sociedade<sup>309</sup>. O gênero *western* hollywoodiano, por exemplo, reflete a importância da fronteira na mitologia popular dos Estados Unidos, como um país desenvolvido por uma sociedade agrária ainda no século XIX<sup>310</sup>. Já no século XX, o mito é utilizado para atrair a população masculina norte-americana a se engajar em guerras contra o nazismo e o comunismo<sup>311</sup>. Esse seria o “fardo” norte-americano de civilizar a barbárie, remontando à época da expansão para o Oeste.

No *western*, o herói, desbravador do Oeste, foi imortalizado no imaginário americano. O cinema de Hollywood “criou um momento histórico impreciso e uma geografia imaginária, onde figuras míticas vivem em busca do equilíbrio em um universo violento”<sup>312</sup>. A oposição entre o *cowboy* - homem branco e símbolo da civilização cristã – e o indígena selvagem apresenta a natureza como um obstáculo à construção de uma sociedade superior e puritana<sup>313</sup>.

O cinema e o rádio, como ocorreu posteriormente com o advento da televisão, trazem novos modos de expressão ao homem. Assim a cultura é influenciada à medida que se rompem as limitações de uma cultura que, até então, esteve presa à leitura como meio de comunicação<sup>314</sup>.

---

<sup>308</sup> GONÇALVES, M. R. *Op. Cit.*

<sup>309</sup> KORNIS, M. A. História e Cinema: um debate metodológico. *Estudos Históricos*, v.5, n.10, Rio de Janeiro, 1992.

<sup>310</sup> SLOTKIN, R., 1996 *apud* JUNQUEIRA, M. A. *Op. Cit.*, 2000, p. 71.

<sup>311</sup> *Ibid*, p. 71.

<sup>312</sup> VUGMAN, F. S. *Western*. In MASCARELLO, F. (org.) *História do cinema mundial*. Campinas: Papirus, 2006, p. 160.

<sup>313</sup> *Ibid*, p. 161.

<sup>314</sup> DE CICCIO, C. *Op. Cit.*, p. 22.

Utilizar o cinema para promover propaganda ideológica não foi uma iniciativa dos Estados Unidos. A Alemanha já havia percebido o potencial desse veículo de comunicação como uma ferramenta capaz de influenciar multidões. No entanto, o que difere a cinematografia norte-americana das demais produções é seu alto grau de desenvolvimento técnico e criativo<sup>315</sup>. Além disso, o bloqueio britânico durante a guerra impedia que as películas alemãs chegassem à América Latina, o que deixava as produções norte-americanas praticamente sem concorrentes no subcontinente<sup>316</sup>.

No plano da Divisão de Cinema, os filmes norte-americanos que deveriam ser distribuídos na América Latina estavam divididos em três grupos: os filmes de propaganda, filmes relacionados ao desenvolvimento e filmes assistenciais. Os filmes de propaganda abordavam temas como a defesa das Américas, o antinazismo e a difusão de uma imagem positiva dos Estados Unidos, mostrando o lado humano dos norte-americanos, bem como suas belezas naturais, cultura e esportes. As produções voltadas para o desenvolvimento deveriam apresentar o poder da indústria estadunidense e o progresso na área científica. Já a categoria de filmes assistenciais deveria ser utilizada em salas de aula para demonstrar as técnicas americanas na área cirúrgica, dentária, de saúde pública e saneamento em geral. De acordo com os planos da Divisão de Cinema do OCIAA, a distribuição de tais produções na América Latina favoreceria a imagem dos Estados Unidos no subcontinente e fortaleceria o espírito de boa vontade na defesa das Américas<sup>317</sup>.

Constava também nos planos da Divisão de Cinema do OCIAA a difusão de filmes latino-americanos nos Estados Unidos. Essas produções deveriam despertar o interesse dos norte-americanos para os povos que viviam ao sul do Rio Grande,

---

<sup>315</sup> LEITE, S. F. *Op. Cit.*, p. 130.

<sup>316</sup> TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>317</sup> CPDOC/FGV-RJ. OCIAA, IAA 41.06.21, 17/04/1943.



contribuindo para eliminar o preconceito em relação aos latino-americanos, enraizado na sociedade estadunidense desde o século XIX.

As produções latino-americanas que deveriam ser distribuídas nos Estados Unidos estavam divididas em três categorias: turismo, história e cultura geral. Os filmes de turismo tinham como objetivo principal incentivar o turismo de norte-americanos na América Latina. Já nas produções sobre a história da América Latina, destacavam-se os filmes sobre arqueologia que apresentavam as conquistas dos povos das nações pré-colombianas. A cultura geral latino-americana foi apresentada por documentários que mostravam o dia-a-dia de operários latino-americanos trabalhando em empresas norte-americanas - como a *Standard Oil* do grupo Rockefeller - além do projeto “*The March of Time*”, abordando temas atuais envolvendo Brasil, Argentina e Chile, países estratégicos do Cone Sul<sup>318</sup>.

O OCIAA contou com a contribuição de figuras carismáticas para a consumação dos planos de sua Divisão de Cinema. Entre elas, destacamos Carmen Miranda e as criações e Walt Disney, que refletem os esforço norte-americano para a construção da imagem do bom vizinho em território brasileiro.

Nascida em Portugal e naturalizada no Brasil, Carmen Miranda foi convidada para trabalhar nos Estados Unidos e, entre 1939 e 1945, participou de várias produções de sucesso da 20th Century Fox<sup>319</sup>. Em 1940, a brasileira estrelou, ao lado de Betty Grable, em *Down the Argentine Way – Serenata Tropical* – no qual a atriz interpretava músicas famosas no Brasil como, *Mamãe eu quero*. No entanto, o tratamento que foi dado às músicas não era exatamente uma típica manifestação cultural brasileira, mas sim uma mistura de ritmos - que iam da rumba à marchinha - pretendendo ser uma

---

<sup>318</sup> CPDOC/FGV-RJ. OCIAA, IAA 41.06.21, 17/04/1943.

<sup>319</sup> TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p. 118.

síntese da cultura latino-americana. Essa miscelânea de ritmos, que nada tinha de brasileiro ou argentino, e a importância dada à figura de Carmen Miranda nos Estados Unidos tinham como objetivo agradar aos brasileiros, que se orgulhavam com o sucesso da atriz nas películas norte-americanas, bem como de apresentar aos próprios norte-americanos a figura do latino-americano como um povo exótico e simpático. Esse estereótipo do latino-americano remete à idéia do *wilderness* no imaginário da sociedade norte-americana. A presença dessas duas “Américas” nos filmes de Hollywood – uma representada pelo exotismo e sensualidade de Carmen Miranda e a outra representada pela modernidade, disciplina e o mundo do trabalho – corroborava a idéia de que a diversidade entre a América Latina e os Estados Unidos era positiva<sup>320</sup>, enaltecendo a “missão” dos Estados Unidos de levar o progresso à América ao sul do Rio Grande.

Os desenhos de Disney conquistaram o público brasileiro, especialmente o personagem Zé Carioca, um papagaio idealizado por Walt Disney, durante sua viagem ao Brasil<sup>321</sup>. A primeira aparição de Zé Carioca ocorre no filme *Alô, amigos*, ao lado do Pato Donald. No filme, o papagaio caracterizado com roupa de malandro representa o típico brasileiro. Mais uma vez a idéia das duas Américas é representada pelo contraste das personagens: Zé Carioca é o arquétipo do latino-americano malandro, preguiçoso e alegre, já o civilizado Pato Donald, símbolo do “americano comum”<sup>322</sup>, fica extasiado com a beleza e sensualidade do Brasil. No entanto, apesar das diferenças das raízes culturais entre os latino-americanos e os Estados Unidos, Walt Disney consegue, de

---

<sup>320</sup> GARCIA, T. C. *Carmen Miranda e os Good Neighbours*. Disponível em: [http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol7\\_mesa3.htm](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol7_mesa3.htm) Acesso em Jan. 2007.

<sup>321</sup> TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p. 135.

<sup>322</sup> MOURA, G. *Op. Cit.*, 1986, p.39.

forma mágica, aproximar os dois vizinhos ao incluir Zé Carioca em sua família de aves – “*we are all birds of a feather*”<sup>323</sup>.

A idéia da existência de duas Américas representadas nas produções cinematográficas de Hollywood era a síntese do ideal pan-americanista defendido pelos Estados Unidos. Essa percepção de dois povos distintos em um mesmo continente enaltece a missão estadunidense de assegurar a defesa e guardar a liberdade hemisférica contra o inimigo externo, ao mesmo tempo em que apresenta à América Latina a importância da união dessas duas Américas, como a união de dois bons vizinhos que devem cooperar para afastar as ameaças externas de sua vizinhança.

### **O Rádio**

A partir da década de 1930 e, notadamente, durante a década de 1940, o rádio consolidou-se como veículo de comunicação, com uma vasta programação de radioteatros, radionovelas, programas humorísticos, programas de jornalismo, além de transmissões esportivas<sup>324</sup>.

Até o início da Segunda Guerra Mundial, as grandes emissoras de rádio norte-americanas não tinham muito interesse na América Latina, já que as perspectivas de lucros na região não eram muito promissoras<sup>325</sup>. Em 1939, a Alemanha, ao contrário dos Estados Unidos, já percebia as vantagens de oferecer à população latino-americana uma

---

<sup>323</sup> HERZ, M; SILVA, A. M. *A Política Cultural Norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial*. Trabalho apresentado no Colóquio Estado Novo e Autoritarismo no Brasil 1937-1945, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

<sup>324</sup> KLÖCKNER, L. *O noticiário radiofônico na Segunda Guerra e a edição brasileira de “O Repórter Esso”*. Disponível em: [www.redealcar.fornalismo.ufs.br/cd3/sonora/lucianoklocner.doc](http://www.redealcar.fornalismo.ufs.br/cd3/sonora/lucianoklocner.doc)

<sup>325</sup> TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p. 73.

propagação radiofônica bastante variada. A Rádio Berlim oferecia, por meio de ondas curtas, uma programação que ia de concertos aos noticiários econômicos e políticos<sup>326</sup>.

Com o advento da guerra, Washington percebe a urgência de contrapor a difusão do germanismo por meio do rádio. Desse modo, o OCIAA passa a apoiar e orientar uma ampla programação radiofônica, em ondas curtas, para a América Latina. Os programas de rádio fomentados pelo OCIAA deveriam funcionar como instrumentos de propaganda, em uma perspectiva de guerra psicológica do governo americano. Assim, em cooperação com a CBS e a NBS, foram criados 12 programas para a América Latina, transmitidos em inglês espanhol e português<sup>327</sup>.

A estratégia do OCIAA para atingir a América Latina baseava-se em duas vias: por meio de transmissões diretas dos Estados Unidos e por intermédio de estações locais<sup>328</sup>. Para se ter idéia do esforço para aumentar a atuação radiofônica dos Estados Unidos no sul do continente, em 1939, os Estados Unidos contavam com 12 horas por semana de programas para a América Latina, já em 1941, esse número havia aumentado para 24 horas por dia, com programas irradiados em todo o continente<sup>329</sup>

*O Repórter Esso* foi um exemplo de programa radiofônico que esteve em consonância com a Política da Boa Vizinhança e os objetivos do OCIAA na América Latina. O programa já existia nos Estados Unidos desde 1935. Em 1942, o programa já contava com 60 emissoras em 15 países, entre eles: Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile, Colômbia, Cuba, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela<sup>330</sup>.

---

<sup>326</sup> *Ibid.*, p. 74.

<sup>327</sup> HIRST, M. *Op. Cit.*, 1982, p. 53-54.

<sup>328</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>329</sup> PRADO, M. L. C. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 26, Junho- Agosto, 1995, p. 52-61.

<sup>330</sup> KLÖCKNER, L. *Op. Cit.*

A edição brasileira do programa entrou no ar no dia 28 agosto de 1941. O noticiário foi patrocinado pela *Standard Oil*, produzido pela *United Press* e transmitido pela Rádio Nacional<sup>331</sup>. Vale lembrar que a *Standard Oil* pertencia à família Rockefeller, que tinha amplos interesses econômicos na América Latina. Desse modo, era fundamental aos Rockefeller que fosse disseminada na região uma propaganda em favor dos Estados Unidos.

Com cinco minutos de duração, o noticioso consagrou-se como um serviço de informações internacionais de guerra. Sem confrontar-se com os interesses locais, o programa tinha espaço livre para divulgar o que interessasse à *Standard Oil* e ao governo norte-americano<sup>332</sup>, ou seja, funcionava como um eficiente instrumento para disseminar a aversão ao nazi-fascismo.

Durante o Estado Novo, a radiodifusão brasileira caracterizou-se por um sistema misto entre o Estado e a iniciativa privada. O primeiro fiscalizava e controlava a atividade, mas a exploração desse poderoso veículo de comunicação ficava por conta do setor privado. Desse modo, o rádio permitiu que além da disseminação de idéias, fossem “vendidas” também mercadorias<sup>333</sup>.

A programação radiofônica do OCIAA para o Brasil esteve de acordo com os objetivos gerais da Divisão de Informação do *Office*, ou seja, conquistar o “apoio psicológico” dos latino-americanos para a causa dos aliados, por meio das ondas de rádio. Para tanto, divulgava-se uma imagem dos Estados Unidos como uma grande potência econômica e militar associada aos valores da civilização norte-americana,

---

<sup>331</sup> *Ibid.*

<sup>332</sup> *Ibid.*

<sup>333</sup> CAPELATO, M. H. *Op. Cit.*, p. 177

como: pioneirismo, inventividade, fortaleza, competitividade, tolerância e liberdade em contraste com a intolerância racial e religiosa do fascismo<sup>334</sup>

Os Estados Unidos souberam tirar proveito da abertura que o governo brasileiro deu à iniciativa privada para a exploração da radiodifusão. Desse modo, além de contribuir com a causa da guerra, por meio desse veículo de comunicação, vendeu-se também o consumismo estadunidense, com a veiculação de comerciais que estimulavam a compra de produtos que iam desde automóveis e eletrodomésticos à Coca-Cola e chicletes, disseminando entre os brasileiros a admiração pelo modo de vida americano.

Como a reciprocidade foi defendida como um dos pilares da Política da Boa Vizinhaça, a utilização do rádio como um instrumento de aproximação entre os Estados Unidos e o Brasil deveria ser um caminho de mão dupla, ou seja, em contrapartida à presença norte-americana no rádio brasileiro, o Brasil também deveria ter seu espaço no sistema radiofonia estadunidense. Um dos programas de rádio de maior sucesso entre os vizinhos do norte foi o “*News for the Americas*”. Patrocinado pelo Departamento Nacional do Café e pela embaixada brasileira, o programa promovia a cooperação hemisférica, o café brasileiro e o turismo ao Brasil, apresentado como o “reino do café”<sup>335</sup>.

## **A Imprensa**

As seções de imprensa e publicações do OCIAA trabalharam em conjunto promovendo o estreitamento das relações entre os Estados Unidos e a América Latina, em um primeiro plano, e, em um segundo plano, desenvolvendo propaganda anti-

---

<sup>334</sup>.HERZ, M; SILVA, A. M. *Op. Cit.*, 1987.

<sup>335</sup> *Ibid*

nazista, alertando os latino-americanos para o perigo da ameaça do Eixo<sup>336</sup>. O *Office* de Rockefeller estimulou publicações que exaltassem o espírito pan-americanista do continente e a necessidade de proteger o hemisfério de ameaças externas.

Por meio de uma parceria com as agências de notícias *Associated Press*, *United Press* e *International News Press*, o OCIAA promoveu, a baixo custo, a venda de serviços para mais de 100 jornais na América Latina. O material jornalístico fornecido aos vizinhos do sul era normalmente sobre assuntos leves e com grande apelo visual, acompanhado de uma variedade de ilustrações e cartazes. Houve também o incentivo de visitas de jornalistas brasileiros aos Estados Unidos, para que eles pudessem conhecer de perto o *know how* norte-americano nas atividades jornalísticas. Além disso, grandes jornais estadunidenses como o *New York Times*, o *New Herald Tribune* passaram a conceder cada vez mais espaço para notícias sobre a América Latina, especialmente no que dizia respeito ao turismo no sul do continente e temas culturais<sup>337</sup>.

Nesse contexto, Nelson Rockefeller insistiu para que se providenciasse uma edição brasileira do *Reader's Digest* norte-americano<sup>338</sup>, periódico que desde 1922 era um grande sucesso nos Estados Unidos<sup>339</sup>. A revista *Seleções do Reader's Digest*, publicada no Brasil de 1942 a 1970, foi um ótimo exemplo da propaganda do *American way of life* nos trópicos. A edição brasileira da revista era composta por textos curtos, de leitura simples e agradável. Ela mostrava os americanos como vizinhos simpáticos e os Estados Unidos como um país harmonioso e ordenado, formado pela sociedade WASP (*White, Anglo-Saxon, Protestant*), uma perspectiva excludente que valoriza as raízes da cultura anglo-saxônica e protestante na formação da identidade norte-americana, em

---

<sup>336</sup> LEITE, S. F. *Op. Cit.*, p. 105.

<sup>337</sup> HIRST, M. *Op. Cit.*, p. 52-53.

<sup>338</sup> JUNQUEIRA, M. A. *Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000, p. 38

<sup>339</sup> JUNQUEIRA, M. A. Representações políticas do território latino-americano na Revista *Seleções*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 42, 2001.

detrimento dos negros, índios, imigrantes e católico<sup>340</sup>. *Seleções* apresentava o modo de vida americano como um remédio para os problemas enfrentados pela América Latina<sup>341</sup>, ou seja, o exemplo norte-americano deveria ser o paradigma para a “outra” América.

Tal como as produções hollywoodianas, o periódico valeu-se da idéia de duas Américas em um mesmo continente. Nesta senda, apresentou as diferenças entre a América do Norte e a América Latina, apontando as peculiaridades da cultura protestante e anglo-saxã em oposição ao catolicismo ibérico<sup>342</sup>. Em *Seleções*, essa diferença entre as duas Américas esteve presente principalmente quando a revista associou a América Latina à idéia de *wilderness*<sup>343</sup>, enquanto os Estados Unidos apareciam como o bom vizinho do norte, exemplo de civilização, justificando-se, assim, missão estadunidense de orientar e proteger o subcontinente das ameaças externas ao hemisfério.

O sucesso da versão brasileira do *Reader's Digest* – a revista consagrou-se como o segundo periódico mais lido no país - pode ser atribuído à aceitação dos intelectuais, envolvidos no projeto do Estado Novo, bem como ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas. A cooperação dos “formadores de opinião” - um pequeno grupo de intelectuais que controlavam a opinião pública nacional - deu credibilidade à revista no Brasil<sup>344</sup>.

*Em Guarda* era o nome de outro periódico que veiculava a imagem dos Estados Unidos como um exemplo de democracia para o continente. As edições de *Em Guarda* foram impressas em três idiomas: inglês, espanhol e português e suas distribuições

---

<sup>340</sup> *Ibid.*

<sup>341</sup> *Ibid.*

<sup>342</sup> JUNQUEIRA, M. A. *Op. Cit.*, 2000, p. 14.

<sup>343</sup> *Ibid.*, p. 58-59.

<sup>344</sup> MESQUITA, S. Q. N. *Op. Cit.*, p. 142.



alcançaram toda a América Latina e Estados Unidos. Os artigos que compunham a revista eram variados, mas sempre lembravam os esforços da guerra: produção de materiais bélicos, a excelência de um tanque de guerra, a eficiência do serviço de enfermagem americano, notícias sobre as vitórias dos aliados<sup>345</sup>.

Durante a guerra, as grandes empresas americanas aumentaram seus investimentos em propaganda. Vendia-se a idéia de progresso por meio de automóveis e máquinas de lavar. Embora a produção desses produtos tivesse diminuído muito durante o período de guerra – as empresas concentravam-se na produção de materiais bélicos – os gastos com propaganda chegaram à cifra de 20 milhões de dólares, em 1945. Propagandas que misturavam interesses de mercado com patriotismo na causa da guerra eram comuns<sup>346</sup>.

As propagandas de publicitárias também chegaram às páginas da revista *O Cruzeiro*. A partir da década de 1930, a revista dedicou cada vez mais espaço para divulgar as produções de Hollywood no Brasil e anunciar os produtos vinculados às estrelas do cinema norte-americano. O estímulo à cópia da aparência desses artistas foi uma constante<sup>347</sup>. Além de incentivar a imitação da aparência das estrelas de cinema, *O Cruzeiro* estimulou também a imitação do comportamento norte-americano. Os expectadores assistiam nos cinemas as cenas de famílias americanas fazendo suas refeições e encontravam, nas páginas do periódico, propagandas com o intuito de

---

<sup>345</sup> TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p.56.

<sup>346</sup> Um exemplo desse tipo de propaganda foi o anúncio publicitário da Goodyear: “Pela vitória do Brasil e seus aliados não desperdice borracha – Dê paradas e saídas devagar” *apud* TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p.58.

<sup>347</sup> A revista aconselhava suas leitoras a imitarem as estrelas de Hollywood em textos como: “Parecer com as estrelas de cinema! Um ideal de muitas moças. Entretanto, nada mais simples. Basta alguns toques de rouge... O vestuário tem uma grande influência sobre a personalidade. Vista-se como as estrelas de cinema e parecerá com elas.” (O Cruzeiro 04/01/1936) *apud* GONÇALVES, M. R. *Op. Cit.*

introduzir os hábitos alimentares *yankees* no mercado nacional, por meio da divulgação de produtos como os cereais *Quaker* e o achocolatado *Toddy*<sup>348</sup>.

Durante o Estado Novo, a imprensa periódica foi o principal instrumento de propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda para a eliminação de vozes discordantes.

Nesse sentido, destaca-se a revista *Ciência Política*. Com um estilo objetivo e pragmático, o periódico relacionava diretamente a questão da cultura ao expansionismo e afirmação do Brasil como uma grande potência, apontando a América como um continente hegemônico com a grande missão de civilizar o mundo, contribuindo para a difusão do pan-americanismo, sintetizado no pragmatismo norte-americano e no idealismo latino, que não deveria restringir-se ao plano cultural, mas deveria abranger também uma diretriz econômica no estreitamento nas relações entre Brasil e Estados Unidos<sup>349</sup>.

O periódico *Ciência Política* mostrou-se voltado para os objetivos práticos da propaganda orientada pelo DI. Esse pragmatismo serviu perfeitamente aos interesses norte-americanos à medida que a revista apresentava os nazistas, integralistas e comunistas como inimigos a serem combatidos<sup>350</sup>. É certo que os democratas em geral também compunham a lista de adversários do governo estado-novista, mas, naquela conjuntura, esse era apenas um detalhe sem muita importância para os Estados Unidos.

---

<sup>348</sup> *Ibid.*

<sup>349</sup> VELLOSO, M. P. *Op. Cit.*, p. 89-90.

<sup>350</sup> *Ibid.*, p. 101-103

## A União Cultural Brasil-Estados Unidos (UCBEU)

A União Cultural Brasil Estados Unidos foi fundada em 1938 com o objetivo de estreitar os laços culturais entre o Brasil e os Estados Unidos. A instituição de caráter binacional contou com apoio de Washington, refletindo os esforços do governo norte-americano nos campos da educação e cultura para promover o alinhamento dos países latino-americanos aos Estados Unidos<sup>351</sup>. Embora o instituto tenha sido fundado pouco antes da explosão da Segunda Guerra mundial, foi na ocasião da guerra que a escola ganhou impulso, transformando-se em um centro de atividades culturais<sup>352</sup>. A UCBEU é exemplo dos esforços norte-americanos para difundir a história, a língua e a literatura americana, por meio de uma série de cursos: História Americana, Artes, Música e Cultura Norte-Americana<sup>353</sup>, além do ensino do idioma inglês, que se tornou o ponto forte da instituição.

A participação do governo dos Estados Unidos na organização e manutenção da União deu-se por meio do Departamento de Estado, ao qual o OCIAA esteve subordinado<sup>354</sup>. O apoio dos Estados Unidos à União materializou-se com a concessão de bolsas de estudos para candidatos que deveriam ser indicados pelo UCBEU para estudar nos Estados Unidos<sup>355</sup>.

Na visão de Gerson Moura, a promoção de intercâmbios patrocinados pelo OCIAA foi um tanto capenga<sup>356</sup>, já que, na realidade, o propósito das viagens patrocinadas pelo Departamento Estado não era o de promover um intercâmbio cultural entre os dois países. O que interessava ao OCIAA era que especialistas americanos

---

<sup>351</sup> BOYD, A. B. *A União Cultural Brasil-Estados Unidos e as políticas culturais dos Estados Unidos (1938-1951)*. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC-SP, São Paulo, 2003, p. 88.

<sup>352</sup> MOURA, G. *Op. Cit.*, 1986.

<sup>353</sup> BOYD, A. B. *Op. Cit.*, p. 88.

<sup>354</sup> *Ibid*, p. 90.

<sup>355</sup> *Ibid*, p. 89.

<sup>356</sup> MOURA, G. *Op. Cit.*, 1986, p. 50.

viesses à América Latina ensinar suas técnicas e exibir suas realizações, enquanto os latino-americanos iam aos Estados Unidos para se impressionarem com o progresso americano e voltarem aos seus países imbuídos de um sentimento favorável em relação ao modo de vida americano. Nas palavras de Moura: “os brasileiros iam aos Estados Unidos para aprender; os americanos vinham ao Brasil para ensinar”<sup>357</sup>. Esse era o caso de técnicos agrícolas, designados pelo governo norte-americano, que vinham ao Brasil estudar os métodos, as condições e as possibilidades de nossa produção, com a finalidade de obter maior cooperação e aproximação dos dois países<sup>358</sup>.

Em fins de 1945 o Departamento de Estado declarou que as contribuições que eram remetidas à União anualmente seriam canceladas<sup>359</sup>. Interessante notar que a decisão de suspender os recursos da União coincide com o fim da Segunda Guerra Mundial, da qual os Estados Unidos saíram vitoriosos, ou seja, os objetivos que o Departamento de Estado tinha, ao patrocinar a UCBEU, já haviam sido alcançados.

Em breve seria o próprio OCIAA que entraria para a lista de cortes do Departamento de Estado.

Inspirada em Mitchell<sup>360</sup>, Mônica Herz explica que o contato cultural ocorre por meio da atuação de “representantes culturais”, que tem como objetivo influenciar grupos considerados potencialmente reprodutivos, esses são os *target groups*. Nesse sentido, os representantes culturais envolvidos no processo de influenciar os *target groups* atuariam em divisões variadas:

---

<sup>357</sup> MOURA, G. M. *Op. Cit.*, 1986 p. 50.

<sup>358</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha 38.01.07 cf I18.

<sup>359</sup> BOYD, A. B. *Op. Cit.*, pp. 100-101.

<sup>360</sup> Cf. MITCHELL, J. M. *International Cultural Relations*. Londres, Allen & Unwin, 1986.

O contato cultural se dá a partir da atuação de “representantes culturais”, que buscam atingir grupos com potencial reprodutivo (*target groups*). A divisão do pessoal envolvido se dá da seguinte forma: a) equipe com base no país de origem do programa; b) equipe local; c) professores; agentes que atuam onde não há nenhuma representação cultural. As atividades dos agentes culturais incluem: a) presença; b) informação; c) intercâmbio cultural, envolvendo a promoção de livros e bibliotecas, a troca de estudantes e professores, o ensino da língua nacional, a realização de eventos ligados ao mundo das artes, encontros intelectuais, transmissões externas (rádio, TV, etc.)<sup>361</sup>.

Desse modo, compreendemos que a atuação do OCIAA esteve de acordo com a estratégia para a promoção do contato América Latina com a cultura norte-americana, já que a organização do *Office* contou com uma base nacional ligada ao governo norte-americano, de onde se subdividiram escritórios que serviram como bases de apoio em diversos países latino-americanos, como foi o caso do Brasil que contou com um escritório do OCIAA no Rio de Janeiro, trabalhando com o apoio da Embaixada norte-americana. A participação do cinema, do rádio, da imprensa e do ICBEU nesse processo de promoção do contato cultural entre brasileiros e norte-americanos foi fundamental, contribuindo para a difusão de informações favoráveis aos Estados Unidos; a promoção de valores da sociedade norte-americana, como o consumismo e a valorização do sucesso material; a vinda de figuras ilustres norte-americanas para o Brasil e vice-versa; a difusão do ensino da língua inglesa; o intercâmbio de professores e estudantes; e a promoção de eventos artísticos.

---

<sup>361</sup> HERZ, M. *Política Cultural Externa e Atores Transnacionais: o caso da Fundação Ford no Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1989, p. 46.

### 3.3 E quando a Guerra acabou...

Apesar do Estado Novo ter divergido dos princípios democráticos norte-americanos, o Brasil gozou de boas relações com os Estados Unidos durante esse período. Bueno e Cervo explicam que isso decorreu em virtude da principal preocupação de Washington em relação ao Brasil desde o advento do Estado Novo, que era evitar que ele ficasse na órbita da influência alemã<sup>362</sup>.

A política externa estado-novista soube tirar proveito de uma situação favorável ao Brasil, que se manteve em uma posição de *equidistância pragmática* entre Estados Unidos e Alemanha, a fim de melhor atender ao interesse nacional. Nesse contexto, o governo Vargas barganhou para obter vantagens concretas ao desenvolvimento econômico nacional, tais como recursos e tecnologias norte-americanas para a construção da siderúrgica de Volta Redonda, além da cooperação estadunidense para reequipar as Forças Armadas<sup>363</sup>.

A participação do Brasil na Segunda Guerra mundial é cercada por paradoxos. Na opinião de Gerson Moura, o primeiro deles é o fato de a ditadura estado-novista ter se aliado, no plano internacional, às potências democráticas do Ocidente; o segundo paradoxo apontado pelo pesquisador é o governo do Brasil, um país com recursos limitados, resolver enviar um corpo expedicionário à guerra, sem que tal atitude lhe tivesse sido solicitada; um outro paradoxo é pensar que as mesmas forças que levaram Vargas ao poder em 1937 o derrubaram em nome da democracia; o quarto e último fato que chama a atenção de Moura é que o imediato pós-guerra significou a rendição de nossa política exterior aos interesses das grandes potências que saíram vitoriosas da

---

<sup>362</sup> BUENO, C.; CERVO, A. L. *Op. Cit.*, 2002, p. 248.

<sup>363</sup> *Ibid*, p. 259.

guerra<sup>364</sup>, o que frustrou as pretensões brasileiras de exercer um papel relevante no reordenamento mundial, na qualidade de aliado especial dos Estados Unidos.

A aliança entre a ditadura de Getúlio Vargas e as potências liberais relaciona-se mais a uma questão de interesse nacional do que a uma simpatia ideológica. A *equidistância pragmática*<sup>365</sup>, adotada por Vargas até as vésperas de seu alinhamento aos Estados Unidos, mostra o poder de barganha que o governo teve para negociar seu apoio de acordo com o que lhe fosse mais vantajoso. Como observado anteriormente, Vargas condicionou seu apoio ao cumprimento de exigências consideradas fundamentais ao interesse nacional, como o fornecimento de material bélico às Forças Armadas, a concessão de empréstimos e o financiamento da construção da siderúrgica de Volta Redonda, de acordo com o projeto nacionalista do Estado Novo.

O Brasil declara guerra à Alemanha e Itália em outubro de 1942. Tendo suas exigências atendidas pelos Estados Unidos, o governo brasileiro passa agora a ambicionar uma participação efetiva na guerra. Havia a convicção no governo brasileiro que o envio das Forças Armadas para o campo de batalhas confirmaria uma preeminência do Brasil na América Latina. No entanto, não era do interesse dos Estados Unidos o envio de brasileiros para a guerra, pois o despreparo e a improvisação eram características de nossas forças armadas<sup>366</sup>.

Ao final do conflito mundial, os Estados Unidos ascendem à posição de maior potência mundial e suas ambições de hegemonia deixam de se concentrar na América Latina como ocorrera até então. Nesse contexto, o Brasil perde seu poder de barganha e a América Latina deixa de ser região de primeira importância para política externa

---

<sup>364</sup> MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991, p. x.

<sup>365</sup> Ver Moura, G. *Op. Cit.*, 1980.

<sup>366</sup> MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991, p. 26; BUENO, C.; CERVO, A. L. *Op. Cit.*, 2002, p. 264.

norte-americana. Desse modo as aspirações brasileiras a uma participação efetiva no reordenamento mundial não vão além do plano das idéias.

A queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945 pode ser atribuída, primeiramente, a um processo natural de democratização decorrente da própria Segunda Guerra Mundial e da derrota do totalitarismo nazi-fascista. No entanto, a forma como o esse processo ocorreu marca a especificidade do caso brasileiro. Embora, a ação política que levou à derrubada de Vargas tenha sido encabeçada pelos militares, que saíram fortalecidos da guerra, o governo norte-americano não assistiu passivamente ao processo. Ele foi consultado e até interveio para contribuir com a causa oposicionista<sup>367</sup>.

Os anos que seguiram a 1945 marcaram o declínio das ações de política externa para a América Latina e, conseqüentemente, para o Brasil. Enquanto a Guerra Fria marcou o auge do internacionalismo da política exterior estadunidense<sup>368</sup>, ela representou também o início de uma reestruturação do Departamento de Estado, que agora se preocupava com regiões de maior importância estratégica para os Estados Unidos, como a Europa.

Nesse contexto, o OCIAA entrou para lista de cortes do Departamento de Estado. Não havia mais razões para se manter um escritório com atuação tão extensa na América Latina, pois já não eram percebidas quaisquer ameaças à segurança dos Estados Unidos naquela região.

A preocupação com a América Latina, refletida na política cultural do OCIAA, já perdia força a partir do quarto ano de guerra. O descaso com o subcontinente ficou claro na ocasião da conferência de Dumbarton Oaks para a formação das Nações

---

<sup>367</sup> MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991, p. 42.

<sup>368</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 1999, p. 154.



Unidas, em agosto de 1944. Não houve qualquer participação de países latino-americanos. O continente foi representado, obviamente, pelos Estados Unidos<sup>369</sup>.

Em março de 1945, por decisão do presidente Roosevelt, o *Office* de Rockefeller passou a chamar-se *Office of Inter American Affairs* e Wallace K. Harrison foi indicado para assumir a direção da instituição<sup>370</sup>. Com a morte de Roosevelt e o fim da guerra, o OCIAA, agora *Office of Inter American Affairs*, foi perdendo espaço até ser completamente extinto em 1946, pelo Presidente Harry Truman. De acordo com a decisão do Presidente Truman, todas as funções do *Office* seriam, a partir de então, transferidas para o Departamento de Estado<sup>371</sup>. Afinal, com o fim da guerra e a vitória norte-americana, o governo de Washington não encontrava mais razões para manter um organismo exclusivamente preocupado com a América Latina, já que não havia mais uma percepção de ameaça aos interesses estadunidenses na região. Nas palavras de Tota: “a ‘fábrica de ideologias’ havia sido fechada. Não tinha mais serventia”<sup>372</sup>.

Com a globalização dos meios de comunicação na segunda metade do século XX, a presença de americanismos no Brasil e no mundo é percebida em dimensões cada vez maiores. A difusão cultural ganhou autonomia.

O fim da Segunda Guerra Mundial marca um período de negligência da política externa norte-americana para a América Latina que duraria até 1959, quando as primeiras ameaças comunistas no subcontinente começam a chamar a atenção de Washington para a região novamente<sup>373</sup>.

---

<sup>369</sup> TOTA, A. P. *Op. Cit.*, p. 183.

<sup>370</sup> CPDOC/FGV-RJ. Coleção Departamento de Estado. Documentos sobre a organização do OCIAA.

<sup>371</sup> CPDOC/FGV-RJ. Coleção Departamento de Estado. Documentos sobre a organização do OCIAA.

<sup>372</sup> *Ibid.*, p. 190.

<sup>373</sup> PECEQUILO, C. S. *Op. Cit.*, 1999, p. 155.

No Brasil, pairava a frustração de ver que de país estratégico para a segurança do hemisfério e com alto poder de barganha, havíamos caído no descaso dos Estados Unidos para a América Latina.

Em entrevista sobre a contribuição norte-americana para a reorganização mundial no pós-guerra, Oswaldo Aranha lembrou aos Estados Unidos que, durante a guerra, foram feitas concessões de bases aéreas e navais brasileiras, que toda a produção do país e nosso sistema de transporte estiveram em serviço dos interesses americanos. Passado o conflito, o diplomata esperava que os Estados Unidos financiassem a reconstrução dos portos, estradas e a indústria brasileira<sup>374</sup>.

Enquanto o Plano Marshall destinava ajuda financeira para a Europa, o Brasil esperava receber também sua parte, devido aos esforços de cooperação despendidos durante o período de guerra:

Os Estados Unidos estão gastando uma soma de dinheiro fabulosa na Ásia, na Europa e no Oriente. Da nossa parte, esperamos somente que a amizade, cooperação e aliança dos tempos de guerra não sejam transformadas em indiferença e negligência nos tempos de paz<sup>375</sup>.

A Política da Boa Vizinhança manteve tanto a tradição moralista quanto a utilitarista da cultura política norte-americana.

A idéia de exercer uma hegemonia benigna na região, baseada na “missão” de disseminar o experimento americano esteve de acordo com o moralismo da cultura política dos Estados Unidos. Para Eliot A. Cohen, a intenção benigna dos Estados Unidos de disseminar a democracia não é “nem mais nem menos sincera que as

---

<sup>374</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha pi ARANHA 48.00.00/4

<sup>375</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha pi ARANHA 48.00.00/4 (tradução nossa).

*missions civilisatrices* das potências imperiais do passado”<sup>376</sup>. Nesse sentido, quando ao final do século XIX os Estados Unidos alteram o equilíbrio de poder na América, eles estavam, em parte, defendendo o hemisfério do novo imperialismo europeu, bem como imitando, conscientemente ou não, as potências européias. Até mesmo o preconceito dos norte-americanos em relação à América Latina remete à influência européia da fé na “superioridade anglo-saxônica” e da missão moral da raça branca em relação aos “povos inferiores”<sup>377</sup>.

O discurso que permeou a Política da Boa Vizinhança sobre o papel dos Estados Unidos de protetor do continente contra ameaças externas é expressão da continuidade da tradição moralista norte-americana em suas relações com a América Latina.

Ao mesmo tempo em que o discurso do bom vizinho expressou a intenção dos Estados Unidos de exercer uma influência benigna no subcontinente, também representou o utilitarismo na política de Washington. A difusão do *American way of life* contribuiu para a construção da hegemonia norte-americana. A criação do OCIAA foi reflexo do esforço despendido pelo Departamento de Estado para a promoção do modo de vida americano como um modelo a ser seguido pela América Latina. Esse esforço buscou cultivar, na América Latina, a admiração pela prosperidade e pelos valores norte-americanos. Tal admiração agregou ao poder dos Estados Unidos a habilidade de influenciar as preferências de seus vizinhos latino-americanos em um cenário de crise mundial.

---

<sup>376</sup> COHEN, E. A. *Op. Cit.*, p. 71.

<sup>377</sup> WHITAKER, A. P. *Op. Cit.*, 1966, p. 9-10.

Durante seus anos de atuação, o *Office* de Rockefeller esteve de acordo com o caráter da expansão norte-americana, que, desde o século XIX, teve como seu mecanismo de ação a penetração, ou o direito de acesso, em detrimento da aquisição<sup>378</sup>.

Mesmo tendo sido criado especificamente para atender aos interesses dos Estados Unidos de promover uma propaganda ideológica que colaborasse com a causa americana durante Segunda Guerra Mundial, o legado do OCIAA contribuiu para que poder de influência e acesso dos Estados Unidos na América Latina se estendesse ao período que seguiu a guerra.

---

<sup>378</sup> HERZ, M. *Op. Cit.*, 1989, p. 26.

## *Considerações Finais*

O objetivo desse trabalho não foi compreender as relações entre os Estados Unidos e o Brasil, no período estudado, sob o prisma do imperialismo clássico, pois não acreditamos no poder elucidativo de teorias reducionistas que colocam os Estados Unidos como detentores de um absoluto poder de decisão e os latino-americanos como vítimas manipuladas, sem qualquer poder de escolha. Ao contrário, concordamos com Gerson Moura que, fugindo de generalizações, contribuiu ricamente para o estudo da historiografia das relações entre os Estados Unidos e o Brasil à época da Segunda Guerra Mundial, mostrando como um país aparentemente débil como o Brasil soube valer-se de seu poder de barganha para alcançar vantagens junto aos Estados Unidos.

Optou-se, desse modo, por uma análise da cultura norte-americana como um instrumento do poder brando dos Estados Unidos em suas relações com o Brasil durante a Política da Boa Vizinhança. Apesar de não constituir a esfera da alta política, a cultura foi compreendida como um importante instrumento de poder nas relações internacionais contemporâneas.

Para alcançar tal objetivo, partiu-se da premissa de que a política exterior norte-americana apresenta laços de continuidade com seu passado. A cultura política estadunidense é influenciada por mitos que permeiam o imaginário norte-americano desde a formação de sua identidade nacional. Desse modo, foi necessário o regresso ao período colonial da história dos Estados Unidos para a compreensão do processo de construção da identidade nacional estadunidense e dos valores que compõem o imaginário norte-americano.

Nesta senda, percebe-se que os Estados Unidos forjaram uma idéia de nação excepcional - fruto do pioneirismo dos pais peregrinos - que permeia a cultura política do país. Tal como os hebreus, os peregrinos acreditavam que deveriam buscar a terra prometida. Assim, o Novo Mundo surgia como a possibilidade de deixar para trás toda

perseguição política e religiosa que haviam sofrido na Inglaterra e começar uma nova vida. Além disso, o processo de independência dos Estados Unidos também contribuiu para excepcionalismo estadunidense, já que pela primeira vez na história, uma colônia conquistou sua independência, por meio de uma revolução, garantindo ao seu povo o direito divino da vida, da liberdade e da busca da felicidade.

Baseando-se nesse excepcionalismo, o país assume a “missão” de levar o experimento americano ao resto do mundo. Desse modo, durante o século XVIII, o destino manifesto serviu como justificativa para a expansão para o Oeste. A fronteira era identificada com o atraso, a barbárie, um ambiente de *wilderness*. A expansão da fronteira até a costa do Oceano Pacífico foi justificada como um fardo, uma missão do norte-americano que deveria levar o progresso ao *far west*.

Até o final do século XIX, a política estadunidense esteve voltada para os assuntos domésticos. Passado o período de Reconstrução e com a ocupação de todo território ao Oeste do país, os Estados Unidos passam a olhar para América Latina. Com o fim da expansão para o Oeste, a região sul do continente é percebida como uma nova fronteira ser conquistada. Nesse contexto, a Guerra Hispano-Americana foi o marco da reorientação da política estadunidense que, a partir de então, deixa de restringir-se aos temas exclusivamente domésticos e assume uma posição de liderança no cenário internacional.

A América Latina, tal como o *far west*, foi relacionada à idéia de *wilderness*, ou seja, uma porção de terra a carecer da “benevolência” dos Estados Unidos, que deveriam civilizá-la para que pudesse prosperar como seu vizinho do norte.

A influência do mito do *wilderness* e da fronteira na formação da identidade nacional norte-americana é percebida na importância que espaço territorial assumiu na historiografia estadunidense, substituindo a idéia de tempo. Os norte-americanos

procuraram compensar o sentido de tempo de que careciam por um amplo sentido de espaço. Seu pensamento não remonta a um passado que não existiu, mas ao futuro<sup>379</sup>.

Essa importância dada ao elemento territorial e ao futuro na historiografia norte-americana explica, de certo modo, o esforço da política externa de Washington para garantir a hegemonia estadunidense na América do Sul, a partir do final do século XIX. Embora a hegemonia norte-americana não tenha sido estabelecida aos moldes do tradicional imperialismo colonial, os Estados Unidos lançaram mão de uma postura imperialista disfarçada por seu destino manifesto de civilizar a região, percebida como uma zona de influência natural norte-americana.

Nesse sentido, verificou-se que, desde sua ascensão como grande potência, no século XIX, o expansionismo dos Estados Unidos não se caracterizou pela aquisição, mas sim pelo direito de acesso justificado advindo de sua missão civilizadora.

A partir da presidência de Theodore Roosevelt, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina foram marcadas pelo intervencionismo estadunidense. A Doutrina Monroe foi reformulada de modo a justificar a política externa norte-americana para o subcontinente, que se pautou pelo unilateralismo e pela coerção. Essa postura marcou a predominância do poder duro estadunidense em suas relações com os países latino-americanos.

Esse padrão acompanhou a política externa dos Estados Unidos para a América Latina até a década de 1930, principalmente no que diz respeito ao relacionamento com a América Central e o Caribe. O *Big Stick* rooseveltiano e a Diplomacia do Dólar de Taft foram expoentes do intervencionismo norte-americano, exacerbado pela força do poder de polícia reivindicado por Washington.

---

<sup>379</sup> HOFSTADER, R. *Los Historiadores Progressistas, Turner, Beard, Parrington*. Buenos Aires: Paidós, 1968 *apud* JUNQUEIRA, M. A. *Op. Cit.*, 2000, p. 69.



Com o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), percebe-se uma reorientação da política exterior norte-americana para a América Latina. O pan-americanismo passou a servir como base para a política do bom vizinho.

O pan-americanismo não era elemento novo na diplomacia norte-americana. Ao final do século XIX, os Estados Unidos já haviam percebido os benefícios que poderiam provir das iniciativas pan-americanistas. Todavia, até então, o pan-americanismo de Washington havia sido neutralizado pelo uso exacerbado do poder duro em suas relações com o subcontinente.

A década de 1930 marca uma revisão dos instrumentos de poder adotados até então pelos Estados Unidos. A iniciativa do *New Deal* e uma nova geração de políticos norte-americanos preocupados com a importância estratégica da América Latina para os interesses estadunidenses apontam o abandono de políticas de poder baseadas em reinterpretações da Doutrina Monroe e o fortalecimento do pan-americanismo. Desse modo, entende-se que, no período em questão, os Estados Unidos definem seu plano de inserção internacional a partir da América Latina, adotando uma postura diplomática mais branda, em detrimento da agressividade do poder duro.

A Política da Boa Vizinhança foi, assim, um divisor de águas na política exterior dos Estados Unidos, que, apesar de manter continuidade em seus objetivos - ou seja, garantir a que o sul do continente continuasse a constituir uma zona natural de influência norte-americana - adota mudanças nos meios utilizados para atingi-los. É a partir de então que os norte-americanos percebem a necessidade de abandonar o unilateralismo e acabar com mal-estar que pairava entre os latino-americanos, em virtude do intervencionismo estadunidense do início do século. Para atingir tal objetivo, os Estados Unidos deveriam lançar mão de sua capacidade de atração, em detrimento da

coerção. Era necessário que fossem mais amados e menos temidos. Para tanto, o vizinho do norte atentou-se para a importância do poder de influenciar idéias.

Em um contexto continental, no qual a ameaça germânica ganhava cada vez mais espaço entre os latino-americanos, o Departamento de Estado abandonou a agressividade de sua política exterior do início do século e optou por uma postura mais branda, enaltecendo os valores pan-americanistas que deveriam unir as nações do continente e promover, entre os países ao sul do Rio Grande, uma imagem dos Estados Unidos que remetesse à idéia do bom vizinho do norte.

A situação brasileira inspirava cuidados especiais ao Departamento de Estado, devido ao grande número de imigrantes alemães que habitavam o sul do país, além da notória admiração dos militares brasileiros pela máquina de guerra nazista. O comércio de compensação praticado entre Brasil e Alemanha contribuía para agravar ainda mais a percepção da ameaça germânica.

Nesse contexto, o recorte geográfico da região nordeste garantiu ao Brasil uma posição estratégica para a segurança hemisférica. Assim, na eminência de uma guerra mundial, na qual Estados Unidos e Alemanha seriam forças opostas, o Brasil, apesar de sua condição de nação subdesenvolvida, soube tirar proveito da situação adotando uma postura pragmática em suas relações com Estados Unidos e Alemanha.

Dentro desta lógica, o governo varguista buscou atender os interesses de seu projeto desenvolvimentista, tais como a construção da siderúrgica de Volta e Redonda e o equipamento das Forças Armadas. Apesar de não simpatizarem com os métodos autoritários e o nacionalismo varguista que caracterizaram o Estado Novo, os Estados Unidos viram-se sem outra opção que não fosse atender aos anseios brasileiros, devido às suas implicações políticas, ou seja, o não atendimento aos interesses varguistas poderia resultar em benefício à Alemanha.

Diante do fato de que os pressupostos liberais vinham caindo em descrédito desde a Primeira Guerra Mundial e de que uma nova potência imperial ameaçava a hegemonia hemisférica norte-americana, os Estados Unidos atentam-se para a necessidade de redefinir as relações interamericanas, a fim de manter sua posição no continente. Assim, o Departamento de Estado valeu-se da inserção das relações culturais no contexto de suas relações com o subcontinente.

Nesse sentido, verificou-se que a criação do OCIAA representou o primeiro esforço norte-americano em exercer seu poder brando no plano internacional, desvinculando-se do paradigma agressivo dado anteriormente ao tema da segurança nacional e apontando para uma nova perspectiva nas relações diplomáticas dos Estados Unidos, qual seja a vinculação do interesse nacional às relações culturais internacionais.

As ações das Divisões de comunicação e de Relações culturais trabalharam com o objetivo de difundir na América Latina uma teia de significados que levassem os latino-americanos a uma interpretação positiva sobre o vizinho do norte. Nesta senda, verificamos a existência de duas Américas no imaginário norte-americano: a América do Norte e a América Latina. A primeira constituída pela sociedade WASP, modelo de trabalho, progresso e civilização, enquanto a irmã do sul, vista como a “outra” América, caracterizava-se pela herança ibérica e católica, carente de uma cultura progressista. No entanto, as diferenças entre as duas Américas não foram apresentadas pelos Estados Unidos como oponentes, mas sim como complementares. Nesse sentido, o pan-americanismo no qual se baseou a Política da Boa Vizinhança foi utilizado para exacerbar a necessidade de união entre as duas Américas para a defesa da segurança hemisférica.

As ações do OCIAA contribuíram, em grande medida, para vincular as relações culturais às relações comerciais. As produções hollywoodianas, as campanhas

publicitárias veiculadas no rádio e na imprensa promoveram o consumo de mercadorias que carregavam consigo significações sociais e difundiam padrões de comportamento que remetiam ao *American way of life*.

A Segunda Guerra Mundial marcou o reposicionamento dos Estados Unidos no que diz respeito às relações internacionais. Nesta senda, a América Latina - especialmente o Brasil por sua posição estratégica à época do conflito - serviu como plataforma para a formulação de um projeto global de poder norte-americano. A partir hegemonia hemisférica, os Estados Unidos projetar-se-iam mundialmente no segundo pós-guerra, disseminando o modo de vida americano além da fronteiras continentais.

A Política da Boa Vizinhança foi formulada para atender ao interesses que envolviam o projeto hegemônico norte-americano, que, em um primeiro momento, baseou-se na oposição democracia versus fascismo e que teve a América Latina como principal zona estratégica. Com a vitória dos aliados na guerra, o projeto hegemônico dos Estados Unidos assume novas dimensões e adota como orientação a disputa entre capitalismo e socialismo.

Nesse contexto, sem a percepção de uma ameaça eminente aos interesses norte-americanos na região, a América Latina deixa de ser objeto de preocupação do governo dos Estados Unidos, que transfere sua atenção para a reconstrução européia e a contenção da União Soviética. O OCIAA perde sua razão de existir, enquanto o Brasil, sem mais poder contar com seu poder de barganha, deixa de ocupar uma posição estratégica na agenda norte-americana.

O OCIAA pautou-se pelo moralismo da tradição da política externa norte-americana, ao apontar racionalizações que justificassem o alinhamento da América Latina à causa de guerra dos Estados Unidos. A promoção de uma imagem dos norte-americanos como os guardiões da segurança hemisférica, ligados ao progresso e à

prosperidade, garantiu legitimidade às ambições estadunidenses de manter o subcontinente como uma zona de influência natural dos Estados Unidos.

Em seus seis anos de vida, o OCIAA serviu como um laboratório para a experiência norte-americana de fazer da cultura um instrumento de poder.

Passada a ameaça do imperialismo alemão, o *Office* de Rockefeller perdeu expressão política até chegar à extinção, mas deixou suas práticas como herança aos Estados Unidos, que, a partir de então, agregaram definitivamente o poder brando à sua política exterior, dando ao “experimento nacional” um enfoque universal.

## **Bibliografia**

- ALTEMANI, H. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ARON, R. **República Imperial: os Estados Unidos no mundo pós-guerra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: UNESP, 1998.
- AYERBE, L. F. **O Ocidente e o Resto: a América Latina e o Caribe na cultura do império**. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- AYERBE, L. F. **A Reinvenção da Doutrina Monroe. Determinismo cultural e política externa de Estados Unidos pós-11/09**. Disponível em: [www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe1.pdf](http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe1.pdf)
- AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.
- AZEVEDO, C. O sentido da Missão no imaginário político norte-americano. **Revista de História Regional – UEPG**, Brasil, v. 3, n. 2, p. 77-90, 1998.
- BOYD, A. B. **A União Cultural e as políticas culturais dos Estados Unidos (1938-1951)**. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
- BUENO, C. O Brasil e a Terceira Conferência Internacional Americana. **Revista Estudos Histórico**, n. 13 e 14, 1974-1975.
- BUENO, C. Da Pax Britannica à Hegemonia Norte-Americana: o Integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 20, 1997.
- BUENO, C. **Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CAMPOS, C. O. Estados Unidos, América Latina y el Caribe: Del Panamericanismo al Neo Panamericanismo. **Cenários**, n. 2, 2000.
- CHOMSKY, N. **O que o Tio Sam realmente quer**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- COHEN, E. A. A História e a hiperpotência. In: **Política Externa**, n. 3, v. 13, dez.-fev., 2004-2005.

CZEMPIEL, E.; ROSENAU, J. N. **Governança sem Governo**. São Paulo, Editora UNB, 2000.

DE CICCO, C. **Hollywood na cultura brasileira: o cinema americano na mudança da cultura brasileira na década de 40**. São Paulo: Convívio, 1979.

DUROSELLE, J. B. **Todo Império Perecerá: teoria das relações internacionais**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

FERES, J. JR. A América Latina Vista do Alto. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n.13, p. 183-188, nov. 1999.

GAMBINI, R. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977.

GASPAR, E. **United States-Latin America: A Special Relationship?** Washington D. C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1978.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

VELLOSO, M. P *et al.* **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1982.

GONÇALVES, M. R. O cinema de Hollywood nos Anos Trinta, o American Way of Life e a Sociedade Brasileira. In: FABRIS, M. (org.) **Estudos Socine de Cinema**, 2001, p. 533-546.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere (v.3)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAMILTON, A.; JAY, J.; MADISON, J. **O Federalista**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1959.

HARRISON, L. E. **The Pan-American dream: do Latin America's cultural values discourage true partnership with the United States and Canadá?** Westview Press, 1997.

HELD, D.; MCGREW, A.; GOLDBLAT, D. & PERRATON, J. **Global Transformations Politics, Economics and Culture**. Stanford University Press, 1999.

HERZ, M. **Política Cultural Externa e Atores Transnacionais: o caso da Fundação Ford no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_; SILVA, A. M. **A Política Cultural Norte-Americana Durante a Segunda Guerra Mundial**. Trabalho apresentado no colóquio "Estado Novo e Autoritarismo no Brasil, 1937-45". IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

HILTON, S. E. **Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã sobre o Brasil, 1939-1944**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HIRST, M. o **Processo de Alinhamento nas Relações Brasil-Estados Unidos: 1942-45**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1982.

HUNTINGTON, S., LAWRENCE, H.E. **A Cultura Importa**. Record, 2002.

JENKINS, P. **Breve história de Estados Unidos**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

JUNQUEIRA, M.A. Representações Políticas do território latino-americano na Revista Seleções. **Revista Brasileira de História**, v.21, n.42, São Paulo, 2001.

JUNQUERIRA, M. A. **Estados Unidos: a consolidação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001.

JUNQUEIRA, A. M. **Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

KARNAL, L. **Estados Unidos: a formação da nação**. São Paulo: Contexto, 2005.

KNAUSS, P. **Oeste Americano – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América**. Niterói: EdUFF, 2004.

KENNEDY, P. E. **Ascensão e queda das grandes potências**. Editora Campus, 1994.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence**, 3. ed. New York: Longman, 2001.

KLÖCKNER, L. **O noticiário radiofônico na Segunda Guerra Mundial e a edição brasileira de “O Repórter Esso”**. Disponível em:

KORINS, M. A. História e Cinema: um debate metodológico. In: **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992.

KOPPEL, C. R. **What to Show the World: The Office of War Information and Hollywood, 1942-1945**. The Journal of American History, v. 64, n.01, 1977, p. 87-105.

KUSCHINIR, K. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia Política. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/269.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/269.pdf). Acesso em: 06/02/2008.



LEITE, S. F. **O filme que não passou: Estados Unidos e Brasil na Política da Boa Vizinhança – a diplomacia através do cinema.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LESSA, A. C. **História das Relações Internacionais. A Pax Britannica e o Mundo no Século XIX.** Petropolis: Editora Vozes, 2005.

MARTINS, E. C. R. **Relações Internacionais: Cultura e Poder.** Brasília: IBRI, 2002.

MAY, E. **Os Grandes Debates da Política Exterior Norte-Americana.** Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.

MESQUITA, S. Q. N. **A Política Cultural Norte-Americana no Brasil: o caso do OCIAA e o papel das Seleções Reader's Digest 1940-1946.** Dissertação de Mestrado em História. UERJ, Rio de Janeiro, 2002.

MONIZ, B. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOURA, G. **O Tio Sam chega ao Brasil.**

\_\_\_\_\_. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935-1942.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Estados Unidos e América Latina.** São Paulo: Editora Contexto, 1990.

NYE, J. S. **Paradoxo do Poder Americano.** São Paulo: Editora Unesp, 2002

\_\_\_\_\_. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** New York: Public Affairs, 2004.

\_\_\_\_\_. **Understanding international conflicts. An introduction to theory and history.** New York: Longman.

ORTIZ, R. As Ciências Sociais e o Inglês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Fev. 2004, vol.19, n. 54, p. 5-22.

\_\_\_\_\_. **Mundialização e Cultura.**

PAINE, T. **O Senso Comum e a Crise.** Brasília: Editora UNB, 1982.

PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PECEQUILO, C. S. **Continuidade ou Mudança: a Política Externa dos Estados Unidos**. Tese de doutorado apresentada ao FFLCH, USP, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis; Vozes, 2004.

PRADO, M. L. C. Ser ou Não Ser Um Bom Vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra. **Revista USP**, São Paulo, n.26, 1995.

RIBEIRO, E. T. **Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

SANTOS, L. C. V. G. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: UNESP, 2004.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. Curitiba: UFPR, 1992.

SCHOULTZ, L. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru: EDUSC, 2000.

SELLERS, C.; MAY, H.; MCMILLEN, N. R. **Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SODRÉ, N. W. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VUGMAN, F. S. Western. In MASCARELLO, F. (org.) **História do Cinema Mundial**. Campinas: Papirus, 2006.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Ed. Martins Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WEINBERG, A. K. **Destino Manifesto: el expansionismo nacionalista em la historia norteamericana**. Buenos Aires: Paidós, 1968.

WHITAKER, A. P. **Las Américas y um Mundo en Crisis**. Lancaster: Lancaster Press, 1946.

\_\_\_\_\_. **Os Estados Unidos e a Independência da América Latina (1800-1830)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

WIARDA, H. **In search of policy: the United States and Latin America**. Washington D. C.: American Enterprise Institute for Policy Research, 1984.

**Fontes documentais:**

CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha 38.01.07

CPDOC/FGV-RJ. OCIAA 41.08.31

CPDOC/FGV-RJ. OCIAA 41.06.21

CPDOC/FGV-RJ. Coleção Departamento de Estado